



SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO



DEMOCRACIA
DESENVOLVIMENTO
Os 80 anos do SEESP

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMOCRACIA
DESENVOLVIMENTO
Os 80 anos do SEESP



Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

DEMOCRACIA
DESENVOLVIMENTO
Os 80 anos do SEESP

1ª edição

São Paulo
Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

2014

Democracia e desenvolvimento: os 80 anos do SEESP / [organização e texto Gilberto Maringoni]. São Paulo: Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, 2014.

ISBN 978-85-68423-00-4

1. SEESP – história 2. Sindicalismo – desenvolvimento – Brasil 3. Engenheiro – representante sindical 4. Engenheiro – formação profissional – Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (ISITEC) I. Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) II. Maringoni, Gilberto (Org.)

CDD -331.88

Índice para catálogo sistemático:
1-Ciências Sociais – Brasil

Índice



Apresentação: Uma história que nos orgulha.....	8
Introdução: O que se inventa aos 80.....	11
1: Uma entidade de portas abertas.....	15
2: A trajetória de 80 anos.....	23
3: Os presidentes da mudança	39
4: O SEESP é um sindicato cidadão	61
5: O Sindicato se espalha	69
6: A aventura do desenvolvimento.....	99
7: Um novo tipo de ensino	117
8: O Sindicato e São Paulo.....	127
9: Todas as diretorias do Sindicato.....	149

Apresentação

Uma história que nos orgulha



O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) é hoje uma grande entidade. Com uma base de representação de mais de 200 mil profissionais e tendo ultrapassado os 50 mil associados, a entidade está presente em todo o Estado por meio de suas 25 delegacias sindicais, além da sede na Capital.



Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente do SEESP



Negocia e firma acordos e convenções coletivas com dezenas de empresas e sindicatos patronais, oferece um amplo leque de serviços aos seus filiados e tem importante inserção nos debates das grandes questões nacionais. Assim, é com orgulho que vemos o nosso sindicato consolidado e respeitado.

O caminho até essa condição começou a ser percorrido no dia 21 de setembro de 1934, quando 12 destacados nomes da engenharia paulista se reuniram numa sala da Rua Líbero Badaró, número 10, no centro da Capital. Lá, tomaram a decisão histórica de criar uma entidade que representasse todos os profissionais paulistas e fundaram o SEESP.

A partir do Movimento Renovação, nos anos 1980, o Sindicato engrossou, com outros setores, a luta pelo fim da ditadura, e aproximou-se das suas

bases e da vida política e sindical do País. Mais tarde, encampou o combate ao desmonte das empresas públicas e da inteligência instalada no País que o processo de privatização desencadeou.

Nos anos 2000, teve início uma nova etapa da nossa história, com o engajamento ainda maior ao debate sobre o desenvolvimento nacional e a busca de saídas à estagnação que impedia o Brasil de prosperar.

Juntamente com a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), o SEESP formulou o projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento, que lança as bases para um novo ciclo na história do País.

São esses os pilares centrais dessa jornada de oito décadas: legitimidade, democracia e desenvolvimento. Com eles, seguimos adiante nessa história.



O que se inventa aos 80

Os 80 anos do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) podem ser sintetizados pela defesa intransigente de três bandeiras: os direitos da categoria, a democracia e o desenvolvimento.

São esses os pilares sobre os quais se assenta a atividade dos engenheiros paulistas.

Os interesses específicos da profissão envolvem, entre outros, o salário mínimo profissional, as condições de trabalho e a defesa da engenharia brasileira. A democracia é essencial para a difusão de ideias, direitos e deveres na sociedade. Por fim, o desenvolvimento é algo indissociável da atividade.

O Sindicato nasceu sob os ventos da Revolução de 1930. A partir dela, o Brasil começou a deixar de ser um País primário-exportador e abriu caminho para se tornar uma sociedade industrial moderna. Embora a entidade tenha sido gerida por 29 diferentes diretorias, a história desses 80 anos pode ser dividida em três etapas.

A primeira é a fase de fundação e viabilização do SEESP por quase cinco décadas, entremeadas por duas ditaduras e várias instabilidades políticas e econômicas.

A segunda tem início em 1980, no bojo das lutas pela democratização do País.

E a terceira, a partir da virada do século, é marcada pela formulação e defesa de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Dificuldades iniciais

Criado em plena ditadura do Estado Novo, em 1934, o Sindicato não pôde desempenhar plenamente suas funções até a queda do regime, 11 anos depois. Mesmo ao fim desse período, as dificuldades foram imensas. Entre 1946 e 1950, o País foi submetido ao governo Eurico Gaspar Dutra. Apesar dos impulsos liberalizantes embutidos na Constituição de 1946, aquela administração alinhou-se estreitamente aos Estados Unidos, potência que emergira da II Guerra, no contexto da Guerra Fria.

Começava a se desenhar ali o que viria a ser a Doutrina de Segurança Nacional. O perigo a ser evitado estaria nos sindicatos e na influência da esquerda sobre os trabalhadores.

Assim, o direito de greve foi abolido em 1946 e vários retrocessos aconteceram. O registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) foi cassado em maio de 1947. A incipiente Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) foi fechada.

Em 1949, havia 234 sindicatos de trabalhadores sob intervenção.

O SEESP apresentava uma característica a diferenciá-lo das demais entidades sindicais.

A categoria dos engenheiros era – e é – muito heterogênea. O Sindicato abriga assalariados, funcionários públicos, pequenos, médios e grandes empresários dos variados ramos da profissão. Há pontos positivos e questões complexas decorrentes dessa situação.

O principal aspecto a se louvar é que a entidade abriga todos os profissionais. Por outro lado, havia dificuldades para se definir um foco dominante sobre sua área de atuação.

Por muitos anos, o SEESP conheceu uma tensão interna que acabou por limitar sua ação pública. Era um órgão representativo de patrões ou de empregados?

Anos de ditadura

Após o golpe de 1964, o Sindicato, como várias organizações representativas, foi amordaçado pelo regime. O panorama começou a mudar ao longo dos anos 1970.

Embora tenha propiciado ao País taxas de crescimento anuais acima de 10%, a política econômica da ditadura concentrou renda, arrochou salários e mostrou sua face perversa quando a crise econômica se instalou, na segunda metade da década. Grandes obras de infraestrutura perderam prioridade, o desemprego aumentou e a renda dos assalariados caiu. Ao longo desses anos, a ditadura ficou associada à estagnação econômica, queda da qualidade de vida e inflação alta.

Tais problemas atingiram a categoria diretamente. Começava-se a perceber uma característica nova entre os engenheiros. Era algo também notável

entre médicos, advogados, arquitetos e outros profissionais oriundos das camadas médias. A categoria se proletarizara. Ou seja, o número dos que batiam ponto superava muito o de profissionais liberais.

Com a expansão dos cursos de engenharia e o aumento do número de formados, os assalariados passam a ser maioria entre a categoria. Grande parte dos novos engenheiros passara a atuar em empresas ou órgãos estatais e em grandes, médias e pequenas companhias privadas.

Em São Paulo, essa nova geração começou a participar de fóruns e de entidades ligadas à profissão, e descobriu pontos de contato com profissionais formados três décadas antes. Em comum acordo, demandavam a retomada do papel da engenharia a partir de uma crítica ao projeto econômico e político da ditadura. Convergiam ali duas gerações que haviam se formado sob a égide de ditaduras, a do Estado Novo (1930-1945) e a militar, a partir de 1964. Dessa convergência nasceu o Movimento Renovação, no final dos anos 1970. Suas demandas eram salário e emprego no plano imediato e a volta da democracia numa dimensão mais geral.

A participação crescente em atividades do Sindicato, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), do Instituto de Engenharia (IE) e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) deu legitimidade aos ativistas para a constituição de uma chapa, em 1980.

A vitória nas eleições possibilitou uma revitalização nas atividades do Sindicato.

Ampliou-se o número de filiados, criaram-se delegacias no interior e passou a existir uma presença maior da entidade no dia a dia da profissão. Sucessivas diretorias eleitas desde

então têm colocado como metas a defesa da engenharia, o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento em cena

A terceira fase do SEESP é decorrência das anteriores. No início dos anos 2000, o Brasil tinha duas características essenciais: havia domado a inflação e completava sua segunda década de crescimento medíocre. Altos índices de desemprego e uma preocupante perda da participação da indústria na economia não eram contraditórios com a estabilização monetária. Eram fatores de uma mesma equação. Para valorizar a moeda nacional, optou-se por uma dinâmica ortodoxa que tirava de

Após intensos debates, o SEESP e a FNE tornaram públicas iniciativas como o projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e o Isitec. E aprofunda-se a relação estabelecida desde os anos 1980 entre o sindicato e a sociedade

cena um projeto de desenvolvimento.

Diante de um quadro aparentemente sem solução, nascem, a partir do SEESP e da FNE, projetos como o *Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento* e o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec). E aprofunda-se a relação estabelecida desde os anos 1980 entre a entidade e os anseios mais gerais da sociedade. Uma síntese dessa história está neste livro. Oito décadas passam voando.

Que venham muitas mais!



Capítulo 1

Uma entidade de portas abertas

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, ao longo das últimas três décadas, tornou-se uma referência não apenas para a categoria. Suas pautas e campanhas amplas – que vão da luta sindical às grandes demandas da sociedade – acabaram por transformá-lo em articulador essencial das lutas pela democracia e pelo desenvolvimento.

*Rua Genebra, 25.
A sede do Sindicato, no
coração da Capital*



É impossível não notar, ao lado da Câmara Municipal, na Capital, em contraste com a paisagem acinzentada do centro de São Paulo. Composto por placas vermelhas, azuis e cinzas e dispostas como num quadro de Mondrian, o pequeno prédio de seis andares

A entidade se pauta por uma atuação ampla, democrática e generosa. Seu vínculo com outros setores e categorias se expressa no uso constante de seu auditório e dependências

na Rua Genebra se destaca. Ao lado, há outro, mais baixo, com a fachada em vidro fumê. Arquitetonicamente, nada têm a ver entre si. Mas formam um único conjunto, com dezenas de salas, três auditórios e uma movimentação constante, pautada por solicitações

profissionais, reuniões de variados tipos e tamanhos, inúmeras articulações e um trabalho incessante. Compõem a sede do SEESP. Construídos ao longo de 20 anos, a partir da primeira metade da década de 1990, os edifícios se tornaram referência e um ator de peso na cena política e social paulista. Isso se deu por três motivos básicos. O primeiro é um compromisso profundo com as demandas, lutas e bandeiras da categoria, que envolve engenheiros de todas as modalidades e que atuam nos diversos ramos da economia, nos setores público e privado. O segundo é ter se tornado um centro de formulação e articulação de políticas de desenvolvimento e transformação social, temas que tocam toda a sociedade brasileira. Para completar, o SEESP se pauta por uma atuação ampla, democrática e generosa. Seu vínculo com outros setores e categorias se expressa no uso constante de seu auditório e dependências por inúmeras entidades e correntes de opinião.



Reunião do Fórum Suprapartidário de São Paulo, realizada no auditório do Sindicato em 2013



O Sindicato se caracteriza também por um dinâmico setor de serviços

O Sindicato é a categoria

A história dessa consolidação e legitimidade atravessa mais de três décadas.

Estima-se que o número de engenheiros no Estado de São Paulo seja de pelo menos 200 mil. O SEESP possui mais de 53 mil associados. Em síntese, cerca de 25% dos engenheiros paulistas são filiados ao Sindicato. O número de sócios tem crescido em média mil por ano, na última década. Em 31 de dezembro de 2011, havia 50.451 filiados. Na mesma data no ano seguinte, eram 51.538 e um ano depois, 52.718.

Aumento de sindicalização significa maiores legitimidade e volume de contribuição associativa, bem como melhores arrecadação e condições de a entidade atender as demandas da categoria, dentre as quais estão uma série de serviços. Eles estão distribuídos em 39 modalidades da engenharia. Segundo classificação definida pela Resolução nº 284, de 1983, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), a profissão está assim estabelecida:

I - Modalidade Civil: Engenheiros civis, sanitaristas, de fortificação e construção, bem como industriais, de operação, de produção e tecnólogos;

O SEESP possui pouco mais de 53 mil associados, diante de uma base que comporta cerca de 200 mil profissionais no Estado de São Paulo. Eles estão distribuídos nas 39 modalidades da engenharia

II - Modalidade Elétrica:

Engenheiros eletricitas, eletrônicos, de comunicações e eletricitas – modalidade de eletrotécnica e eletrônica, bem como industriais, de operação, de produção e tecnólogos;

III - Modalidade Mecânica e

Metalúrgica: Engenheiros mecânicos

de automóveis, de armamento, navais, aeronáuticos, metalurgistas, bem como industriais, de operação, de produção e tecnólogos;



Marcos Wanderley Ferreira,
vice-presidente: estímulo ao diálogo

IV - Modalidade Geologia

e Minas: Geólogos, engenheiros geólogos, de minas e de petróleo, bem como industriais, de operação, de produção e tecnólogos;

V - Modalidade de

Materiais: Engenheiros de materiais, químicos, de alimentos, têxteis, bem como industriais, de operação, de produção e tecnólogos;

VI - Modalidade Agrimensura:

Engenheiros agrimensores, geógrafos, cartógrafos, de geodésia e topografia, bem como geógrafos e tecnólogos¹.

Em número de pessoal, o Sindicato aproxima-se de uma empresa de médio porte. São 110 funcionários, sendo que 63 deles estão na sede em São Paulo e os outros 47 estão distribuídos nas 25 subseções no interior.

Os serviços oferecidos

O SEESP oferece convênios com empresas de diversos setores para todos os associados e dependentes. Na educação, por exemplo, há convênio com faculdades e também com escolas nos ensinos infantil, fundamental e médio (para os filhos), em escolas de idiomas, além de outros cursos, como música, teatro e dança. Existem empresas conveniadas tanto na Capital quanto no interior do Estado. Os associados contam com desconto em seguradoras e uma corretora parceira, que oferece convênios médicos e odontológicos a preços abaixo dos de mercado. Outro benefício é o SEESPPrev, fundo previdenciário administrado pelo Banco do Brasil (BBPrevidência), que foi o primeiro dessa categoria criado no Brasil. O

¹ <http://goo.gl/bpSrLs>



Atendimento jurídico é um dos muitos benefícios oferecidos aos associados na sede do SEESP

engenheiro estipula as contribuições mensais de acordo com o valor que pretende receber na aposentadoria. A taxa de administração é menor do que aquela cobrada por outros tipos de previdência privada. Há ainda o Plano de Saúde do Engenheiro, que já atende 30 mil vidas. Todos os associados podem usufruir dos benefícios.

O Departamento Jurídico está localizado na sede, em São Paulo. Em cada delegacia sindical, há um apoio jurídico local ou um serviço terceirizado.

O órgão atua especialmente nas negociações coletivas. Também há espaço para orientações de casos individuais, através do fornecimento de informações e subsídios.

O Sindicato dos Engenheiros não é ligado a partido e não está filiado a nenhuma das centrais sindicais. A entidade debate com todas as agremiações do espectro político brasileiro

Um Sindicato da sociedade

O SEESP não é ligado a partido e não está filiado a nenhuma das centrais sindicais. A razão é simples: a entidade prefere debater com todas as agremiações do espectro político brasileiro e ter liberdade tanto para elogiar como para criticar as propostas. Por isso, consegue participar de um amplo leque de debates e lutas.

“De alguma forma, o SEESP atuou em propostas para campanhas eleitorais de todos os candidatos majoritários de São Paulo, nas áreas ligadas à engenharia. Nós colaboramos para todos os postulantes que estiveram dispostos a abraçar uma área essencial ao desenvolvimento”, afirma Fernando Palmezan Neto, diretor 1º secretário, engenheiro eletricista formado pela Faculdade de Engenharia São Paulo (Fesp). Marcos Wanderley Ferreira, vice-presidente e engenheiro civil formado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), *campus*

Bauru, afirma que a capacidade de diálogo com a sociedade se dá porque a entidade não se limita à ação sindical, que compreende a defesa dos interesses de todos os seus associados, em questões trabalhistas, verificação dos salários etc.. Esse intercâmbio passa também pelos debates promovidos pela própria instituição: “Hoje temos atividades quase diárias em nossa sede. Estamos discutindo problemas relativos a ferrovias, rodovias, navegação e esportes, entre outras coisas. O Sindicato, nesses 80 anos, fez muita coisa, mas nos últimos 30, fez bem mais.”



Fernando Palmezan, 1º secretário: apoio ao desenvolvimento



Carlos Alberto Guimarães Garcez, vice-presidente: “O Sindicato se tornou minha vida”



João Paulo Dutra,
vice-presidente: “Nós nos damos ao
luxo de discutir política”

Movimentação

A sede vive movimentada. Pelo menos quatro grandes eventos por mês são promovidos pelo SEESP. Esdras Magalhães, ex-presidente e tesoureiro na gestão 2014-2017, conta que sempre são escolhidos temas ligados à engenharia e ao desenvolvimento.

“São debates e palestras sobre questões públicas,

como meio ambiente, energia, transporte e mobilidade urbana, saneamento, abastecimento de água e outros.” Há também reuniões e plenárias sobre assuntos diretamente ligados à vida sindical ou reivindicações específicas da engenharia. Além de atividades realizadas em parceria com outras entidades.

O auditório de 250 lugares já se tornou uma

referência no centro de São Paulo e volta e meia é solicitado por entidades, partidos políticos e movimentos sociais. Outras dependências do SEESP também não raro abrigam encontros de inúmeras organizações.

O vice-presidente João Paulo Dutra, engenheiro eletricista graduado pela Universidade Federal de Itajubá em 1965, lembra

que “a entidade não é apenas um sindicato que reivindica salário e melhores condições. Nós

nos damos ao luxo de discutir política”. E, em seguida, completa: “Dessa casa, debatemos o que acontece em São Paulo e no Brasil.” Edilson Reis, diretor 3º secretário, é engenheiro mecânico graduado pela Universidade de Mogi das Cruzes em 1978. Ele relata que “a sede se tornou um local onde as pessoas gostam de vir discutir. Contribuímos inclusive para as políticas públicas mais gerais, apesar de o principal ser a luta pelas questões profissionais”.

A direção e a representação

O Sindicato tem uma diretoria executiva composta majoritariamente por profissionais que atuam na cidade de São Paulo, mas há também representantes do interior. Em todo o Estado, existem cerca de 400 diretores, incluindo os regionais, pertencentes a 25 delegacias. Semanalmente, acontece uma reunião da diretoria executiva e, mensalmente, a da diretoria plena.

A estrutura se capilariza nas organizações servidas por engenheiros. Como representantes do SEESP nas empresas,



Esdras Magalhães, ex-presidente
e atual tesoureiro, defende
o debate de questões públicas



Edilson Reis, 3º secretário:
“A sede é um local para se trocar ideias”

O auditório de 250 lugares já se tornou uma referência em São Paulo. Volta e meia é solicitado por entidades, partidos políticos e movimentos sociais. Outras dependências do SEESP também não raro abrigam encontros de inúmeras organizações

existem os delegados sindicais. Ao todo, há 800, concentrados nas maiores delas, como Embraer, Sabesp, Cesp e Metrô, entre outras. O vice-presidente Celso Atienza, formado em 1974 pela Universidade de Mogi das Cruzes, destaca a possibilidade de diálogo entre a presidência, diretores e associados. Isso se dá sobretudo porque os presidentes, após deixarem seus cargos, não saem do SEESP, mas continuam participando dos debates. “A gente aprende com a democracia e a ter a paciência necessária nessas discussões. São trocas de ideias longas e profundas. Esse é o exercício da democracia: você conversa até chegar a um consenso”, destaca.

Carlos Alberto Guimarães Garcez, também vice-presidente, é engenheiro civil formado em 1973 pela Escola de Engenharia de Taubaté. Começou sua militância no Sindicato em 1980. “Passei na rua, entrei,

procurei saber. Só havia duas funcionárias, hoje temos cerca de 110. É uma história muito interessante, fomos montando as delegacias regionais, de Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba.

E isso se tornou a minha vida”, conta.

“O Sindicato quer saber como está a engenharia no País – e mais

especificamente, no Estado de São Paulo –, como eles estão sendo tratados, se estão sendo respeitados como profissionais.

A engenharia, sob o nosso ponto de vista, movimenta a economia. Há engenheiros em todos os espaços onde você puder imaginar”, completa Garcez.

E Antonio Roberto

Martins, diretor 2º secretário, sintetiza a ação da entidade: “O SEESP construiu uma agenda política capaz de contribuir significativamente para a construção de programas de desenvolvimento em diversas instâncias de governos. E tem protagonizado um papel importante na defesa dos engenheiros no Estado de São Paulo.”



O vice-presidente Celso Atienza lembra que democracia exige paciência



Antonio Roberto Martins, 2º secretário, destaca o papel social da entidade



Capítulo 2

A trajetória de 80 anos

O SEESP tem suas origens ligadas ao período da industrialização. Ao longo dos anos, suas atividades cresceram e se diversificaram. A partir de 1980, com o Movimento Renovação, os engenheiros passaram a participar não apenas das lutas da categoria, mas das grandes campanhas sociais e políticas do País.

Cartaz alusivo ao crescimento de São Paulo, do início dos anos 1930



O SEESP foi criado no ambiente político e social estabelecido a partir da Revolução de 1930. A queda da República Velha abriu caminho para a mais profunda alteração no aparelho de Estado na história do País. No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) nasce o Brasil moderno, com uma nova institucionalidade e relação entre o poder público e a sociedade. Abriu-se caminho para a industrialização. Antes de contar como se deu a fundação da entidade, vale retroceder um pouco no tempo e ver como a engenharia se desenvolveu em São Paulo.

Engenharia e café

A consolidação da profissão no Estado deve muito à expansão da cultura do café, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O produto teve a característica de organizar todo um subsistema econômico de negócios ligados à exportação, como casas de

financiamento, armazenamento, embalagem, expedição, navegação e comercialização. Isso se materializou em obras de infraestrutura, no aumento considerável do investimento externo – especialmente inglês –, na expansão da urbanização e na atração de grandes contingentes de imigrantes.

Em uma frase, o café mudou a face da região e do País. E no meio desse torvelinho, a engenharia paulista se firmou.

As estradas de ferro Santos-Jundiaí (1867), Companhia Paulista (1872), Ituana (1873), Sorocabana, Mogiana, São Paulo-Rio de Janeiro (1875) e Noroeste do Brasil (1905) são exemplos de investimentos ingleses ou de empresários brasileiros ligados ao café que demandaram grande número de engenheiros em sua implantação. O mesmo se deu com a modernização do Porto de Santos (1892) e o início do funcionamento das usinas hidroelétricas (1899).



O trânsito ainda não era um problema, mas havia complicações. Centro de São Paulo, em 1934

Surgem as escolas

Um impulso decisivo à profissão foi dado com a fundação da Escola Politécnica de São Paulo, em 1893. A instituição, integrada à Universidade de São Paulo a partir de 1934, oferecia inicialmente os cursos de Engenharia Industrial, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil e o Curso Anexo de Artes Mecânicas.

Na época, a instituição contava com 31 alunos matriculados e 28 ouvintes¹. Três anos depois,



O primeiro presidente do Sindicato, Francisco Teixeira da Silva Telles (1934-1952)

surgiria a Escola de Engenharia Mackenzie.

O aumento da demanda por especialistas e a oferta através dos novos cursos mudaram a face da categoria.

Juntamente com profissionais

autônomos ou pequenos empresários, entravam em cena funcionários de grandes companhias e do próprio Estado. A expansão de obras públicas colocou o engenheiro no centro de grandes decisões estratégicas para o desenvolvimento.

A consolidação da profissão se deu com o incremento da industrialização, a partir de 1930. O Brasil daqueles tempos tinha cerca de 20% de sua população vivendo em cidades e 80% no meio rural. Sessenta anos depois, em 1990, essas marcas tinham se invertido e 80% dos brasileiros estavam no meio urbano. O Estado de São Paulo acabou se tornando a

¹ <http://www.poli.usp.br/pt/a-poli/historia/historia-da-poli.html>

ponta de lança desse processo. De 5 milhões de paulistas em 1930, passamos para 41 milhões em 2010.

O número de engenheiros era mínimo em uma sociedade ainda mais desigual do que a atual. O engenheiro provinha dos estratos dominantes ou da classe média alta. Era uma das profissões que indicavam boa posição social.

A consolidação da profissão se deu com o incremento da industrialização, a partir de 1930. O Brasil daqueles tempos tinha cerca de 20% de sua população vivendo em cidades e 80% no meio rural

Nasce o Sindicato

Mesmo assim, com o aumento do número de especialistas, surge uma categoria profissional. E passam a existir entidades, fruto de sua organização. Em

1916, já havia sido criado o Instituto de Engenharia.

Em 1934, nasce o Crea-SP. No mesmo ano, é criado o Sindicato.

A principal personalidade da engenharia

paulista nessa época era o industrial Roberto Simonsen (1889-1948). Com pouco mais de 40 anos, destacava-se como intelectual, líder



Mario Freire esteve à frente da entidade entre 1952 e 1954



Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Jr. conduziu o Sindicato no período de 1954 a 1956

empresarial, fundador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da Escola de Sociologia e Política e proprietário de mais de uma dúzia de empresas. O Sindicato nasceu sob a denominação “Sindicato Profissional dos Engenheiros Cívicos e Architectos de São Paulo”. Segundo Horácio Ortiz, presidente entre 1980 e 1983, “um grupo de engenheiros,

liderado por Roberto Simonsen, decidiu criar a

entidade”. O objetivo principal era se beneficiar de uma lei que permitia a representação classista no Congresso ².

A Constituição de 1934, em seu capítulo II, abria a seguinte possibilidade para a eleição de deputados, além do voto universal:

§ 3.º Os deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária

2 MELLO, Andréa, *60 anos SEESP – Memória*, Oboré Editorial, São Paulo, 1994, p. 93

A ata de fundação

Aos vinte e um dias do mez de Setembro do anno de mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Líbero Badaró no. 10, reunidos os engenheiros civis e architectos, abaixo

assignados, o Sr. Dr. Francisco Azevedo convida os presentes a designarem um presidente para dirigir os trabalhos da reunião, sendo acionado o Sr. Dr. Francisco Teixeira da Silva Telles, que convida para constituírem a mesa os Srs. Drs. Archimedes de Barros Pimentel e Augusto de Toledo.

O Dr. Francisco Teixeira da Silva Telles, com a palavra, mostra as vantagens resultantes para a classe com

sua organização de accordo com as leis vigentes e propõe seja instalado o Sindicato Profissional dos Engenheiros Cívicos e Architectos de São Paulo, obtendo a proposta unânime aprovação.

Em seguida, submete a debates o projecto dos Estatutos, sendo os mesmos discutidos e votados artigo por artigo, conforme cópia authentica annexada a esta.

De acordo com os Estatutos, procedeu-se a eleição da primeira Directoria, cujo mandato terminará em trinta e um de março de mil novecentos e

Registro no Ministério do Trabalho, 1941



por sufrágio indireto das associações profissionais compreendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos.

Luiz Lins de Vasconcellos Neto, formado em 1933 em Engenharia Civil e diretor em várias gestões do SEESP, detalha que o Sindicato foi fundado às pressas para beneficiar a indicação

do futuro deputado, o engenheiro Ranulpho Pinheiro Lima³. A finalidade principal era organizar e defender os interesses da categoria. Mas não era um sindicato de trabalhadores nem de empresários. Buscava difusamente aglutinar a categoria, independentemente de sua posição na sociedade.



A gestão de Luiz Lins de Vasconcellos Neto compreendeu o período entre 1956 e 1960

3 Idem, p. 16

trinta e seis, verificando-se o seguinte resultado: Presidente Dr. Francisco Teixeira da Silva Telles; Secretário Dr. Guilherme Winter; Thezouzeiro Dr. Francisco Azevedo; Conselho Fiscal Dr. Hippolyto Gustavo Pujol Jr., Oscar de Paula Bernardes e Archimedes de Barros Pimentel. Todos foram imediatamente empossados. Nada mais havendo a tratar e nenhum dos presentes querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente dá por encerrada a

LIVRO DE REGISTRO DOS ASSOCIADOS											
Sindicato dos Engenheiros, de São Paulo											
Número da folha _____											
Cidade _____											
Nº	NOME	DATA	PROFISSÃO	RESIDÊNCIA	RESIDÊNCIA	RESIDÊNCIA	RESIDÊNCIA	RESIDÊNCIA	RESIDÊNCIA	RESIDÊNCIA	RESIDÊNCIA
1	Francisco Teixeira da Silva Telles	54	carreira	bras. leito	Rio de Janeiro	Engenheiro	R. Paulo, 152	2655	1025	R. São Carlos, 150	Presidente
2	Guilherme Winter	58	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	278	221	R. Santos, 154	Secretário
3	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Lins de Vasconcellos, 154	1234	104	R. Lins de Vasconcellos, 154	Thezouzeiro
4	Hippolyto Gustavo Pujol Jr.	62	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
5	Oscar de Paula Bernardes	40	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
6	Archimedes de Barros Pimentel	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
7	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
8	Guilherme Winter	58	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
9	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
10	Hippolyto Gustavo Pujol Jr.	62	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
11	Oscar de Paula Bernardes	40	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
12	Archimedes de Barros Pimentel	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
13	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
14	Guilherme Winter	58	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
15	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
16	Hippolyto Gustavo Pujol Jr.	62	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
17	Oscar de Paula Bernardes	40	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
18	Archimedes de Barros Pimentel	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
19	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
20	Guilherme Winter	58	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
21	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
22	Hippolyto Gustavo Pujol Jr.	62	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
23	Oscar de Paula Bernardes	40	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
24	Archimedes de Barros Pimentel	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
25	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
26	Guilherme Winter	58	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
27	Francisco Azevedo	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
28	Hippolyto Gustavo Pujol Jr.	62	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
29	Oscar de Paula Bernardes	40	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal
30	Archimedes de Barros Pimentel	48	carreira	bras. leito	S. Paulo	Engenheiro	R. Santos, 154	284	284	R. Santos, 154	Conselheiro Fiscal

Relação dos primeiros sócios do Sindicato

O primeiro documento da entidade fala das “vantagens resultantes para a classe com sua organização” e exhibe as assinaturas dos principais nomes da engenharia e da arquitetura paulista dos anos 1930

sessão, mandando lavar a acta que vae assignada por todos os membros da mesa e demais sócios presentes conforme a seguir consignado: Engº. Francisco Teixeira da Silva Telles, Engº. Archimedes de Barros Pimentel, Engº. Augusto de Toledo, Engº. Guilherme Winter, Engº. Francisco Azevedo, Engº. Hippolyto Gustavo Pujol Jr., Engº. Oscar de Paula Bernardes, Engº. Jayme da Silva Telles, Engº. Gregorio Warchavchik, Engº. Dacio A. de Moraes, Engº. Riso Levi, Engº. Zeferino Ferreira Velloso



Tanques em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em abril de 1964

O primeiro presidente foi o engenheiro Francisco Teixeira da Silva Telles, formado pelo Instituto de Engenharia em 1909. Foi responsável por obras como a Biblioteca Mário de Andrade, a construção do túnel da Avenida 9 de Julho sob a Avenida Paulista, na Capital, e por nove túneis da linha Mairinque-Santos da Estrada de Ferro Sorocabana⁴.



Durante os anos de 1960 a 1980, a entidade foi comandada por Cyro Peixoto Santos

Fundador e membro da primeira diretoria do Clube de Engenharia, em 1916,

Telles provinha de uma família tradicional. Era irmão de Godofredo da Silva Telles, advogado e prefeito indicado de São Paulo na década de 1930⁵.

4 <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Maria%20Luiza%20de%20Freitas.pdf>

5 FISCHER, Sylvia, *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*, Edusp, São Paulo, 2005, p. 136

A atuação sindical dos primeiros tempos era limitada pelas próprias características da entidade e pelo fato de o País viver sob ditadura. Mesmo no curto período democrático após o fim do Estado Novo, entre 1946 e 1964, a entidade tinha uma atuação tímida.

Perda de rumo

Horácio Ortiz ressalta que após a indicação do engenheiro Ranulpho Pinheiro Lima à Constituinte, o Sindicato perdeu o rumo. “Por tradição do período da ditadura, os sindicatos mais atuantes representavam as classes de trabalhadores, e os engenheiros eram considerados como membros de uma profissão liberal. Eram os ‘doutores’.” Ele assinala ainda, em depoimento de 1994, que nessa época existiam os sindicatos dos médicos e dos advogados, além da entidade dos engenheiros. “Praticamente nunca tiveram uma ação sindical em defesa daquelas classes no período.”⁶

6 MELLO, Andréa, *op. cit.*, p. 93

O mandato de Silva Telles se estendeu até 1952, quando foi sucedido por Mario Freire (1952-1954). Os presidentes seguintes foram Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Jr. (1954-1956), Luiz Lins de Vasconcellos Neto (1956-1960) e Cyro Peixoto Santos (1960-1980).

O golpe

A partir do golpe de 1964, a situação se agravou. Agir em defesa da categoria era uma tarefa difícil, sobretudo no Estado de São Paulo. Em junho, o governo interveio em 270 organizações de trabalhadores. Mobilizações coletivas estavam também comprometidas.

Em 1º de junho, era promulgada a Lei de Greve (Lei nº 4.330), que definia condições sob as quais as paralisações poderiam ser consideradas legais. Juntamente, havia o artigo 723 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que proibia paralisações sem autorização prévia do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A pena era de suspensão ou demissão, sem indenização⁷.

Além da dificuldade de articulação, o regime militar sufocara qualquer possibilidade de negociação de aumento salarial, por meio do Decreto-Lei nº 5.451 e da Lei nº 4.725, de junho de 1965. Havia um controle por parte do Estado, com reajustes apenas anuais.

A distensão dos anos 1970

A partir da segunda metade da década seguinte, a situação começou a mudar. Em 1977, o governo admitia pela primeira vez que os índices de inflação de 1973 e 1974 – utilizados no cálculo

do reajuste salarial – haviam sido manipulados. Com a decadência do modelo econômico do regime, a situação se mostrava insustentável. Celso Atienza, um dos associados com mais tempo de atuação na instituição, comenta a vida sindical naqueles dias. Em suas palavras, a ação sindical tinha caráter mais assistencialista do que reivindicatório. Mas eram demandas também importantes para a categoria, lembra. “Não era permitido fazer nada sem autorização do Ministério do Trabalho”, comenta.

*No primeiro ano do golpe de 1964,
270 entidades de trabalhadores
sofreram intervenção da ditadura.
Agir em defesa da categoria
tornou-se uma tarefa difícil,
sobretudo no Estado de São Paulo*

Atienza conta que a gestão de Cyro Peixoto comprou duas salas em um prédio da Rua Santo Amaro, no centro de São Paulo, onde funcionava um consultório médico e odontológico para engenheiros.

E ele próprio precisou atestar, diante do Ministério, que as salas do Sindicato não eram para “fins subversivos”.

Em 1976, o SEESP conseguiu indicar um representante para o Conselho Consultivo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), então estatal. No ano seguinte, fez o primeiro dissídio coletivo, junto ao Sindicato dos Bancos, 43 anos após sua fundação.

⁷ MOREIRA ALVES, Maria Helena, *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*, Bauru, SP: Edusc, 2005

Movimento Renovação

O panorama da categoria começou a mudar no final dos anos 1970. Viviam-se os anos da crise do “milagre econômico”, que possibilitou ao Brasil crescer a taxas médias de 10% ao ano, entre 1970 e 1973. Com a *débâcle*, obras foram

O panorama da categoria começou a mudar no final dos anos 1970.

Viviam-se os anos da crise do “milagre econômico”. A atividade produtiva entrou em declínio e o desemprego ameaçava os trabalhadores

paralisadas, a atividade produtiva entrou em declínio e o arrocho salarial e o desemprego ameaçavam largas parcelas dos trabalhadores. Insatisfeitos com a atividade sindical em um momento de incremento das lutas democráticas pelo País, um grupo de jovens, recém saídos da universidade – vários com experiência do movimento estudantil –, começou a se articular com alguns engenheiros mais experientes. Era o encontro de gerações que haviam enfrentado duas ditaduras, a do Estado Novo, nos anos 1940, e a civil-militar, iniciada em 1964.

As conversas, realizadas em sua maioria no Instituto de Engenharia, convergiram para uma ideia: formar uma chapa para disputar as eleições do Sindicato, que ocorreriam em maio de 1980.

O candidato à presidência seria o engenheiro e deputado federal Horácio Ortiz (1925-2007).

A chapa se chamava Oposição e Renovação. “Ortiz veio com uma nova mentalidade, deixando um pouco o caráter assistencialista e partindo para uma atuação mais sindical”, recorda Atienza.

Abertas as urnas, a chapa sagrou-se vencedora. E tem início um processo de revitalização. Campanhas de filiação, de reajustes salariais, de representação no interior das companhias, contra o desemprego e muitas outras começaram a alterar o panorama do Sindicato.

Um dos pilares da atuação passou a ser o respeito ao salário mínimo profissional,



*Álvaro Luiz Dias de Oliveira,
3º tesoureiro da presente
gestão do SEESP*

aprovado em 13 de maio de 1966 com a Lei 4.950-A/66. Tal define o piso de engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e médicos veterinários. Equivale a seis salários mínimos para seis horas de trabalho. Para oito horas, são nove salários mínimos. Álvaro Luiz Dias de Oliveira, engenheiro electricista, é diretor 3º tesoureiro da entidade. Associado desde 1985, sua história é um



Assembleia de engenheiros, São Paulo, 1984

exemplo de que o piso é ainda uma das principais questões da ação sindical. “O SEESP promoveu uma ação contra a Codesp (*Companhia Docas do Estado de São Paulo*), em Santos, porque o mínimo deixou de ser atendido a profissionais que estavam no meio da carreira. Era o meu caso.”

O primeiro encontro nacional

Em dezembro de 1980, cerca de 100 engenheiros, representando 16 sindicatos de todo o País, se reuniram em Gramado (RS), para o I Encontro Nacional de Sindicatos de Engenheiros (I Ense), promovido pela FNE. Naquela oportunidade, aprovaram a Carta de Gramado, com diversos pontos de mudança relativos à política econômica e ao ordenamento institucional brasileiro.

A renovação se manifestou também na articulação e ação conjunta com outras entidades. Expressão maior disso foi a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

(Conclat), realizada na Praia Grande (SP), entre 21 e 23 de agosto de 1981. O evento teve importância histórica. Era a primeira vez, depois do golpe de 1964, que centenas de categorias se reuniam para debater a conjuntura nacional.

O Sindicato dos Engenheiros apresentou uma série de teses. Seus principais tópicos eram:

- Um planejamento democrático da política energética.
- Um transporte socialmente eficaz e eficiente, com integração intermodal entre rodovia, ferrovia, hidrovía e aerovia e prioridade ao transporte público.
- Uma política de saneamento democrática.
- Incentivos à tecnologia nacional.
- Luta contra o desemprego, com o fim da política recessiva do governo.
- Democratização da estrutura sindical, com liberdade e autonomia.

Carta de Gramado

Nós, representantes dos sindicatos da categoria dos engenheiros, agrônomos e geólogos de todo o Brasil, reunidos em Gramado (RS) nos dias 9 e 10 de dezembro de 1980, sob a coordenação da Federação Nacional dos Engenheiros, vimos a público expor nossa preocupação com o grave momento por que passa o País.

Frente a uma dívida externa e a uma inflação sem precedentes em nossa história, frente a uma política de recessão e a um modelo econômico de caráter nitidamente antidemocrático e antinacional, frente ao crescente desemprego e aos baixos salários que impõem desnecessárias privações à população, temos o dever de assumir posições inequívocas. Como atuais integrantes do enorme contingente de assalariados, também sofremos as conseqüências de uma política ditada em gabinetes. Como exemplos mais recentes dessas políticas, citamos a Província Mineral dos Carajás, os contratos de risco, o acordo nuclear e a política nacional de informática.

A importação indiscriminada de tecnologias inadequadas à nossa realidade social, os investimentos governamentais voltados para projetos de reduzido benefício social, os constantes atentados contra a engenharia nacional, os financiamentos externos condicionados à importação de equipamentos e serviços de engenharia para os quais o País está perfeitamente capacitado são causas determinantes do estreitamento de nosso mercado de trabalho.

Com relação à questão energética, propugnamos pelo fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e da Petrobras, como sua empresa executora; pela extinção dos contratos de risco e pela criação de monopólios estatais no campo da energia e de minerais estratégicos.

Deve merecer especial atenção a qualidade do ensino que oferecem nossas universidades e centros de pesquisa, recursos humanos e materiais capazes de viabilizar uma política científico-tecnológica que atenda aos interesses da maioria da população. E que, ao mesmo tempo, leve em conta as características regionais em termos de recursos naturais, materiais e humanos.

Em 1980, cerca de 100 engenheiros de todo o Brasil se reuniram em Gramado (RS) para o I Encontro Nacional de Sindicatos de Engenheiros. Ali foi aprovada a Carta de Gramado, com críticas à política econômica e institucional do País

Nesse contexto, destacamos a importância das entidades sindicais no processo de condução das reivindicações específicas de nossa categoria e das lutas gerais dos trabalhadores. O que nos leva a propor maior aproximação com entidades representativas de outros segmentos de assalariados, visando o fortalecimento dos organismos intersindicais e a construção da Central Única dos Trabalhadores.

Defendemos a liberdade e a autonomia sindical e o imediato retorno dos dirigentes sindicais arbitrariamente afastados de seus cargos. Defendemos também a revogação da nova lei salarial e propomos um salário mínimo real que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família. Exigimos o respeito ao salário mínimo profissional dos engenheiros, já definido em lei, e reivindicamos a liberdade de realizar convenções coletivas de trabalho sem a interferência do Estado. Posicionamo-nos contra o atual modelo econômico concentrador e propomos uma distribuição justa da renda nacional. Ressaltamos ainda a necessidade de promover uma ampla e imediata reforma agrária, com a participação democrática de toda a sociedade. Ainda no campo, temos que evitar a deterioração do meio ambiente pela utilização indiscriminada de agrotóxicos. Para tal, recomendamos a adoção em todo o Brasil do receituário agrônomo em seu projeto original. Colocamo-nos decididamente a favor da mais ampla participação de todos os setores da sociedade na discussão dos programas governamentais, de maneira a influir na política de habitação, saneamento, saúde pública, transportes, energia, educação, produção agrícola e outros. Destacamos que se fortaleça a autonomia de municípios e estados. Concluindo, nós, da Federação Nacional dos Engenheiros e dos Sindicatos somos pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, com liberdade de manifestação e organização para todas as correntes políticas e a revogação dos atos de exceção, com o objetivo de promover o reordenamento político da nação.

Buscando um novo sindicalismo

Henrique Monteiro Alves, atual vice-presidente, está há três décadas no SEESP. Ele destaca que “o sindicato avançou significativamente desde os anos 1980. Hoje a entidade tem um reconhecimento político e institucional muito grande”.



Henrique Monteiro Alves, vice-presidente atual do Sindicato

Uma das conquistas mais relevantes do SEESP ao longo dos anos diz respeito à representatividade dos engenheiros dentro das próprias empresas. João Carlos Gonçalves Bibbo, atual vice-presidente, foi o primeiro delegado sindical eleito na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Ele conta: “Tivemos um crescimento muito grande na representatividade. Isso nos motivou a fazer um trabalho nas empresas. Hoje, temos um trabalho muito forte na Sabesp.” Em meados dos anos 1980, Fernando Palmezan e Flávio Brízida, diretor 2º tesoureiro, militavam na Associação de Engenheiros da Cesp.



João Carlos Gonçalves Bibbo, atual vice-presidente do SEESP

Segundo Palmezan, “não existia uma intervenção diária, constante, do Sindicato dentro da empresa”. Brízida lembra

Desde 1990, 41 empresas estatais foram privatizadas no Brasil, de acordo com dados do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) do Ministério do Planejamento. Atualmente, a União detém participação direta ou indireta em 120 estatais, incluindo as empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladoras.

A renovação no SEESP começou com campanhas de filiação, de reajustes salariais, de representação no interior das companhias, contra o desemprego e muitas outras que começaram a alterar o panorama do Sindicato

O argumento do SEESP não é contrário à iniciativa privada. A entidade defende que, em um País em desenvolvimento, com localidades afetadas pela pobreza, o Estado deve investir em determinados setores para garantir a prestação de serviços.

Crescimento e desenvolvimento

Para Flávio Brízida, a atividade sindical foi essencial para a elaboração de um projeto de retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento nos anos recentes. Isso amplia o mercado de trabalho para o engenheiro. “O que motiva o profissional a militar no Sindicato é a possibilidade de modificar a

qualidade da empresa e a qualidade de seu trabalho, do serviço social que sua empresa presta”, sentencia.

Essa é a raiz das lutas não apenas do Sindicato de São Paulo, mas de outros pelo Brasil, capitaneados pela FNE. As mobilizações da categoria têm como meta essencial o desenvolvimento. E é esse o motivo pelo qual entidades ligadas à engenharia se lançaram à construção de um projeto de desenvolvimento, materializado a partir de 2006 pelo *Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento*.

“O *Cresce Brasil* é um projeto para vários setores, buscando a melhoria da qualidade de vida e aquecendo a economia interna”, argumenta Brízida.

O programa se tornou uma bandeira permanente dos Sindicatos dos Engenheiros e da FNE e é tema do próximo capítulo.

Antes, porém, as palavras do vice-presidente João Carlos Gonçalves Bibbo:

“A vida do engenheiro não pode se resumir a se formar e trabalhar. É preciso mostrar aos jovens que, além disso, é necessário participar. Na atividade sindical você não ganha nada, mas atuamos porque acreditamos num ideal. Participar do Sindicato mudou radicalmente minha vida, sou uma pessoa muito feliz por acreditar e gostar daquilo que faço.”



Flávio José A. de Oliveira Brízida,
2º tesoureiro da gestão 2014-2017

A imprensa sindical

Um dos instrumentos fundamentais para materializar a política de renovação foi a criação de instrumentos de comunicação. Isso possibilitou o contato da entidade com os associados e a realização de uma troca constante entre a direção, as subseções e os ativistas nas empresas.

A primeira edição do Jornal do Sindicato dos Engenheiros (Jose) chegou às mãos dos associados em dezembro de 1980. O nome foi dado após uma consulta aos filiados.

De acordo com Antonio Octaviano, ex-presidente do SEESP e hoje diretor de extensão do Isitec, “até então praticamente inexistia

qualquer comunicação externa, o que de certa forma correspondia à realidade e situação do Sindicato à época”.

Saíam seis edições por ano, com uma tiragem de 10 mil exemplares. Havia, eventualmente, publicações especiais. Além disso, começaram a ser editados os boletins de campanhas salariais. Ainda sem apresentar uma periodicidade regular, o



Jose era o jornal do SEESP nos anos 1980



O Sindicato publica um jornal quinzenal. Além disso, conta com uma página na internet, um programa de TV e publica livros e boletins informativos



O Jornal do Engenheiro (JE) é publicado desde 1987, com tiragem atual de 31 mil exemplares

jornal sofreu sua primeira reformulação gráfica em 1985. O nome seria alterado em 1987, adotando o atual Jornal do Engenheiro. Em 1998, surgiu a Revista do Engenheiro, bimestral, que se manteve por apenas um ano.

A partir de agosto de 2000, foi adotado o projeto gráfico atual, mais arejado, e a periodicidade – já regular – passou de mensal para quinzenal, no ano seguinte. Também foi formado o Conselho Editorial, que discute e define pautas.



O SEESP Notícias é um boletim eletrônico, publicado semanalmente



O site do Sindicato (www.seesp.org.br) apresenta notícias, indicadores, acordos, boletins, a edição eletrônica do JE e várias outras informações

A comunicação do Sindicato segue a evolução das tecnologias digitais. Além da publicação impressa (com tiragem atual de 31 mil exemplares) e de boletins informativos, a instituição conta com veiculação de notícias através de seu site e de um boletim eletrônico semanal (SEESP Notícias). Desde 30 de abril de 2012 é produzido regularmente o JE na TV (exibido pela TV Aberta de São Paulo). O *podcast* (rádios webs) Jornal do Engenheiro amplia o caráter multimídia da imprensa da entidade¹.

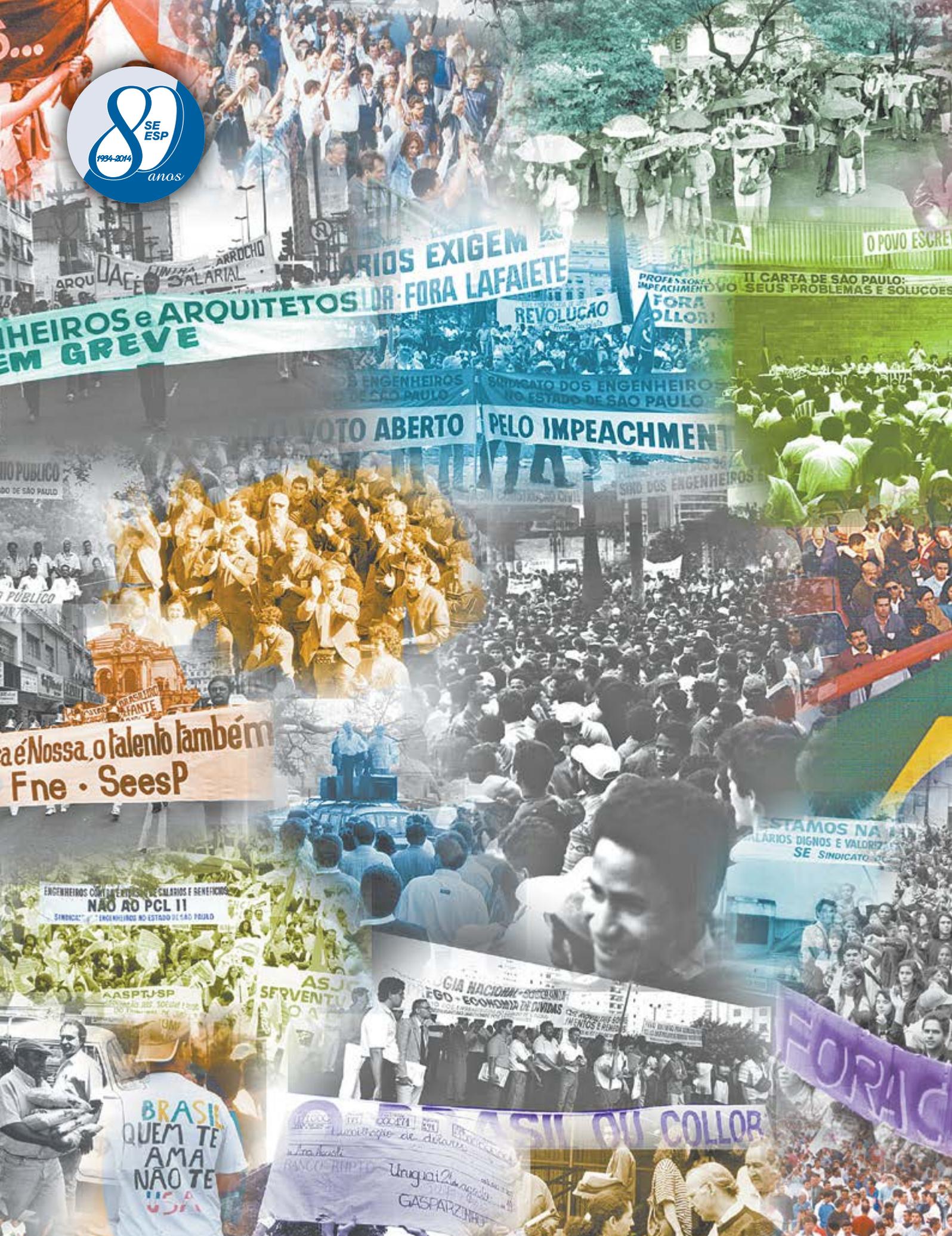


Além das publicações regulares, o SEESP lançou uma série de livros e cartilhas sobre os mais variados temas ligados à engenharia, como reciclagem tecnológica, urbanização, transportes, qualidade de vida, setor elétrico, Lei de Patentes, políticas de ciência e tecnologia, desenvolvimento tecnológico, ação sindical e outros.

1 Informações retiradas da matéria “Na renovação do SEESP, voz aos engenheiros”, de Soraya Misleh, em *Jornal do Engenheiro* nº. 455, 1º. de julho de 2014



Desde 30 de abril de 2012 é produzido regularmente o JE na TV (exibido pela TV Aberta de São Paulo)



ENGENHEIROS EXIGEM LDR FORA LAFAIETE

ARQUITETOS EM GREVE

REVOLUÇÃO

VOTO ABERTO PELO IMPEACHMENT

... é Nossa, o talento também

Fne - SeesP

ENGENHEIROS CONTRA ENTUSIASMO DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

NÃO AO PCL II

BRASIL QUEM TE AMA NÃO TE USA

BRASIL OU COLLOR

FORA COLLOR

ESTAMOS NA LUTA POR SALÁRIOS DIGNOS E VALORIZAÇÃO DO SEU SINDICATO

II CARTA DE SÃO PAULO: O POVO ESCREVE

PROFESSORES IMPEDIMENTO

FORA COLLOR

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SINDICATO DOS ENGENHEIROS

SINDICATO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SINDICATO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FORA LAFAIETE

GRUPO NACIONAL DE ECONOMIA DE CIDADÃOS

ASJ SERVENTE

AASTUSP

União de Trabalhadores

GASPARZINHO

Os presidentes da mudança

É possível classificar a história do Sindicato dos Engenheiros em alguns períodos.

O primeiro vai de 1934 a 1979. Foram os tempos de sua implantação, quando o SEESP atravessou duas ditaduras e períodos turbulentos da história do País. Isso limitou sua atuação. Uma segunda etapa vai de 1980 ao início do século XXI. Aqui, a luta pela redemocratização rearticulou inúmeras entidades e organizações sociais. A dos engenheiros acompanhou essa dinâmica.



O SEESP foi praticamente refundado a partir das eleições para uma nova diretoria, em 1980. Nas palavras de Allen Habert, presidente no triênio 1986-1989, “tínhamos um Sindicato muito limitado, que não estava sensibilizado para as grandes questões nacionais”. Naquela disputa, a chapa vencedora era encabeçada por Horácio Ortiz

(1925-2007). Formado pela Escola Politécnica da USP, Ortiz havia sido vereador, deputado estadual e, à época, exercia seu mandato de deputado federal, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Integravam a chapa, além de contemporâneos seus, vários profissionais recém-formados.



Horácio Ortiz (1980-1983)



Antonio Octaviano (1983-1986)



Allen Habert (1986-1989)



Rutênio Gurgel Bastos (1989-1992)

“Tivemos duas gerações que convergiram no processo de recuperação”, lembra Habert. “Foram as formadas nos anos 1940 e nos anos 1970. Com elas, principalmente, foi criado o Movimento Renovação, que disputou as eleições da entidade em 1980 e ganhou.”

A verdadeira reciclagem pela qual passou o Sindicato



Esdras Magalhães (1992-1995)



Ubirajara Tannuri Felix (1995-1998)

baseou-se na percepção de que os interesses da categoria estavam vinculados às grandes demandas nacionais.

Para reconstituir o que foram as últimas três décadas da trajetória do SEESP, os ex-presidentes apresentam aqui suas opiniões.

Seguem, nas próximas páginas, os principais trechos de depoimentos de Antonio Octaviano, Allen Habert, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Ubirajara Tannuri Felix e Paulo Tromboni de Souza Nascimento. Os ex-presidentes Horácio Ortiz (1980-1983) e Rutênio Gurgel Bastos (1989-1992) já faleceram.



Paulo Tromboni (1998-2001)

“Nossos objetivos eram consolidar a entidade na categoria e participar de atividades mais gerais”

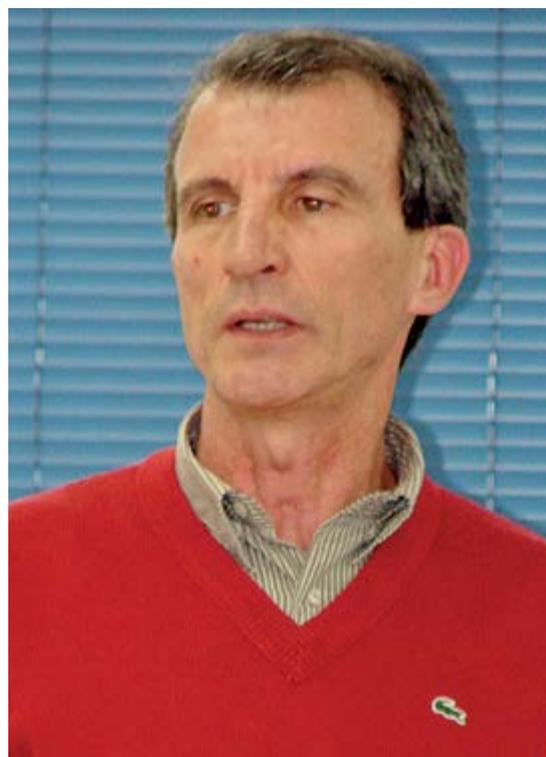
Antonio Octaviano, presidente do SEESP entre 1983 e 1986, se formou em 1974 pela Escola de Engenharia de São Carlos (USP)

Antonio Octaviano dirigiu a entidade nos difíceis anos da transição entre a ditadura e o primeiro governo civil.

O Brasil vivera uma recessão profunda entre 1982 e 1983, como fruto da crise da dívida externa que acometeu diversos Países em desenvolvimento. O ano de 1984 seria pautado pelas maiores e mais exuberantes mobilizações sociais da história do Brasil, com destaque para o movimento das *Diretas já!*

“Nosso movimento começou em 1979, em São Paulo. Grande parte de seus integrantes vinha do movimento estudantil. Quando saímos da faculdade, fomos buscar alternativas de participação junto às organizações da profissão”

O anseio da população não era apenas votar para presidente, mas superar um período de desemprego, falências de empresas e queda da qualidade de vida. Para os engenheiros, a situação tornou-se dramática.



“Os objetivos foram consolidar a legitimidade da entidade na categoria e estreitar nossa participação em atividades mais gerais”

Escolhido em votação indireta, Tancredo Neves (PMDB-MG) não chegou a assumir a presidência da República. Morreu por problemas de saúde em 21 de abril de 1985. Em seu lugar, tomou posse o vice, José Sarney (PFL-MA). No ano seguinte, seria editado o primeiro de vários planos heterodoxos de combate à inflação, que ultrapassara a marca de 200% ao ano.

Com a palavra, Antonio Octaviano.

O Movimento Renovação

Nosso movimento começou em 1979, em São Paulo. Grande parte de seus integrantes vinha do movimento estudantil, que vivia uma grande ebulição nesses anos. Quando saímos da faculdade, fomos buscar alternativas de participação junto às organizações da profissão. Sentíamos a necessidade de uma atuação sindical, pois a economia começava a entrar em recessão. Tínhamos dificuldades de conseguir emprego. A situação ficaria ainda mais crítica a partir de 1982-1983, nos tempos de “O engenheiro que virou suco”, famosa lanchonete da Avenida Paulista.

Uma série de pessoas, oriundas de diversas faculdades, começou a se reunir no Instituto de Engenharia. Constituímos informalmente uma organização chamada Centro de Estudos de Tecnologia e Engenharia, o Cetes. Era uma analogia ao Centro de Estudos Brasileiros de Saúde (Cebes), criado pelos médicos. A movimentação toda envolvia umas 50 ou 60

pessoas. Entre outros, participavam Allen Habert, Arnaldo Jardim, Francisco e Antonio Marsiglia, Rutênio Gurgel Bastos, Horácio Ortiz, Luís Dias Ferreira, Luís Alfredo Falcão Bauer.

O Sindicato

Em 1980, apresentamos uma chapa, encabeçada por Horácio Ortiz, que à época era deputado federal pelo MDB. Eu estava nessa diretoria, como representante na Federação Nacional dos Engenheiros. Até o ano anterior, o Sindicato estava instalado em duas salinhas, na Rua Santo Amaro, ao lado de onde é a atual sede. Nessa primeira gestão, havia uma única delegacia no interior, em Campinas.

A Gestão

Nossos maiores objetivos foram consolidar a legitimidade da entidade junto à categoria e estreitar nossa participação em atividades mais gerais.



Nos anos 1980, os engenheiros foram às ruas, juntamente com outras categorias profissionais



Manifestação em defesa do salário mínimo profissional, no vão livre do Masp, em São Paulo. Em primeiro plano, Antonio Octaviano

Nesses tempos iniciais, era preciso tornar o Sindicato conhecido, ampliar sua atuação e implantá-lo em todo o Estado. Torná-lo representativo no maior número de empresas e fazer dele uma casa plural e aberta completavam nossas metas.

Nós nunca partidizamos a entidade, apesar de os debates serem sempre muito acalorados. Uma das metas iniciais foi disseminar paulatinamente nossa presença pelo interior do Estado, abrindo novas delegacias. Num plano mais geral, tomamos parte ativa no movimento pelas Diretas já! E, em terceiro lugar, buscamos uma ação sindical que ampliasse a representação da categoria. Atuamos fortemente no interior das empresas, com extensa pauta trabalhista.

O perfil da categoria mudou muito. Talvez o indicador mais notável seja o do aumento da participação feminina. Não são ainda maioria, mas já estão em postos de comando de diversas áreas

O respeito ao salário mínimo profissional foi uma bandeira importante. Isso se fez muito presente naquele início dos anos 1980. Desde o começo, percebemos que, apesar de essencial, não podíamos restringir nossa atuação às questões trabalhistas. A categoria é muito diversificada. Há autônomos, assalariados, empresários – e por isso tínhamos de manter nossa atividade em defesa da engenharia brasileira, em um sentido amplo.

Tecnologia

Participamos do movimento Brasil Informática, em defesa da tecnologia brasileira, e na área de consultoria, muito afetada pela crise. Ela é estratégica, por

garantir planejamento e qualidade das obras numa situação de desenvolvimento.

Perfil da categoria

O perfil da categoria mudou muito nos últimos 30 anos. Talvez o indicador mais notável seja o do aumento da participação feminina. Isso começa pelos cursos, nos quais a presença de mulheres é crescente. Não são ainda a maioria, mas já estão em postos de comando de diversas áreas e atividades. Nos anos 1970, havia uma

situação de pleno emprego para o engenheiro, no Brasil. Havia um esforço grande por parte do Ministério da Indústria e Comércio pela nacionalização dos equipamentos utilizados em obras de engenharia. Muitas escolas promoviam intercâmbios entre formandos e a indústria. Logo depois chegou a crise, e o desemprego aumentou. Essa situação de retração perdurou até o início dos anos 2000, quando voltamos a ter uma demanda forte por engenheiros e a quantidade de escolas também aumentou.



Assembleia da categoria, em 1985

“A grande questão era montar um sindicalismo de camadas médias pauperizadas”

Allen Habert, presidente do SEESP entre 1986 e 1989, engenheiro de produção formado pela Escola Politécnica da USP em 1978, com mestrado na área. Atualmente é consultor em redução de danos para empresas

A gestão de Allen Habert se deu no período compreendido entre a posse de José Sarney, o primeiro governo pós-ditadura e a primeira eleição direta para presidente. Nesse intervalo, foi promulgado o Plano Cruzado, primeiro de uma série de iniciativas heterodoxas destinadas a baixar o processo hiperinflacionário, que prosseguiria até 1994. Ali também se deu a batalha pela nova Constituição, entre 1986 e 1988. Seguem-se os principais trechos de sua entrevista.



Nosso entendimento era que as bandeiras próprias dos engenheiros – emprego, industrialização, infraestrutura e outras – eram de interesse de toda a população

“Assumimos após a forte crise econômica de 1982-1983, que acarretou grandes perdas para a categoria. Nas áreas de engenharia consultiva, tivemos um desmonte das empresas que ajudaram a formar a infraestrutura do País”

As lutas pela democracia

Os jovens que chegavam ao Sindicato vinham, em sua maioria, do movimento estudantil, que havia nos servido de aprendizado para a atividade política.

Apesar de a ditadura já ter acabado, o movimento sindical ainda não tinha autonomia plena. As greves eram reguladas por leis restritivas e qualquer movimentação mais ousada resultava em chamadas para as lideranças deporem no Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Uma de nossas principais tarefas era evitar a criminalização do movimento social.

Em 1986, o SEESP já vinha afirmando sua identidade nas lutas pela democracia. Nossa grande questão era como montar um sindicalismo de camadas médias, que se pauperizaram muito a partir de 1977-1978. Foi um período sensível, especialmente pela expectativa gerada em torno do processo constituinte. Nosso entendimento era que as bandeiras próprias dos engenheiros – emprego, industrialização, infraestrutura e outras – eram de interesse de toda a população. O slogan de nossa chapa, em 1986, fazia referência a isso. Era: “Por onde você anda tem trabalho de engenheiro.” E havia um complemento: “Unir, construir, agir.” Nossa gestão continuava as diretrizes anteriores e tinha como meta abrir a entidade e consolidá-la no interior. Inauguramos sete delegacias naqueles anos.

O pós-crise

Nossa diretoria assumiu após a forte crise econômica de 1982-1983, que acarretou grandes perdas para a categoria. Nas áreas de engenharia consultiva, tivemos um desmonte das empresas que ajudaram a formar a infraestrutura do País. A modalidade é o carro-chefe do desenvolvimento, pois estabelece os projetos e prioridades a serem executados. O Sindicato resistiu. Realizamos o primeiro Encontro de Engenharia Consultiva ainda em 1983. No ano seguinte, fizemos um seminário nacional do setor, com passeata na Avenida Paulista e grande alarde.

Não partidarização

Tivemos uma importante conquista: consolidamos o projeto de não partidarização da entidade. Na nossa concepção, o SEESP tem de expressar, de forma plural, os interesses da profissão.



Posse da diretoria do SEESP, gestão 1986-1989. Da esq. para a dir., José Roberto Bernasconi, presidente do Instituto de Engenharia, Allen Habert, presidente eleito do SEESP, Clovis Carvalho, secretário de Planejamento, Antonio Octaviano, presidente da gestão anterior, Crodowaldo Pavan, presidente do CNPq, Alda Marco Antonio, presidente do Conselho da Condição Feminina do Estado, Fernando Henrique Cardoso, senador, e João Eduardo Moritz, presidente da FNE



Em uma época de forte ebulição na sociedade, o sindicato aumentou sua legitimidade entre a categoria

Apesar de termos sempre nos articulado com outras categorias e participado do I Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), em agosto de 1983, na Praia Grande (SP), não nos filiamos a nenhuma das grandes centrais.

Constituinte, ciência e tecnologia

A Assembleia Constituinte muito nos estimulou. Começamos a nos articular para fazer propostas para o capítulo de Ciência e Tecnologia. Atuamos fortemente, junto com a FNE, pela aprovação dos artigos 218 e 219. Na Constituinte estadual, uma de nossas demandas foi amplamente vitoriosa. Era dobrar o investimento na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A ela eram destinados 0,5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a verba passou a 1%. Criamos, em 1987, o Conselho Tecnológico do SEESP. A questão da tecnologia vai além

da atividade sindical e nos permite interagir e dialogar com diversos setores sociais. Passamos a conceder anualmente um prêmio destinado a seis áreas do conhecimento.

A tecnologia nos leva diretamente ao terreno da qualificação profissional. A partir de 1989, um

Tivemos uma importante característica: consolidamos o projeto de não partidarização da entidade. Em nossa concepção, o SEESP tem de expressar, de forma plural, os interesses da profissão

novo ponto entrou nas pautas de reivindicações junto às empresas. Era a disponibilização de 12 dias úteis por ano – um por mês –, para a requalificação do engenheiro.

Tripé de atuação

Tínhamos um tripé de atuação, que envolvia os seguintes pontos: discutir com a categoria, dialogar com a sociedade e exercer pressão sobre o Executivo e o Legislativo.

O SEESP se tornou uma referência nacional.

Com isso, nos dedicamos a atuar no Sistema Confea/Creas e ampliamos nossa bancada no conselho regional. De um membro, passamos a 17.

Ação política

Em 1989, tivemos três engenheiros da Petrobras da Colômbia (Braspetro)

sequestrados pelo Exército de Libertação Nacional (ELN), organização guerrilheira. Os porta-vozes do grupo logo anunciaram o desejo de manter contato com o movimento sindical brasileiro. Eu me senti impelido a ir lá. Era uma questão de solidariedade.

Cheguei a Bogotá numa segunda-feira.

Contamos com o auxílio da Central de Trabalhadores Colombianos.

Depois de intensas negociações, os companheiros foram libertados na sexta, em uma localidade do interior. Foi uma vitória da atuação sindical.



As mobilizações populares foram fundamentais para várias conquistas na Assembleia Constituinte

“Fomos intransigentes na batalha contra as privatizações”

Esdras Magalhães dos Santos Filho, presidente do SEESP entre 1992 e 1995, é engenheiro civil formado em 1982 pela Faculdade de Engenharia de São José dos Campos

Esdras Magalhães sempre foi um profissional autônomo, com destacada atuação na Associação de Engenheiros de sua cidade. “Eu tinha muito contato com os metalúrgicos e conhecia bem os problemas da indústria.”

Sua gestão no SEESP aconteceu no período compreendido entre as mobilizações pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello e a implantação do Plano

“*Temos uma luta constante pelo respeito ao piso salarial da categoria. É a baliza essencial nos acordos que fechamos com empresas, escritórios e com o Estado, em todas as esferas de governo*”

Real. Se na política foi um tempo de sobressaltos, na economia, as turbulências não foram menores. A inflação chegou a bater 5.500% ao ano, entre 1993 e 1994. Ao mesmo tempo, o triênio da gestão foi marcado por um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 4,5% ao ano, o mais alto dos 15 anos anteriores, o que possibilitou moderado aumento dos níveis de emprego e



“Nosso sindicato sempre se caracterizou por debater os grandes temas nacionais”

renda entre a categoria. A seguir, trechos da entrevista com Esdras Magalhães.

A entidade na sociedade

Nosso sindicato sempre se caracterizou por debater os grandes temas nacionais.

Dois assuntos sempre estiveram presentes, a democracia e o desenvolvimento. São os terrenos da engenharia.

Além desses, temos uma luta constante pelo respeito ao piso salarial da categoria. É a baliza

essencial em todos os acordos que fechamos com empresas, escritórios e com o Estado, em todas as esferas de governo, sejam as prefeituras, governos estaduais e administração federal. Quando assumimos, a luta pelo “Fora Collor” estava nas ruas. O SEESP e a FNE tiveram participação relevante naquele movimento. Foram as primeiras entidades da sociedade – juntamente com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Comissão de Justiça e Paz – a aderirem aos protestos. Logo em seguida, o vice de Collor, Itamar Franco, assumiu a Presidência. Em seu governo (1992-1994) se gestou o Plano Real. A partir daí, conseguiu-se estabilizar a moeda.

A estrutura do Sindicato

Não tínhamos uma boa estrutura administrativa. Estávamos muito voltados para a atividade política. Enfrentamos dificuldades materiais. Os tempos eram difíceis. Viajávamos ao interior de ônibus, para fazer campanhas de sindicalização e organizar novas delegacias. No início da gestão, tínhamos cinco subsedes. Terminamos com 15 delegacias regionais. Em menos de um ano, reestruturamos a entidade. Com o aumento do quadro de associados e da arrecadação, completamos a montagem da parte administrativa. Isso permitiu que pouco a pouco começássemos a ter condições de profissionalizar a ação sindical. Assim, organizamos melhor as campanhas salariais. Passamos a negociar diretamente com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-SP), com o Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq) e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

No início da gestão, decidimos ampliar e modernizar nossa sede, no centro de São Paulo. Compramos um velho casarão ao lado e demos início à construção do edifício atual, que seria finalizado na gestão seguinte.

As privatizações

O ciclo de privatizações das empresas estatais começou na nossa gestão. Fomos intransigentes na batalha contra a venda das empresas energéticas, como a Cesp.

No entanto, os casos mais dramáticos foram os da Cosipa, em Santos, e da Embraer, em



A construção da nova sede, em 1995

São José dos Campos. Esta última apresentava um quadro de 1,6 mil engenheiros. Um ano depois da venda, sobraram 400. A pressão da empresa pelas demissões foi grande. Quando ainda era estatal, ela abriu um plano de demissão voluntária (PDV). Fizemos toda sorte de denúncias e entramos com ações na Justiça, mas foi inútil. O governo montara uma operação publicitária para convencer a opinião pública das privatizações.



A privatização da Embraer deixou muita gente sem perspectiva profissional.

O mercado estava retraído. Contribuímos na montagem de uma cooperativa de trabalho, para auxiliar os demitidos.

Era gente altamente especializada

Nossa última cartada foi realizar uma manifestação em frente à Bolsa de Valores de São Paulo. Enfrentamos a Polícia Militar. A privatização da Embraer deixou muita gente sem perspectiva profissional. O mercado estava retraído. Contribuímos na montagem de uma cooperativa de trabalho, para auxiliar os demitidos. Era composta por gente altamente especializada. O processo se concluiu na gestão seguinte, liderada pelo companheiro Ubirajara Tannuri Felix. Demos todo o suporte possível para a iniciativa e ela acabou se revelando como uma boa solução. O impacto das privatizações nos níveis de emprego foi forte. Só recuperamos os patamares do início dos anos 1990 a partir de 2003.





Uma série de mobilizações da categoria contra a política de privatizações marcou os anos 1990. Várias estatais passaram para o controle do mercado. Os engenheiros sentiram o impacto, e o desemprego aumentou. O Sindicato defendia a manutenção das empresas e ativos sob a direção do poder público



“Há grande unidade entre as sucessivas diretorias. Cada uma cuidou de um aspecto complementar”

Ubirajara Tannuri Felix, presidente do Sindicato dos Engenheiros entre 1995 e 1998, é engenheiro civil formado em 1974 em Araraquara, com especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Foi presidente do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (Daee) entre 2007 e 2011

A gestão de Ubirajara Felix se deu no período inicial da implantação do Plano Real, que estabilizou a moeda brasileira. Nos primeiros anos, houve significativa expansão da economia. O Produto Interno Bruto cresceu 4,42% em 1995, 2,15% em 1996 e 3,38% em 1997. Mas a política de privatizações e juros elevados

“Se fôssemos resumir a gestão, poderíamos dizer que demos um grande salto para dentro e para fora da categoria. Buscamos entidades com as quais tínhamos afinidades, como as de trabalhadores da construção civil e a dos metroviários, entre outras, e apoiamos suas greves

mostrou seus limites diante das ondas da crise internacional, sentidas especialmente após a quebra da Tailândia, em 1997. Com isso, o PIB de 1998 se expandiu em apenas 0,04%,



“O piso nacional não era respeitado. Em 1995, fizemos um ato na Avenida Paulista. Lá, queimamos publicamente holerites, o que gerou grande repercussão”

produzindo uma crise que se prolongaria por quatro anos. A seguir, Ubirajara Felix comenta seus anos à frente da entidade.

Período rico

Vivemos na segunda metade dos anos 1990 um período muito rico no movimento

sindical. Tínhamos nos ombros as consequências de planos econômicos mal-sucedidos, arrocho salarial e demandas por melhorias nos vencimentos.

Quando assumimos, em 1995, o SEESP já tinha um bom trabalho de inserção na vida dos engenheiros paulistas. Aprofundamos essa ação, tanto nas empresas públicas quanto nas privadas. Nessas últimas, havia um número maior de profissionais. Estavam nas empresas de construção civil e no sistema financeiro, entre outras. Começamos a nos articular com sindicatos de outras categorias, buscando aprofundar nosso enraizamento social. Buscamos entidades com as quais tínhamos afinidades, como as de trabalhadores da construção civil e a dos metroviários. Apoiamos as greves desses setores. Mas não limitamos nossa atuação a esses ramos. Procuramos os trabalhadores das indústrias. Fomos ao ABC, conversamos com os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos – à época, as principais lideranças eram Vicentinho

e Luís Marinho – e firmamos parcerias. Em algumas negociações, como na Fiesp, tínhamos interesses comuns.

O piso salarial

O SEESP abriu canais com os engenheiros não sindicalizados, como os atuantes na área pública ou em autarquias. O piso nacional não era respeitado, e os salários eram demasiado baixos. Em 1995, fizemos um ato com centenas de companheiros, na Avenida Paulista. Lá, queimamos publicamente holerites, o que gerou grande repercussão. A partir dali, marchamos em passeata até a Assembleia Legislativa, onde fomos recebidos por seu presidente. Negociamos com o governo do Estado. Fomos conversar diretamente com o então chefe do Executivo, Mario Covas (1930-2001), que foi muito receptivo às nossas demandas.

Para dentro e para fora

Se fôssemos resumir a gestão, poderíamos dizer que demos um grande salto para dentro e para



Reunião do Conselho de Representantes. Entre outros, Paulo Tromboni, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Gonzaga Belluzzo, Ubirajara Felix e Antonio Octaviano



Diretoria do SEESP reúne-se com o governador Mario Covas, no Palácio dos Bandeirantes, em 1995

fora da categoria. Criamos um programa, o Engenharia urgente + Engenharia + empregos para todos, no qual começamos a debater questões referentes ao desenvolvimento. Em nossa gestão, finalizamos uma das ações do mandato da diretoria liderada por Esdras Magalhães, a construção da nova sede.

Demos início às reuniões trimestrais do Conselho de Representantes. Era um grupo de mais de 100 pessoas, tanto do Sindicato quanto de parceiros. Passamos a nos reunir em alguma cidade do interior, por três dias. Foi uma prática ótima. Toda a ação da entidade passou a ser discutida e formulada ali. Isso politizou a gestão.

Demos início às reuniões trimestrais do Conselho de Representantes. Era um grupo de mais de 100 pessoas, tanto do Sindicato quanto de parceiros. Foi uma prática ótima. Toda a ação da entidade passou a ser discutida e formulada ali

As consequências das privatizações

Houve forte ação de vários sindicatos contra as demissões nas empresas de telefonia, eletricidade, siderurgia etc. Isso impediu que o desemprego atingisse grandes proporções. Na Sabesp, a mobilização foi muito forte. Embora a empresa não tenha sido totalmente privatizada, a entrada de investidores particulares representou uma mudança importante. Fizemos pressão juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São

Paulo (Sintaema) e fechamos questão contra a possível escolha de um parceiro estratégico da empresa. Assim, as coisas melhoraram.

As gestões no Sindicato

Há uma unidade muito grande entre as sucessivas gestões, guardados os dilemas de cada época. Cada uma delas acabou por cuidar de um aspecto, que se tornou complementar, quando se analisa historicamente. É o caso das delegacias sindicais no interior. Elas começaram a ser implantadas nas gestões do Octaviano e do Allen e foram completadas na do Esdras e na minha. Implantamos 25 unidades no total.

O SEESP apoiou diversas campanhas sociais. Na foto abaixo, Ubirajara Felix discursa em ato contra o desemprego, em frente à entidade. Ao fundo, a nova sede em construção



“Com as privatizações, muita gente foi demitida e houve muita luta defensiva”

Paulo Tromboni de Souza Nascimento, presidente do SEESP entre 1998 e 2001, é engenheiro eletrônico formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1979 e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP

A gestão de Paulo Tromboni coincidiu com as turbulências econômicas decorrentes da crise do Plano Real, no início de 1999. Uma crise no balanço de pagamentos provocou expressiva fuga de capitais em janeiro daquele ano.



“O Sindicato tinha grande conflito com as privatizações. Em minha avaliação, houve avanços com tais políticas”

“Com as privatizações, muita gente foi demitida e houve muitas lutas defensivas. As estatais foram uma base sindical muito importante, até o final dos anos 1990. A queda do emprego nessa área mudou o perfil da categoria”

A taxa de câmbio passou de R\$ 1,20 por dólar, no início de janeiro, para R\$ 2,20, no começo de março. No entanto, a desvalorização cambial acabou por ter um efeito benéfico para as exportações. O PIB cresceu 0,04% em 1998, 0,25% em 1999 e saltou para 4,31% em 2000. A seguir, trechos do depoimento de Paulo Tromboni.

Atuação sindical

Comecei minha atuação sindical na Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos,

que vim a presidir em meados dos anos 1980. A partir dali, Esdras Magalhães e eu começamos a atuar na delegacia sindical da região. Fui, posteriormente, tesoureiro na gestão de Ubirajara Felix e 1º secretário na de Esdras. O SEESP tinha, desde 1980, uma continuidade política em suas gestões, que se mantém até hoje. Os temas dessa continuidade eram, entre outros, a defesa das boas empresas estatais, bem como

da ciência e da tecnologia nacionais. Essas eram também as bandeiras do Crea e do IE.

Categoria

Havia na época grandes concentrações de engenheiros. Grandes empresas, especialmente estatais, chegavam a ter 500 profissionais trabalhando em seu interior. Esse panorama mudou. Mas, na época, isso possibilitava uma expressiva atividade sindical. Hoje há um grande número de autônomos.

Privatizações

Aquele foi o período das grandes privatizações. O Sindicato tinha grande conflito com tais políticas. Em minha avaliação, houve avanços com as privatizações. A Embraer avançou muito depois de deixar de ser estatal. O mesmo se pode dizer da Vale e da Telebras. Mas mesmo a Embraer privatizada não afetou muito o nível de emprego existente.

Ação sindical

Com as privatizações, muita gente foi demitida e havia muitas lutas defensivas. As estatais foram uma base sindical muito importante, até o final dos anos 1990. A queda do emprego nessa área mudou o perfil da categoria. Hoje é mais difícil se montar uma base sindical nas companhias privadas. Atualmente, o engenheiro se vincula ao SEESP muito mais pelos serviços que a entidade oferece – como planos de aposentadoria, planos de saúde etc. –, e não pelas lutas que podem ser travadas. Em minha gestão, desenvolvemos bastante o setor de serviços.

Crises e rotina

Havia crises todos os dias nos jornais. Mas nada afetava a rotina sindical. Em abril começávamos as campanhas salariais e, ao longo do ano, desenvolvíamos nossas demandas em favor da tecnologia nacional. Essa dinâmica se sucedia ano a ano.



Tromboni discursa em reunião do Sindicato, em 1999



FORÇA

O SEESP é um sindicato cidadão

O jeito tranquilo e o hábito de bom conversador encobrem o pique de um workaholic. Murilo Celso de Campos Pinheiro não aparenta se desdobrar cotidianamente em um sem-número de atividades que o levam a percorrer o País várias vezes ao ano. Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo desde 2001, ele aprimora o competente trabalho iniciado em 1980.

Nessas três décadas de esforço coletivo, o número de associados passou de 5 mil para mais de 50 mil profissionais. E o mais importante: a entidade se tornou uma referência obrigatória não apenas entre a categoria, mas nos debates dos grandes temas nacionais.

Na presidência da Federação Nacional dos Engenheiros desde 2004, Murilo Pinheiro foi o principal idealizador



Murilo Celso de Campos Pinheiro

e incentivador do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento, que se tornou o grande instrumento de mobilização da categoria na articulação com outros setores da sociedade. Ele também é fundador e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), que congrega engenheiros, médicos, odontologistas, farmacêuticos, nutricionistas e economistas. Engenheiro eletricitista formado em 1978, com cursos de especialização em sistemas de aterramento, Murilo Pinheiro iniciou sua vida profissional na Cesp, em 1980. Passou por vários órgãos da empresa, até se tornar assessor da Presidência. Nesta entrevista, ele avalia a ação sindical do SEESP e aponta a necessidade de o País concretizar um novo ciclo de desenvolvimento. Sem perder a tranquilidade na fala.



Solenidade de aniversário dos 67 anos do SEESP e posse da diretoria, em 2001

Como o senhor define o SEESP?

O nosso Sindicato hoje é uma grande entidade que conquistou a confiança da categoria e credibilidade junto à sociedade. Podemos afirmar que tivemos ao longo dessas oito décadas, apesar de todas as dificuldades e desafios, uma trajetória vitoriosa. O cenário também nos faz vislumbrar um futuro promissor para a entidade, que seguirá se fortalecendo. Obviamente, isso, como sempre, continuará a exigir muito trabalho e luta.

Esta é sua quarta gestão à frente da entidade. O Brasil passou por importantes transformações nesses 12 anos. Como o senhor avalia o período?

Um aspecto muito positivo desses anos é a retomada do desenvolvimento, especialmente depois de 2007. A volta dos investimentos em infraestrutura, principalmente por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e políticas de distribuição de renda, notadamente a valorização do salário

mínimo, favoreceram a economia e, por consequência, ampliaram as oportunidades para a engenharia. Apesar desses avanços, resta muito por se fazer no Brasil. Mas a avaliação é positiva.

“O nosso Sindicato hoje é uma grande entidade que conquistou a confiança da categoria e credibilidade junto à sociedade”

Essa atuação mais geral cria dificuldades nas pautas em defesa da profissão?

Pelo contrário! Embora uma iniciativa como o *Cresce Brasil*, por exemplo, seja a contribuição dos engenheiros ao País, ela em muito beneficia a nossa categoria, para a qual é essencial que haja desenvolvimento. Ao se inserir na sociedade de forma qualificada, o

SEESP ganha credibilidade e mais condições de bem defender os engenheiros. Não há contradição entre um País próspero e justo e engenheiros bem remunerados e valorizados.

Qual a participação do SEESP na elaboração do projeto Cresce Brasil?

O projeto teve o engajamento total do SEESP, que vem não só participando das atividades nacionais, mas promoveu inúmeras discussões no âmbito estadual. O projeto faz parte da agenda do Sindicato pelo seu compromisso com o desenvolvimento nacional e porque também contribui para fortalecer a luta em defesa da categoria.

“A engenharia é a profissão que melhora a vida dos seres humanos, busca formas de evitar a degradação ambiental, de reduzir impactos, de poupar recursos naturais, de garantir segurança e conforto”

Quais as principais realizações desses anos no que toca à ação sindical?

O SEESP teve inúmeras conquistas desde 2001, que são a continuidade de um importante trabalho feito ao longo de sua história. Tivemos avanços na capacidade de mobilização e negociação nas campanhas salariais. Nos últimos anos, conseguimos registrar ganhos reais para a categoria na maioria das

empresas. Também se ampliou muito nossa inserção na sociedade. O SEESP é um sindicato cidadão, e é parte fundamental da nossa ação debater as questões que dizem respeito ao desenvolvimento e ao bem-estar da população. Engajados ao projeto *Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento*, lançado pela FNE, pudemos contribuir efetivamente para melhorar o País. O SEESP também teve importantes incrementos em sua estrutura de atendimento ao engenheiro. Além da sede na Capital, temos 25 delegacias e hoje 15 delas já têm sede própria. Nossa base é estadual, e é essencial que estejamos próximos da categoria, compreendendo e lutando para ver atendidas suas demandas nas diversas regiões. Isso é fundamental para assegurar o enraizamento da entidade na sociedade. Por fim, uma realização da qual nos orgulhamos muito é a criação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que foi credenciado no ano passado pelo Ministério da Educação (MEC) e em 2015 passa a oferecer o primeiro curso de graduação em Engenharia de Inovação do País. É um feito pioneiro também, pois é a primeira instituição de ensino superior a ter um sindicato como mantenedor.

Quais as demandas centrais dos engenheiros paulistas?

Os engenheiros querem remuneração justa, condições de trabalho adequadas, reconhecimento de sua relevância profissional e acesso à educação continuada. Essas são premissas básicas do bom exercício da profissão.

Como anda a questão do salário mínimo profissional? Ele é respeitado tanto na iniciativa privada quanto no setor público?

Essa é uma luta que ainda está na pauta, especialmente no setor público. Apegando-se a regras de contenção de gastos, muitos gestores acabam praticando uma política de mesquinhez que nenhum bem traz ao município ou ao Estado. Uma forma de superar essa situação é a criação da carreira pública de Estado para a categoria nas três instâncias de governo.

O processo de privatização de empresas estatais da área de infraestrutura (energia, transportes e abastecimento) e de setores industriais (siderurgia, armamento e aeronáutica), nos anos 1990, teve algum impacto sobre a categoria?

Sim, a desnacionalização e a privatização representaram um desmonte da economia e da engenharia nacionais. Depois dos anos 1980, que já foram perdidos, os 1990 foram muito

difíceis. Boa parte do nosso esforço foi dedicada a combater esse processo que significou dilapidação do patrimônio público, perda de oportunidades e de inteligência nacional.

Como a entidade se articula com sindicatos de outros ramos profissionais? Há demandas comuns?

Essa integração é feita por meio da CNTU. Sem dúvida, há demandas comuns. Uma delas é um programa de educação continuada que garanta qualificação permanente a esses profissionais.

São Paulo vive situações-limite em sua infraestrutura. Casos evidentes estão nas áreas de transportes na Região Metropolitana e no abastecimento de água. Como o SEESP pode colaborar na solução desses problemas?

O SEESP vem, há muito tempo, promovendo discussões sobre esses temas e oferecendo sugestões para essas áreas aos governantes.



Esdras Magalhães, Paulo Tromboni e Murilo Pinheiro, presidentes de diferentes gestões do SEESP, em 1999



Reunião preparatória do VI Conseq, Bauru, em 2006

“É muito difícil ter um sistema de transporte suficiente quando milhões de pessoas precisam atravessar a cidade todos os dias para trabalhar. É necessário desenvolver as várias regiões e dotá-las de oportunidades de emprego, escola, lazer, comércio, serviços etc.. Ou seja, é preciso planejamento”

Tem sido uma prática da entidade, que inclusive se intensifica nos períodos pré-eleitorais, quando fazemos um esforço para que sejam debatidos os problemas das cidades e do Estado e suas soluções. No caso do metrô, temos um grupo de trabalho de transporte, trânsito e mobilidade. Defendemos investimentos maciços no

setor pelas três instâncias de governo. É preciso ter um modal de alta capacidade, integrado aos demais, para garantir o direito de ir e vir nas cidades. Importante lembrar, contudo, que a discussão da mobilidade também passa pela organização da cidade e sua descentralização. É muito difícil ter um sistema de transporte suficiente quando milhões de pessoas precisam atravessar a cidade todos os dias para trabalhar. É necessário desenvolver as várias regiões e dotá-las de oportunidades de emprego, escola, lazer, comércio, serviços etc.. Ou seja, é preciso planejamento.

Por que o Sindicato decidiu investir na constituição de uma escola de engenharia?

O que é exatamente o Isitec?

O Isitec foi uma consequência dos debates do Cresce Brasil. Nosso objetivo, como já mencionado, é, numa proposta de excelência em ensino, oferecer ao mercado um profissional que dê conta dos nossos desafios.

São Paulo possui mais de uma centena de cursos superiores na área de engenharia. É possível fazer uma avaliação de conjunto do ensino de engenharia hoje?

A avaliação que fazemos no geral é que o ensino é bom. Obviamente, há as ilhas de excelência e provavelmente escolas que deixam a desejar – o que requer ação do MEC. Mas a qualidade dos engenheiros brasileiros é alta. Nossa proposta de criar o Isitec, por exemplo, não se destina a competir nesse “mercado” do ensino, mas de fazer uma proposta inovadora que diz respeito a um tipo de profissional que acreditamos ser necessário ao mercado. Com ótima formação, capacidade de inovar e apto a atuar em qualquer setor.

Que tipo de profissional se faz necessário para o País hoje?

Acreditamos ser o profissional que pretendemos formar no Isitec. Com sólida formação em engenharia, capacidade de empreender e inovar. Que saiba compreender os problemas que o País e a nossa indústria especialmente têm e buscar desenvolver processos e produtos que atendam essas demandas. Além disso, o engenheiro deve ter capacidade não só de trabalhar em equipe, mas de se relacionar com profissionais de outras áreas, pois interdisciplinaridade na solução de problemas é uma tônica da atualidade. Por fim, deve ter um profundo senso ético e responsabilidade perante a natureza e as pessoas. A engenharia é a profissão que melhora a vida dos seres humanos, busca formas de evitar a degradação ambiental, de reduzir impactos, de poupar recursos naturais, de garantir segurança e conforto. Todo profissional deve ter isso sempre em mente.

O Isitec foi uma consequência dos debates do Cresce Brasil.

Nosso objetivo é, numa proposta de excelência em ensino, oferecer ao mercado um profissional que dê conta dos nossos desafios

Quais as perspectivas e planos do SEESP para os próximos anos?

Basicamente, continuar a crescer e se fortalecer para defender os engenheiros, lutar por seus direitos e novas conquistas. Com essa pauta, a entidade seguirá adiante, vencendo os desafios que surgirem e se lançando em novas iniciativas.



IV Congresso Estadual dos Engenheiros, em 2003



Capítulo 5

O Sindicato se espalha

O SEESP só conquistou a força que tem por estar solidamente enraizado na categoria. Isso se concretiza através de 25 delegacias sindicais, além da sede, instaladas em todas as regiões do Estado de São Paulo. É nelas que a categoria sente a presença da entidade não apenas nas lutas, mas no trabalho cotidiano de acompanhamento jurídico e assistencial feito com cada associado.

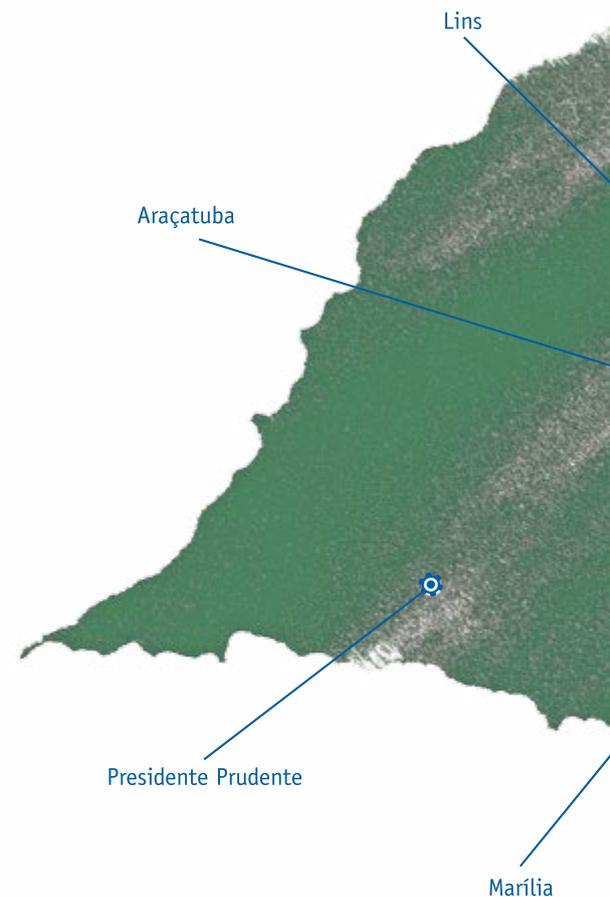
A partir da expansão das delegacias regionais, o Sindicato passa a crescer no interior do Estado



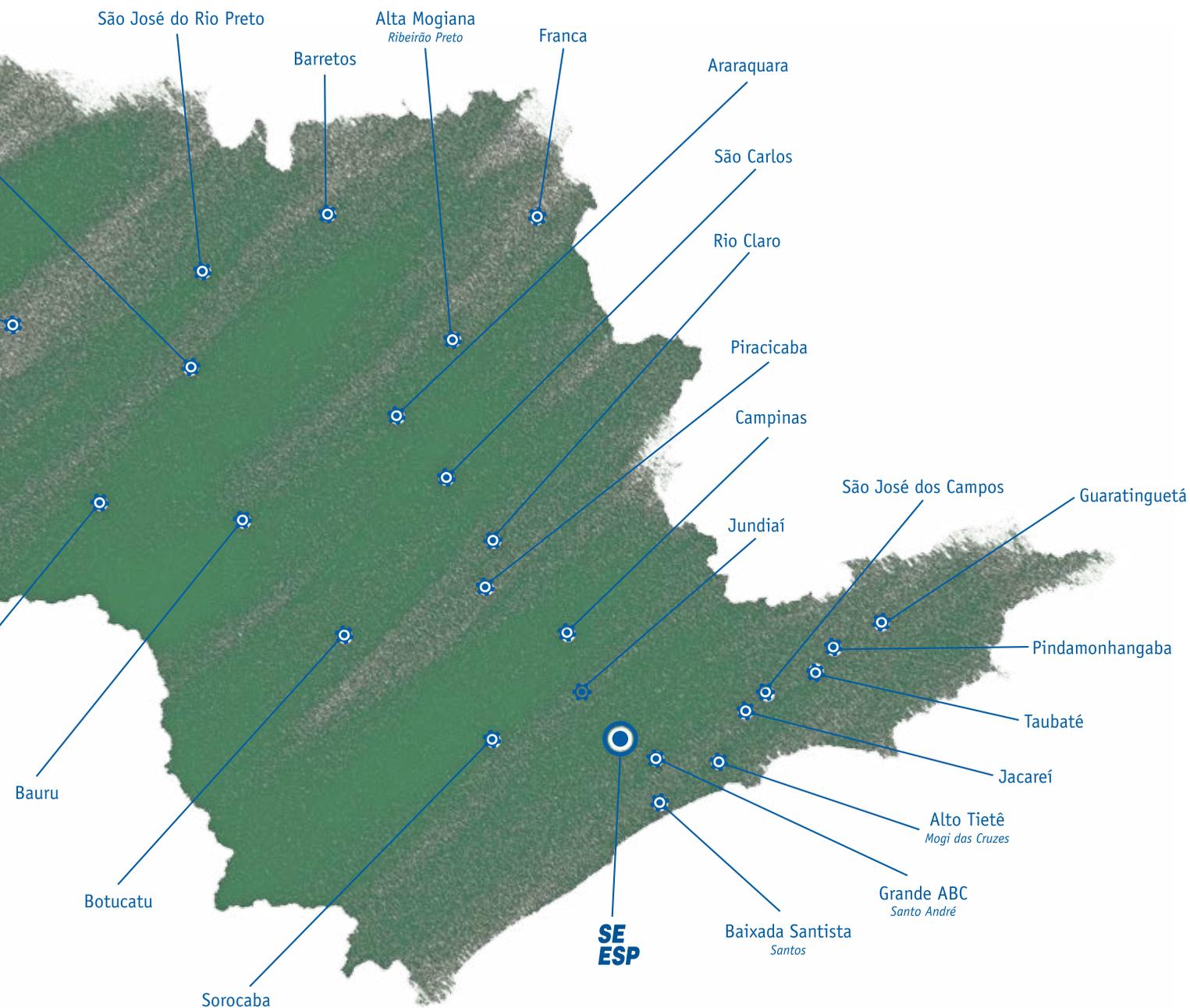
Instaladas em municípios de médio porte, funcionam como subsedes e suas ações se desdobram por várias cidades de cada região. A atuação das delegacias soma-se muitas vezes à dinâmica das associações municipais de engenheiros, presentes em quase todas as cidades médias.

Nas próximas páginas, é possível conhecer as ideias e concepções de cada um dos dirigentes das delegacias, criadas a partir do final dos anos 1970. A primeira foi a de Campinas. Hoje já são 25 e 15 delas têm sede própria.

Entre os temas em pauta, os dirigentes regionais destacam o trabalho por novos associados e a luta pelo salário mínimo profissional previsto na Lei 4.950-A/66. Importantes para sua atuação, apontam, são o projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e o Isitec, criado pelo SEESP.



Nossas 25 delegacias



O Cresce Brasil é vital para várias regiões do País

“A atuação de nossa delegacia fica atrelada às decisões do Sindicato.

O projeto *Cresce Brasil* é de importância vital para as diversas regiões brasileiras. Os profissionais de engenharia não podem se restringir somente às críticas em relação à situação econômica. As diversas e heterogêneas regiões do Estado de São Paulo já podem definir a importância de cada projeto. Sempre que possível, acompanhamos os programas lançados pelos governos federal e estadual para podermos participar das realizações. Tentamos fazer com que essas decisões colem ideias dos técnicos especializados em cada área da engenharia.”



Engenheiro civil e de segurança do trabalho formado pelo Instituto Politécnico de Ribeirão Preto

“Acompanhamos os programas lançados pelos governos federal e estadual para participar das realizações. Tentamos fazer com que essas decisões colem ideias dos técnicos especializados em cada área”

Estreitamos o relacionamento com outras categorias

“O Sindicato em nossa região tem a participação de vários segmentos da sociedade. Somos parceiros da região de Mogi das Cruzes, através do Conselho de Cidades. Já trabalhamos no plano diretor. Nossa diretoria é composta por companheiros e colegas que atuam e já atuaram em segmentos como transporte público, recursos hídricos, saneamento, meio ambiente, energia e educação.

“O grande legado do projeto Cresce Brasil foi valorizar muito a área técnica. Divulgou para a sociedade que a profissão do engenheiro está inserida em todos os segmentos”

Com o *Cresce Brasil*, o SEESP passou a ser visto não apenas como espaço para reivindicações, negociações e possíveis greves. O grande legado do *Cresce Brasil* foi valorizar a área técnica. Divulgou para a sociedade que a profissão do engenheiro está inserida em todos os segmentos.

Tivemos oportunidades de estreitar o relacionamento com outras categorias, como os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Sindicato dos Papeleiros, do Sindicato dos Metalúrgicos, com arquitetos e comerciários.

Temos também bom relacionamento na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.

Agora, nosso desafio e perspectiva é a ampliação do número de associados. O Sindicato necessita ainda batalhar mais nesse sentido. Para isso, o *Cresce Brasil* tem grande valia.”



Engenheiro eletricista graduado pela Escola de Engenharia Mauá em 1975 e em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itajubá

O maior desafio é trabalhar para mostrar à sociedade a importância da engenharia

“Em nossa região havia muitos funcionários de estatais. Procuramos fazer com que os autônomos viessem ao encontro do Sindicato. As demandas salariais também faziam com que engenheiros se aproximassem. Promovemos alguns eventos que possibilitam acesso ao conhecimento em diversas áreas.

Nosso maior desafio hoje é trabalhar para mostrar à sociedade a importância da engenharia. Temos também a necessidade de dar continuidade à formação na área elétrica, hidráulica e civil, oferecendo cursos.”

“Nosso maior desafio é trabalhar para mostrar à sociedade a importância da engenharia. Temos também a necessidade de dar continuidade à formação na área elétrica, hidráulica e civil”

Quando começamos o trabalho de crescimento e expansão da entidade, reunimos delegacias que estavam mais próximas, como a de Bauru. Trabalhamos também na área energética e de saneamento. Nesse contexto, o projeto *Cresce Brasil* é muito interessante, em todos os sentidos. Oferece perspectivas muito grandes na área da engenharia e mostra o que seria necessário ao País para que houvesse de fato crescimento. Trabalhamos de forma conjunta com outros setores. Nosso Sindicato funciona com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Araçatuba. Somos ligados ao Crea.



Engenheiro civil formado pelo Instituto Politécnico de Ribeirão Preto em 1977 e pós-graduado em Engenharia de Saneamento Básico também por essa escola

Precisamos estabelecer metas para a região

“A maior atuação de nossa delegacia se dá nas empresas metalúrgicas. Temos a Embraer e outras grandes indústrias nessa área. Atualmente, a Prefeitura e algumas empresas pagam o salário mínimo profissional graças a um movimento feito no passado. Existem ainda algumas que não pagam. Na ação sindical, precisamos estabelecer algumas metas para a região, como por exemplo o salário mínimo profissional. Buscamos evitar demissões.”

“A maior atuação de nossa delegacia se dá nas empresas metalúrgicas. Temos a Embraer e outras grandes indústrias nessa região. Buscamos evitar demissões”



Engenheiro agrimensor formado pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Araraquara em 1980, pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Fundação Jorge Duprat

Buscamos estar mais próximos do associado para atender suas necessidades

“Toda a delegacia da Baixada é uma extensão da sede do SEESP. Buscamos estar mais próximos do associado para atender suas necessidades, seja na questão sindical ou assistencial. A delegacia possui departamento jurídico próprio, negocia acordos salariais específicos com empresas da região e atende a questão assistencial com vários convênios firmados.

Sindical da Baixada Santista e Vale do Ribeira, que congrega mais de 90 entidades de nossa região. Já fizemos várias ações conjuntas. Assim, as perspectivas são as melhores possíveis, pois continuaremos expandindo a abrangência do SEESP com trabalho sério, com integração e compromisso.”

Nossas perspectivas são as melhores possíveis, pois continuaremos expandindo a abrangência do Sindicato com um trabalho muito sério, com integração e compromisso”

No caso do *Cresce Brasil*, tendo um parque industrial em Cubatão, o maior porto da América Latina na cidade de Santos, bem como a cidade *cellula mater* [primeira vila] do Brasil, São Vicente, na área de abrangência da delegacia, podemos dizer que o crescimento do País passa pela nossa região.

Hoje o Sindicato dos Engenheiros, através da delegacia, participa e é atuante no Conselho



Engenheiro eletricitista pela Escola de Engenharia Mauá e pós-graduado em Engenharia de Controle de Poluição em 1989, Engenharia de Segurança do Trabalho em 1999 e Gestão de Engenharia de Manutenção em 2005

A entidade tem um papel marcante no aprimoramento profissional

“A delegacia tem mais de 20 anos, e nossa interação com os profissionais da região é expressiva. Há um número grande de indústrias sucroalcooleiras na região, com alto grau de empregabilidade para a categoria, que frequenta assiduamente a sede. Há também fortes parcerias com universidades e instituições de ensino.

“A entidade tem um papel marcante no aprimoramento profissional, através do Isitec. Hoje, os engenheiros que não estiverem na ponta, qualificados e capacitados, estarão fora do mercado”

Mantemos uma relação boa com profissionais municipais e outros no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande do Baixo Pardo. O Sindicato atua no setor de recursos hídricos, para ampliar o trabalho na área do meio ambiente. Com os arquitetos, temos também bastante aproximação, através de suas associações na região de Barretos.

Nesse quadro, o *Cresce Brasil* tem um papel importante. Ele tem vários segmentos e uma proposta para o País e para a nossa região.

A entidade tem um papel marcante no aprimoramento profissional, através do Isitec. Hoje, os engenheiros que não estiverem na ponta, qualificados e capacitados, estarão fora do mercado. O SEESP tem acompanhado essa evolução tecnológica.

Eu me sinto grato por participar desse importante movimento.



Engenheiro eletricitista formado pela Escola de Engenharia de Lins em 1977. Pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Fundação Educacional de Barretos (Unifeb)

O Sindicato vem se consolidando no interior do Estado

“Nossa delegacia atua em consonância com as orientações e diretrizes do SEESP, prestando toda a assistência ao profissional nas áreas jurídica, assistencial, trabalhista e de atualização profissional. O Sindicato vem, ao longo dos anos, se consolidando no interior do Estado, através da criação de novas delegacias, diminuindo distâncias entre o profissional e a instituição.



Engenheiro civil formado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Bauru, em 1972 e pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho

“As entidades representativas só terão condições de subsistência se redirecionarem suas ações para a coletividade, e não apenas para as questões salariais e pessoais dos seus associados”

O *Cresce Brasil* é importante para todas as regiões do País. Para a nossa, a vertente mais forte se refere aos meios de transporte, à mobilidade urbana, à habitação e à qualificação técnica.

Sabidamente, a direção do SEESP tem desenvolvido ações para unir esforços e aproximar as diversas categorias profissionais, através de vários seminários, encontros, palestras e até mesmo via CNTU, consolidando propostas viáveis para os diversos problemas do País.

Na nossa opinião, as entidades representativas de classes só terão condições de subsistência se redirecionarem suas ações para a coletividade, para o bem de todo cidadão e não apenas para as questões salariais e pessoais dos seus associados.”

É essencial que haja a articulação com outras esferas da engenharia

“Vejo a atividade sindical dos engenheiros com muito otimismo. A nossa atuação nas esferas pública e privada na região de Botucatu é forte. Temos participado de eventos, discussões e ações práticas nas mais diversas áreas da engenharia, principalmente na ambiental. Usamos a bandeira do crescimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida da nossa população, quer seja na mobilidade urbana, na qualificação profissional, no desenvolvimento regional sustentável e em outras.

“O projeto Cresce Brasil é uma bandeira que aplicamos na região como iniciativa local de amplitude nacional. O crescimento local passa obrigatoriamente pelas mãos dos engenheiros”

O projeto *Cresce Brasil* é uma bandeira que aplicamos na região como iniciativa local de amplitude nacional. Nas mais diversas áreas de atuação da engenharia, o crescimento local passa obrigatoriamente pelas mãos dos engenheiros. É essencial que haja a articulação entre nossa entidade e outras esferas da engenharia, na área da produção, da pesquisa, da inovação

tecnológica, da sustentabilidade e da qualidade de vida. Botucatu e região vivem um momento muito especial de desenvolvimento. A presença dos engenheiros nas discussões e na implementação das diversas fases possibilita que o desenvolvimento seja articulado, sustentável e com visão de futuro. Nós do SEESP somos peça fundamental nesse processo. Assim, nossas perspectivas futuras são boas e oportunas.”



Engenheiro agrônomo formado em 1972 pela Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu

Estamos contribuindo para resolver diversos problemas da região

“A atuação do Sindicato na região é bastante dinâmica. Somos a maior delegacia no interior e a primeira a ser constituída, depois da sede, em 1978. Temos cerca de 3 mil engenheiros associados. Participamos ativamente dos principais eventos, sejam políticos, sindicais ou sociais, em Campinas. O projeto *Cresce Brasil* foi elaborado e discutido em todos os Estados para destacar e dar soluções para diversas áreas polêmicas, como educação, saúde, transporte, energia, telecomunicações e agricultura,



Formado em Engenharia de Telecomunicações pelo Instituto Nacional de Telecomunicações de Santa Rita do Sapucaí em 1977 e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp) em 1989

“Vejo a atividade sindical como um grande desafio para o futuro. Precisamos ser criativos para encontrar formas de representar os engenheiros que fazem parte das empresas privadas”

dentre outras. Esse projeto foi amplamente debatido com as autoridades políticas e sindicais de Campinas. Estamos contribuindo para resolver diversos problemas da região, como o fornecimento de água (recuperação de nascentes e construção de represas) e uso de energia alternativa (eólica, biogás, solar, etanol) em substituição às tradicionais (petróleo e hidrelétricas).

Assim, a atuação dos engenheiros da delegacia em Campinas tem sido muito dinâmica e

proveitosa, pois temos representantes na Cohab, na Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa), na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), no Crea, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e em diversas entidades da região.

Vejo a atividade sindical como um grande desafio para o futuro. Atualmente estamos em um processo contínuo de privatização de grandes empresas estatais no Brasil. Precisamos ser criativos para encontrar formas de representar os engenheiros que fazem parte dos quadros profissionais das empresas privadas.”

O Cresce Brasil é um horizonte para a sociedade

“Nosso Sindicato é comprometido com a luta dos profissionais da engenharia e extremamente participativo nas questões da sociedade e do interesse público. Além disso, apoia os projetos de empresas em defesa do meio ambiente. O *Cresce Brasil*, com seus sete temas fundamentais para o desenvolvimento do País, torna-se um horizonte para a sociedade, envolvendo lideranças empresariais e governamentais.

“Nossas perspectivas são promissoras, pois existe a luta para atrair novos associados. Mas sabemos que muitos profissionais não recebem o piso

O SEESP mantém parceria com a Associação do Comércio e Indústria de Franca (Acif), com os conselhos da Prefeitura Municipal (Obras e Meio Ambiente e Segurança) e a ONG Amigos do Rio Canoas. Os projetos compreendem reflorestamento de matas ciliares dos mananciais que abastecem as cidades da região, novos loteamentos urbanos, obedecendo ao Plano Diretor, atuação em consultoria de saneamento

de cidades da região e a administração de uma creche no município de Franca.

Assim, nossas perspectivas são promissoras, pois existe a luta para atrair novos associados. Mas sabemos que muitos profissionais de empresas privadas e públicas, aí incluídas as prefeituras, não recebem o salário mínimo profissional.”



Engenheiro eletricitista formado em 1983 pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Bauru. Possui MBA em Gestão Empresarial e licenciatura em Matemática

Batalhamos para que os engenheiros recebam o salário mínimo profissional

“Nossa delegacia tem contribuído com muitas ideias para o projeto *Cresce Brasil*, não visando apenas interesses regionais, mas, fundamentalmente, os nacionais. Nosso trabalho se voltou principalmente em unir forças com os chamados sindicatos e com as demais associações de profissionais da região (OAB, entidades de engenheiros e de arquitetos, várias escolas da área e o máximo de sindicatos aqui atuantes). Essa aproximação



Engenheiro mecânico formado pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) em São Bernardo do Campo, em 1975. Possui mestrado em Sistemas da Mobilidade pela mesma instituição

“Temos batalhado bastante para que muitos engenheiros (principalmente de prefeituras e órgãos públicos) passem a receber o salário mínimo profissional”

tem rendido bons frutos. Esse sucesso ficou demonstrado com a abertura de um núcleo da delegacia (cuja sede é em Santo André) na cidade de São Caetano do Sul. Outros embriões estão sendo gestados em São Bernardo do Campo e em Diadema.

Temos batalhado bastante para que muitos engenheiros (principalmente de prefeituras e órgãos públicos) passem a receber o salário mínimo profissional.”

Temos a melhor relação possível com outros setores

“Aqui em Guaratinguetá nosso Sindicato é bastante atuante. Os engenheiros sempre procuram a delegacia, que é bastante utilizada. Estamos em uma região metropolitana, no Vale do Paraíba. Todas as opiniões e sugestões que foram dadas para o *Cresce Brasil* podem ser aplicadas aqui, tanto na área de transporte quanto de energia e meio ambiente. Para isso, temos a melhor relação possível com outros setores. Estamos perto de uma

universidade. Os alunos frequentam a delegacia. E mesmo com profissionais de outras categorias, como metalúrgicos, temos um bom diálogo. Daqui para a frente, nosso grande desafio é a água. Temos um rio, o Paraíba, que abastece a região e segue para o Rio de Janeiro. Em Pirai, é retirada 60% de sua água. A proposta de São Paulo é começar a retirada do rio para abastecer a Capital. Precisamos fazer um seminário na região para discutir o assunto e encontrar uma maneira de perenizar essa água.”

“Daqui para a frente, nosso grande desafio é a água. O Rio Paraíba abastece a região e segue para o Rio de Janeiro. Precisamos fazer um seminário para discutir o assunto e encontrar uma maneira de perenizar essa água”



Engenheiro civil graduado pela Escola de Engenharia de São José dos Campos em 1981 e pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade de Taubaté (Unitau) em 1989

A presença do Sindicato é fundamental para garantir nossos direitos

“A região do Vale do Paraíba é bastante industrializada, e a presença do Sindicato é fundamental para garantir e preservar nossos direitos.

O projeto *Cresce Brasil* teve grande utilidade, pois os profissionais estavam preparados para o crescimento em diversos setores da indústria na região.

Nós nos articulamos com outras categorias. Sempre que há mobilização,

seja sindical e ou de outras entidades, o SEESP está presente, dando apoio e efetuando conquistas.

A atualização sindical é imprescindível, afinal, a categoria dos engenheiros está presente em quase todos os segmentos representativos deste País.”

“O projeto Cresce Brasil teve grande utilidade, pois os profissionais da engenharia estavam preparados para o crescimento em diversos setores da indústria na região”



Engenheiro civil formado pela Universidade de Mogi das Cruzes em 1991 e pós-graduado em Avaliações e Perícias de Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2007

Com a criação do Isitec, demos um passo à frente

“Jundiaí tem uma situação diferente de outras regiões, pois, apesar de o engenheiro morar aqui, ele trabalha em São Paulo.

Temos 400 associados, mas a ação sindical fica mais voltada para a Capital.

De 2013 em diante, a Prefeitura de Jundiaí começou a se habilitar para ter os projetos do *Cresce Brasil* e do PAC. O prefeito é engenheiro, e agora temos um diálogo grande sobre a engenharia pública, o piso salarial da categoria e o regime de dedicação exclusiva desse profissional.

Com a criação do Isitec, demos um passo à frente. Lutamos pelo desenvolvimento sustentável com inclusão social, é isso que fazemos. Honramos o trabalho dos conselhos tecnológicos, buscando desenvolvimento das regiões metropolitanas, e apoiamos ações voltadas ao incentivo tecnológico brasileiro. Debater e propor soluções para áreas pertinentes à profissão e trabalhar pela implementação da engenharia pública e gratuita também é o que nós fazemos aqui.”



Engenheiro civil graduado pela Faculdade de Engenharia de Itatiba da Universidade São Francisco

“Lutamos pelo desenvolvimento sustentável com inclusão social. Honramos o trabalho dos conselhos tecnológicos, buscando desenvolvimento das regiões metropolitanas”

Estamos participando de reuniões e seminários com outras categorias

“Nossa delegacia é atuante na região, principalmente com parcerias de projetos educacionais e filantrópicos da nossa cidade. O projeto *Cresce Brasil* foi o início da elaboração de novas soluções e discussões no segmento de mobilidade urbana. Somos convidados a participar do Plano Diretor junto ao poder público de nossa cidade. E sempre estamos participando de reuniões e

seminários envolvendo outras categorias, com o objetivo de desenvolver novos projetos para Lins e região.

O SEESP é muito mais dinâmico na Capital. Mas minha diretoria é composta por engenheiros que atuam nos segmentos da educação, poder público e saneamento. Assim, temos perspectivas e estamos realizando sempre atividades relacionadas a essas áreas.”



“O projeto Cresce Brasil foi o início da elaboração de novas soluções e discussões no segmento de mobilidade urbana. Fomos convidados a participar do Plano Diretor junto ao poder público de nossa cidade”

Engenheiro eletricista graduado pela Escola de Engenharia de Lins, mestre em Engenharia Elétrica pela Unesp, pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo Centro Universitário de Lins (Unilins) e em Administração pelo Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium de Lins (Unisalesiano)

Representamos o direito de defender nossos profissionais

“Representamos, através de nossas atividades, o direito de defender nossos profissionais, seja em relação ao âmbito profissional ou aos benefícios que o Sindicato oferece.

Em 2009, fizemos um evento na Universidade de Marília (Unimar) e contamos com palestrantes que enfocaram questões locais. Discutimos também o papel educacional, não apenas para reciclagem dos profissionais, mas também para a formação dos novos engenheiros.

Temos nos empenhado em discutir com visitantes e palestrantes, bem como com outras entidades ligadas à CNTU, agregando e considerando projetos de diversas categorias visando o desenvolvimento.

Enxergamos como positivo e ressaltamos o papel do Isitec como pioneiro, com a finalidade de alavancar os projetos educacionais do SEESP.”



Engenheiro químico graduado pela Escola Superior de Química em 1975

“Temos nos empenhado em discutir com entidades ligadas à CNTU, agregando e considerando projetos, visando o desenvolvimento”

O projeto *Cresce Brasil* é uma ferramenta de extrema importância

“As delegacias no Vale do Paraíba têm uma peculiaridade: elas se articulam unidas. Todo o planejamento vindo de São Paulo e eventos realizados na região têm a participação de todas as entidades. A delegacia de Pindamonhangaba trabalha na defesa e nos interesses dos profissionais.



Engenheiro civil graduado pela Universidade de Taubaté (Unitau), com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e Sanitária

“Os engenheiros, além de participarem do desenvolvimento técnico da sua unidade, se preocupam com o incentivo para que profissionais se envolvam em outras atividades de liderança”

O projeto *Cresce Brasil* é uma ferramenta de extrema importância, elaborada por profissionais competentes, para auxiliar os administradores públicos na formulação de um plano de trabalho visando as necessidades técnicas de cada região. Os engenheiros, em especial os de nossa região, além de participarem do desenvolvimento técnico da sua unidade, se preocupam com o incentivo para que profissionais se envolvam em outras atividades de liderança.

Também nos colocamos à disposição para desenvolver trabalhos com entidades sindicais representantes de outras categorias. Entre nossas várias metas, a principal é angariar novos sócios, demonstrando o que o Sindicato tem a oferecer, como aposentadoria, convênios, plano de saúde, seguros, assistência jurídica e principalmente a negociação salarial, que é o carro-chefe dessa entidade.”

Vamos trazer mais engenheiros

“Nós compramos um imóvel e agora teremos uma nova sede para a categoria. Com isso, acreditamos que conseguiremos atrair mais engenheiros e fazer o Sindicato ser mais valorizado.

Fizemos em Piracicaba debates importantes sobre questão da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, envolvendo a necessidade de despoluição e reuso da água, recurso natural que é literalmente vital e hoje se

mostra extremamente escasso. Também aconteceu em Piracicaba um dos seminários pioneiros do *Cresce Brasil*, que discutiu a produção agrícola brasileira e as providências necessárias para torná-la sustentável, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. O debate foi fundamental para formatar o documento final que, depois, foi apresentado aos candidatos e ao governo como proposta de desenvolvimento nacional.”



*Engenheiro agrônomo formado
pela Faculdade de Ciências
Físicas e Biológicas de Botucatu*

“Fizemos em Piracicaba debates importantes sobre questão da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, envolvendo a necessidade de despoluição e reuso da água, recurso natural vital”

Nosso desafio é fazer com que os engenheiros participem mais

“É sempre bom que o Sindicato esteja perto dos engenheiros e centralize essa relação. A existência da delegacia aqui é fundamental para a continuidade do trabalho sindical. O *Cresce Brasil* ainda não tem impacto na nossa região. Por enquanto, estamos entregando a todos os prefeitos o projeto. Temos tido uma afinidade com a Prefeitura de Rosana sobre a questão da linha ferroviária norte-sul.

Todos os anos, participamos da Semana do Engenheiro aqui na Universidade Unioeste. Colocamos os trabalhos que o Sindicato tem, no caso o *Cresce Brasil*, e discutimos problemas regionais. Tratamos da agroindústria e de desenvolvimento industrial. Estamos debatendo sempre, junto de professores e alunos.

Nosso desafio é fazer com que os engenheiros da região participem mais das bandeiras que o Sindicato está colocando no *Cresce Brasil*. Segundo, fazer com que os direitos dos engenheiros sejam mais respeitados nas prefeituras e empresas da região. E terceiro, fazer com que os engenheiros usufruam dos benefícios que o Sindicato oferece.”



Engenheiro civil formado pela Escola de Engenharia de São Carlos da USP em 1981, com especialização lato sensu em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Unesp, campus Presidente Prudente. Graduado também em Ciências Econômicas pela Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente em 1991

“A existência da delegacia aqui é fundamental para a continuidade do trabalho sindical. O Cresce Brasil ainda não tem impacto na região. Estamos entregando a todos os prefeitos o projeto”

A delegacia está estruturada e equipada para desenvolver uma ação sindical eficaz

“Tanto a delegacia de nossa região quanto o próprio SEESP são protagonistas nas tomadas de decisões em assuntos que envolvam a engenharia. Além disso, participamos ativamente dos principais conselhos deliberativos e consultivos do poder público e da sociedade organizada. O projeto *Cresce Brasil* trouxe para as diversas cidades do interior os conselhos tecnológicos.

“O projeto Cresce Brasil trouxe para as diversas cidades do interior os conselhos tecnológicos. Eles abordaram os principais temas da engenharia, propondo soluções para o desenvolvimento”

Eles abordaram os principais temas da engenharia, propondo soluções para o desenvolvimento. Muitas de nossas ações são feitas em conjunto com outras categorias, como exemplo, a OAB, universidades locais etc.. Dessa forma, quanto mais entidades apoiarem nossas ações, mais “peso” é colocado para sua implantação. A delegacia está estruturada e equipada para desenvolver uma ação sindical eficaz, que garanta a valorização profissional dos engenheiros da região. Nesse setor, são nossos



Engenheiro civil, pós-graduado em Gestão de Negócios de Energia pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Geologia e Análise de Deformações pela Università di Messina, na Itália, e em Avaliações e Perícia de Imóveis Urbanos e Rurais pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias (Ibape)

objetivos buscar novas formas de negociações e procedimentos junto às companhias; lutar pela obrigatoriedade da representação sindical nas empresas com mais de 50 engenheiros e promover, permanentemente, a filiação de novos sócios através de melhorias na prestação de serviços e benefícios.”

Os engenheiros são responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das comunidades

“O projeto *Cresce Brasil* é de grande importância, pois os temas abordados foram de grande relevância para os engenheiros e importantíssimos para o governo federal direcionar o crescimento do País. Em São José do Rio Preto, abordamos os tópicos de transportes e comunicação.

Os engenheiros são os responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das

comunidades, portanto, essa articulação junto às outras categorias acontece normalmente, tanto através de debates e palestras como em conversas informais. A sociedade começa a entender o papel do engenheiro dentro do contexto de crescimento do País.

“A articulação junto às outras categorias acontece normalmente. A sociedade começa a entender o papel do engenheiro dentro do contexto de crescimento do País”

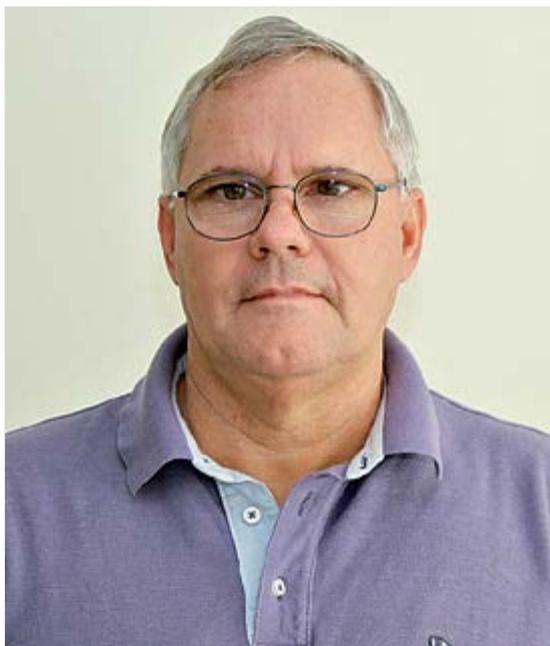


Engenheiro civil pela Faculdade de Engenharia de Barretos em 1982, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo Centro Universitário da Unifeb em 1994

A atuação sindical foi e continuará a ser de extrema importância para a defesa da categoria, buscando sempre a valorização do profissional e visualizando as mudanças do mercado de trabalho, em que hoje o profissional liberal tem uma atuação crescente.”

Os engenheiros deveriam participar mais ativamente das decisões governamentais

“A delegacia do SEESP em São Carlos tem sob sua responsabilidade mais sete cidades: Descalvado, Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras, Pirassununga, Santa Rita do Passa Quatro, Dourado e Ibaté. Nossa estrutura é pequena. Estabelecemos parceria com várias entidades para promoção de eventos conjuntos. Promovemos palestras na região, divulgando o Sindicato. Estamos atuando na questão de novos associados junto às universidades.



Engenheiro civil formado pela Faculdade de Engenharia de Araraquara em 1979, com especialização em Gerência de Cidades pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap)

A cidade de São Carlos se engajou ao *Cresce Brasil* desde o início e fez várias realizações por meio do PAC.

Os engenheiros deveriam participar mais ativamente das decisões governamentais, principalmente na área de planejamento das futuras ações.

O SEESP entende que a atuação sindical não deve ficar presa somente a questões trabalhistas. Tem atuado de maneira contundente em outras áreas, como a colaboração com os governantes através do *Cresce Brasil*.”

“Estabelecemos parceria com várias entidades para promoção de eventos conjuntos. Promovemos palestras na região, divulgando o Sindicato. Estamos atuando na questão de novos associados junto às universidades”

Uma das questões mais discutidas em nosso meio é o salário mínimo profissional

“O Sindicato está em nossa região desde 1986. Foi para lá especificamente por conta da Embraer, que abrigava cerca de 4 mil engenheiros. Temos contato também com outras empresas.

“Esse é nosso acordo principal e não abrimos mão de cumprir a lei. É uma conquista bem realizada”

Quando começaram as discussões sobre o *Cresce Brasil*, fizemos uma reunião em Taubaté, que abrange toda a região do Vale do Paraíba. Fizemos também um projeto de *Cresce Brasil* regional, especificamente para o Vale do Paraíba. Discutimos trem-bala, implantação de TV digital, porto de São Sebastião, agricultura, água e poços artesianos.

Temos uma relação estreita com o Sindicato dos Metalúrgicos, assim como com a Associação dos Engenheiros.

Uma das questões mais discutidas no nosso meio é o salário mínimo profissional. Esse é nosso acordo principal e não abrimos mão de cumprir essa lei. É uma conquista bem realizada.

Nossa atuação deve ter como meta trazer mais associados para o SEESP. Quanto mais forte for o Sindicato, mais condições teremos para reivindicar melhorias à categoria.”



Engenheiro mecânico formado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Braz Cubas em 1974 e pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Engenharia Industrial

O Cresce Brasil tem sido positivo para fortalecer nossa profissão diante da sociedade

“Acreditamos que o Sindicato deva se centrar em defender demandas de todos os engenheiros da região de Sorocaba. Por melhores condições de trabalho, pelo respeito ao pagamento do salário mínimo profissional, pelo direito de o engenheiro realizar sua reciclagem para se manter constantemente atualizado.

Procuramos promover discussões acerca das questões ligadas ao desenvolvimento com sustentabilidade e esperamos conseguir

integrar o projeto *Cresce Brasil*, que tem sido positivo para fortalecer a profissão diante da sociedade. Afinal, a engenharia está diretamente relacionada a diversas atividades econômicas e, conseqüentemente, ao desenvolvimento.

Temos um relacionamento bom com outras categorias, tanto com as de profissionais universitários, como arquitetos e agrônomos, quanto com as dos metalúrgicos e químicos. Esperamos fortalecer nossa base, aumentando o número de associados para criarmos condições de, cada vez mais, discutir projetos para uma engenharia de qualidade.”



Engenheiro formado pela PUC Campinas, em 1981, pós-graduado em Direito Urbanístico e Ambiental pela Faculdade de Direito de Sorocaba

“Procuramos promover discussões sobre questões ligadas ao desenvolvimento com sustentabilidade. Esperamos ainda aumentar o número de associados”

O Cresce Brasil tem interface imediata com a nossa região

“A delegacia do SEESP, com mais de 25 anos de atividades, está inserida na vida política e sindical de Taubaté e das cidades próximas. Temos representatividade e somos convidados a participar dos principais debates da nossa região. O projeto *Cresce Brasil* tem interface imediata com a nossa região, que é um dos polos da indústria automobilística do Vale do Paraíba.



Engenheiro civil formado pela Unitaú em 1976, com especialização em Engenharia Sanitária por essa instituição em 1996 e em Controle de Poluição de Água pelo International Center for Environmental Technology Transfer em 1995, na cidade de Yokkaichi, Japão. Mestre em Engenharia Civil e em Hidráulica pela Poli-USP

“A delegacia do SEESP, com mais de 25 anos de atividades, está integrada na vida política e sindical de Taubaté e das cidades próximas. Estamos atentos para nos inserir no novo modelo de planejamento regional”

Com a ampliação do porto de São Sebastião e o advento dos projetos previstos para o litoral norte, devido ao pré-sal, a região já está com crescimento superior às nossas médias históricas. No momento, a discussão relevante começa a ser travada para garantir os recursos hídricos necessários a esse desenvolvimento. Mantemos contatos com outras categorias, mas ainda é difícil pensar num projeto de desenvolvimento multidisciplinar. A própria condição de ser uma região metropolitana “novata” dificulta essa visão. Estamos atentos

para nos inserir no novo modelo de planejamento regional. A formação do Conselho Metropolitano ainda está em andamento e haverá um tempo para mudarmos a cultura do problema local para a visão regional. As perspectivas sempre são boas.”



Capítulo 6

A aventura do desenvolvimento

O Sindicato dos Engenheiros tem papel fundamental no debate nacional sobre os rumos do desenvolvimento, após décadas de baixo crescimento econômico.

O projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento representa importante síntese de um acúmulo de formulações e debates da categoria.

*Plataforma da Petrobras,
em alto-mar. Pré-sal pode
ser um passaporte
para o desenvolvimento*



O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, juntamente com entidades congêneres de todo o Brasil, foi o formulador e impulsionador da mais marcante intervenção da categoria no debate político nacional, na primeira década do século XXI.

Se nos anos finais da ditadura, entre 1980 e 1985, o SEESP se somou a várias organizações sociais na luta pela democracia, mais recentemente a demanda central passou a ser a superação dos anos de baixo crescimento econômico.

A volta da democracia, a partir de 1985, coincidiu com anos de estagnação e inflação alta. Para se ter uma ideia, a taxa de 1994 bateu os 2.500% ao ano.

O Plano Real, implantado no governo Itamar Franco naquele ano, quebrou o surto inflacionário. A estabilização da moeda trouxe previsibilidade à atividade econômica. Mas houve uma contrapartida, que se mostrou dramática.

O baixo crescimento foi consequência dos próprios mecanismos utilizados para reduzir a inflação. Para se estabilizar a moeda,

utilizou-se a taxa de câmbio como âncora da variação de preços. Ao que se tornou necessária a acumulação de grande volume de reservas cambiais no Banco Central. Para atrair divisas, o BC elevou seguidamente a taxa básica de juros (selic), o que tornava a compra de títulos públicos brasileiros extremamente interessante no plano internacional.

Duas decorrências vieram daí.

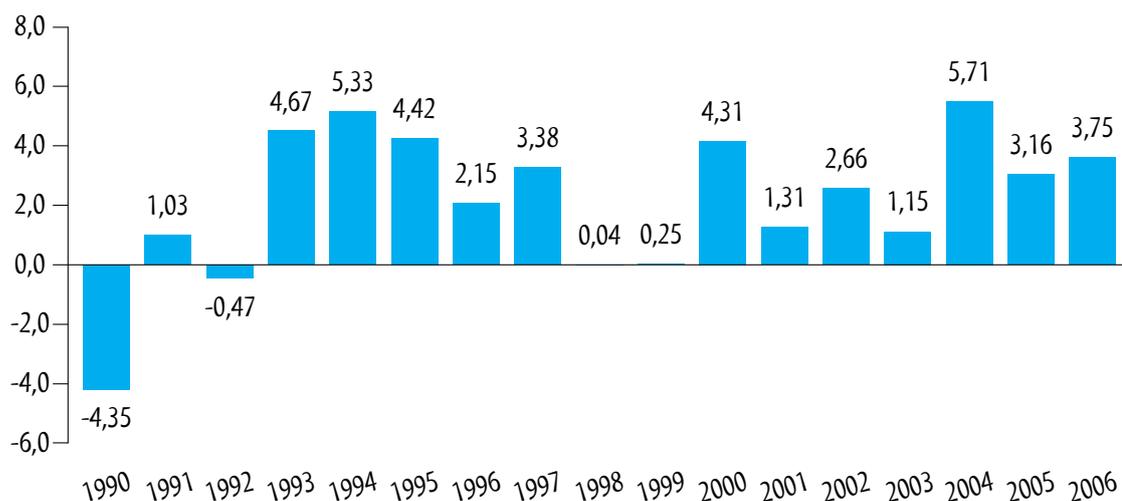
A primeira é que os juros contraíram a atividade produtiva interna e retraíram investimentos. A economia se desacelerou.

A segunda é que a taxa de câmbio se valorizou. Nos primeiros meses, o dólar era cotado a cerca de R\$ 0,90. Ao contrário de demonstrar uma suposta força da economia brasileira, a cotação serviu para derrubar exportações e tornar as compras de produtos e serviços no exterior mais baratas.

Se nos meses iniciais do plano houve uma reativação da atividade econômica, seu efeito no longo prazo foi o de aumentar a instabilidade no ritmo de crescimento. A situação pode ser verificada no gráfico abaixo:

Varição anual do PIB

(em porcentagem)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



Apresentação do projeto Cresce Brasil ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, no auditório do Sindicato em 2006

Seguidos déficits na balança comercial atingiram o balanço de pagamentos. De acordo com o Banco Central, as reservas cambiais, que alcançavam um total de US\$ 74,6 bilhões em maio de 1998, caíram para menos da metade, em janeiro do ano seguinte, somando US\$ 36,13 bilhões. O resultado foi uma séria crise cambial, no início de 1999. Uma terceira matriz do Plano Real foi representada pelas privatizações. Elas tiveram como motivação principal aumentar o fluxo de investimentos em moeda forte, para auxiliar na composição das reservas. A maior parte dos financiamentos foi bancada pelo próprio Estado, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O processo de privatizações, a redução do papel do Estado como planejador, a desregulamentação e o corte de direitos trabalhistas resultariam em desaceleração econômica e alta do desemprego ao longo daquela década. A queda do número de

empregos formais culminaria na destruição de cerca de 9 milhões de postos de trabalho entre 1990 e 2000.

O Brasil da última década do século XX cresceu a uma taxa ligeiramente superior a 2% ao ano. Vale lembrar que entre 1930 e 1980, a expansão anual média esteve acima de 6%. Para um País que necessita gerar 1,5 milhão de empregos a cada 12 meses, o resultado foi medíocre.

Os engenheiros perceberam esse quadro e resolveram tomar uma iniciativa.

Desenvolvimento e engenharia

Desenvolvimento é um conceito estreitamente ligado à engenharia. Implica mais do que crescimento econômico. Desenvolvimento significa expansão de investimentos, negócios, níveis de emprego, distribuição de renda, melhoria de serviços públicos etc.. Em suma, resulta em mudanças na estrutura social.

Uma observação é importante: sem crescimento não há desenvolvimento.

Desde o início dos anos 1980, o Brasil enfrentou um fenômeno chamado de “voo de galinha” pelos economistas. Ou seja, dois ou três anos de crescimento eram sempre seguidos de outros tantos em que a taxa era medíocre. É como a galinha, que corre, cacareja e bate desesperadamente suas asas, mas é incapaz de alçar-se do chão.

Pautados por orientações ortodoxas e contracionistas, os governos brasileiros entre 1990 e 2005 tiveram como meta principal a estabilização da moeda, e não políticas expansivas.

O fraco desempenho da economia brasileira não é obra do acaso. Resulta de condições externas e internas, mas especialmente das prioridades definidas por diferentes governos

Houve um curto ensaio desenvolvimentista no segundo governo Lula (2007-2010), interrompido a partir de 2011.

O baixo desempenho da economia brasileira não é obra do acaso. Resulta de condições externas e internas, mas especialmente das prioridades definidas por diferentes governos.

Nem todos perdem em períodos de estagnação. Tempos assim, de altas taxas de juros, são também épocas de altos ganhos para o capital financeiro e para a especulação.

O engenheiro que virou suco

Os anos de baixo crescimento tiveram impacto em todas as esferas da vida nacional. Envolveram queda da qualidade de vida da maioria da população, aumento da pobreza, desemprego e carências de variados tipos.

Implicaram também cortes de verbas em centros de pesquisa, universidades e em serviços públicos essenciais. Na indústria, resultaram em aumento da capacidade ociosa, quebraadeiras, falências e desnacionalização.

Para a categoria, foram tempos dramáticos.

O desemprego aumentou, especialmente na área de construção civil.

Não há símbolo melhor da falta de perspectivas para a profissão em tempos de crise do que a história do engenheiro que virou suco. O caso se passou na primeira metade dos anos 1980.

Em 1982, no auge de uma forte recessão, o engenheiro metalúrgico Odil Garcez Filho foi demitido de uma grande empresa paulista. Sem perspectivas, ele decidiu mudar de vida.

Juntou economias e contou à esposa, Neide Correia Garcez, o que tinha em mente: abrir uma lanchonete na Avenida Paulista.

Os cinemas exibiam um grande sucesso nacional, o premiado “O homem que virou suco”, de João Batista de Andrade. Neide aproveitou a deixa e sugeriu batizar o empreendimento de “O engenheiro que virou suco”.

Garcez pendurou o diploma na parede do botequim e colou sua carteira do Crea no vidro do caixa.

O sucesso foi imediato. A casa tornou-se referência na cidade de São Paulo e volta e meia era citada por lideranças políticas, sindicalistas e pela imprensa como sintoma daqueles tempos difíceis.

O empreendimento prosperou e durou cinco anos, até o dono do imóvel pedir um aluguel acima das posses de Garcez, que morreu de leucemia em 2001, aos 51 anos¹.

Desenvolvimento em pauta

Desde o final dos anos 1990, os engenheiros do Brasil e – em especial – os de São Paulo passaram a colocar no centro de suas agendas de debates a retomada do desenvolvimento.

A temática principal do IV Congresso de Sindicatos dos Engenheiros (Conse), realizado em 2000, em Maceió, foi “Mais engenharia para o desenvolvimento e avanço social”.

O tema se mostraria acertado, diante das decorrências mais claras do significado das orientações governamentais dos anos 1990: o apagão de 2001, a desaceleração econômica e seus impactos sociais.

No encontro seguinte (V Conse), em novembro de 2003, a FNE divulgou a Carta de Florianópolis, intitulada “Mais desenvolvimento, engenharia e tecnologia para um Brasil vencedor”. Sua essência está no seguinte trecho:

“Precisamos, urgentemente, reverter o quadro de estagnação e concentração de renda que levou o PIB brasileiro a cair da 8ª para a 12ª [posição no mundo] e a ocupar a 64ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essas posições desfavoráveis revelam a vulnerabilidade de nosso modelo econômico e social.

(...) As políticas públicas recessivas, que há décadas travam o desenvolvimento brasileiro,

devem dar lugar a investimentos imediatos em atividades produtivas de infraestrutura.”

A partir daí, a questão do desenvolvimento entraria definitivamente na agenda da engenharia brasileira. O SEESP colocou-se na vanguarda dessa luta.

Em 2006, no VI Conse, realizado em São Paulo, foi lançado o mais completo programa desenvolvimentista produzido no Brasil nos últimos 30 anos. Trata-se do projeto *Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento*. É uma contribuição essencialmente política sobre opções e possibilidades para que a sociedade encontre um caminho positivo nas áreas econômica, social, cultural e ambiental. Retomar o desenvolvimento foi – e segue sendo – fruto de pressão política da sociedade organizada.



Congresso Estadual dos Engenheiros, 2003

¹ As informações são da reportagem “O engenheiro que virou suco... e deu certo”, de Renata Cafardo, em matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 27.7.2008.

Surto de prosperidade

O manifesto *Cresce Brasil* foi entregue a todos os candidatos às eleições presidenciais de 2006. Viviam-se então o auge de uma conjuntura em que a China entrava como grande comprador mundial de *commodities*. Isso fez com que os Países exportadores de produtos primários, como o Brasil e boa parte da América Latina, vivessem um súbito surto de prosperidade, com seguidos *superávits* na balança comercial.

A situação permitiu a elevação do investimento público, a expansão do crédito e um período de elevação da renda dos



Desenvolvimento é um conceito ligado à engenharia. Significa expansão de investimentos, negócios, níveis de emprego, distribuição de renda, melhoria de serviços públicos etc.. Resulta em mudanças na estrutura social

assalariados. E o governo desatou um plano de financiamento de obras públicas pelo País, chamado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Embora não envolvesse planejamento e intervenção mais profunda do Estado na economia, representou uma mudança de orientação em relação ao que se via nos anos 1990. O desenvolvimento voltou à agenda nacional, embora não tenha se constituído como diretriz geral de governo. O País seguiu gerindo uma dívida pública impagável, com metas fiscais e

de inflação extremamente apertadas. Tais características levam o governo a manter taxas de juros elevadas, que atuam como freio permanente ao desenvolvimento.

A emergência da crise internacional, em 2008, reabriu a disputa por alternativas e fez com que ganhassem força as teses que veem na centralidade da ação estatal a chave para um novo ciclo expansivo.

O manifesto e o projeto *Cresce Brasil* são uma intervenção da sociedade para que o Estado brasileiro assumira seu papel como articulador e impulsionador de um novo ciclo de desenvolvimento. Eles vão muito além de propor um conjunto de obras, muitas vezes



Ativistas da CNTU – entre eles, engenheiros – protestam em São Paulo, em julho de 2013

sem conexão entre si. O *Cresce Brasil* localiza gargalos, aponta insuficiências, vê problemas na infraestrutura, faz diagnósticos e indica soluções. Por isso, não é um texto estático. Suas características regionais e temporais são continuamente atualizadas. Em uma frase, trata-se de uma proposta viva.

Em um de seus trechos, o manifesto vai direto ao ponto: o bloqueio ao crescimento da economia nos últimos 25 anos repercutiu imediatamente sobre essa categoria. A estagnação corroeu o País e restringiu o papel do engenheiro, atrofiando sua inserção na vida profissional e social.

“Há recursos financeiros para o investimento público e privado necessário para se alcançar,

em média, crescimento de 6% ao ano e criar emprego e renda a todos os brasileiros.

Reduzir a taxa de juros praticados, que fez com que o Estado pagasse, apenas este ano [2006], o montante de R\$ 160 bilhões de juros da dívida pública, é decisivo. O desenvolvimento não foi e não será uma dádiva, muito menos o resultado natural da ação do mercado.” Nas páginas a seguir, uma síntese das formulações da primeira edição do *Cresce Brasil*. Elas resultam de dezenas de reuniões e debates em todo o País, incluindo São Paulo. Mais cinco detalhamentos foram feitos entre 2006 e 2009. A íntegra dos textos pode ser encontrada em www.crescebrasil.org.br.

Principais pontos do Cresce Brasil

Os delegados estaduais presentes ao VI Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), realizado entre 13 e 16 de setembro de 2006, em São Paulo, aprovaram um documento síntese com propostas para o futuro do Brasil. Aqui vão seus principais trechos.

Elevação das metas de crescimento

No passado, o Brasil, durante 50 anos, teve um crescimento superior a 6% ao ano. Não há qualquer razão estrutural para que o País não volte a esse patamar, agora numa nova dinâmica que assume os objetivos de integração socioterritorial e de fortalecimento do mercado interno, tendo como referência principal a inclusão social, conforme proposto aqui pela engenharia nacional. (...)

Crescer 6% gera os empregos necessários

Em primeiro lugar, faz-se imprescindível a fixação e o cumprimento de metas sustentáveis de crescimento, compatíveis com as necessidades do País. É insuficiente a taxa de 4,5% ao ano, teto imposto atualmente pelo Banco Central ao desempenho da economia. O Brasil precisa ter um crescimento sustentável na ordem de 6% ao ano para que sejam gerados os 2 milhões de



Plenária do VI Congresso Nacional dos Engenheiros, São Paulo, 2006

empregos dignos (com carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados) que o País necessita para garantir estruturalmente e a longo prazo a inclusão social.

(...)

Recuperação dos níveis de investimento

A variável chave de um projeto de desenvolvimento é a taxa de investimento macroeconômico. Situada, no último quarto do século, em torno de 25% do PIB, caiu depois de 1980, estando hoje próxima de 20%. Uma nova política econômica deve levar em conta a questão social no plano estrutural, ou seja, a geração de empregos dignos, o que impõe a elevação da taxa de investimento.

Para tanto, é necessário reduzir a atual taxa de juros, que inibe o investimento privado e compromete de maneira essencial o

público, comprimido pela prioridade dada ao pagamento do serviço da dívida. A opção pelo rentismo compromete o dinamismo da economia e a atividade produtiva com reflexos profundos no emprego.

Elevação da participação pública

A engenharia considera que essa é questão central para a retomada do crescimento, devendo se situar em torno de 50% da formação bruta de capital do País. Pelo ângulo dinâmico, uma parcela do investimento público corresponde à renovação e reservação da infraestrutura existente. Essa parcela tem prioridade, pois a insuficiência nesse caso gera uma degradação acelerada do equipamento.

Uma segunda componente leva em conta a necessidade de projetos novos para a expansão da economia.

(...)

Papel complementar do setor privado

O desenvolvimento continuado do País não será possível sem que o Estado assuma a liderança no investimento em infraestrutura. Parte dos recursos deverá vir da renegociação da dívida pública, que faz a sangria das finanças nacionais.

(...)

A engenharia brasileira considera toda contribuição da iniciativa privada bem-vinda, mesmo entendendo ter ela papel complementar no investimento em grandes projetos de infraestrutura. A partir da promulgação do Código de Águas em 1934, o Brasil, planejando seu ingresso no rol dos Países industrializados, investiu recursos públicos na infraestrutura, ao



mesmo tempo em que instituiu uma legislação apropriada para a concessão de serviços públicos, atraindo capitais estrangeiros e nacionais para essa área.

(...)

Dinamismo reanima vinda de capital externo

A iniciativa privada responderá a um programa de investimento público que defina com clareza as frentes de expansão para a economia. Isso deverá, inclusive, fazer com que as filiais estrangeiras hoje instaladas no País (das 500 maiores corporações mundiais, 350 têm operações no Brasil) voltem a investir no

Em muitos casos, é um canal indireto pelo qual a estagnação brasileira contribui para o dinamismo de outros Países.

Provavelmente, filiais na China estão recebendo aportes indiretamente gerados no Brasil.

(...)

Integração socioterritorial e fortalecimento do mercado interno

O programa pensado pela engenharia brasileira coloca a integração socioterritorial e o fortalecimento do mercado interno como os macro-objetivos das políticas de investimento em infraestrutura.

Um projeto de desenvolvimento tem que priorizar a integração territorial, dentro da concepção de que é a partir do contínuo espacial que se constrói a identidade nacional. A criação, o desenvolvimento e fortalecimento de um grande e integrado mercado interno, reunindo todos os brasileiros, garantindo condições dignas de vida em um País indivisível, são a maior herança que podemos deixar aos nossos filhos.

(...)

Integração do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Alguns grandes projetos de engenharia têm que ser relacionados quando se pensa no objetivo estratégico da integração. Para o Brasil, é fundamental interarticular a região Nordeste à Centro-Oeste e à Norte.

(...)

Ações para a integração sul-americana

Essa temática tem duas projeções fundamentais nas ligações rodoviárias do Acre em relação ao Pacífico e do Amapá em relação à Guiana. Quanto ao Mercosul, o Brasil terá que fazer

Os anos de baixo crescimento tiveram impacto em todas as esferas da vida nacional. Envolveram queda da qualidade de vida da população. Implicaram também cortes de verbas em centros de pesquisa, universidades e em serviços públicos essenciais

crescimento nacional.

O que reanima o investimento externo é a perspectiva de participar de uma economia dinâmica. A estagnação faz com que as filiais ampliem seu poder no mercado, adquirindo empresas mais fracas, ou se transformem em aplicadores financeiros e remetam lucros e juros para sua matriz no exterior.



Seminário preparatório para o IV Consee, na cidade de Campinas, em 2006

um importante esforço de melhoria do eixo rodoviário que nos interliga, bem como um esforço ferroviário que deve, a partir de Bauru, modernizar a ligação com o Pacífico, em Arica. (...) Devem ser aproveitadas as potencialidades de uma interligação elétrica da América do Sul.

Construção fortalece o mercado interno

A inclusão social, que é o principal referencial dos engenheiros ao apresentarem propostas para o desenvolvimento, impõe prioridade à expansão do mercado interno. No domínio da engenharia e numa clara projeção do investimento público, o macrossegmento da construção civil, conceitualmente incorporando todas as construções e trabalhos de saneamento, é chave para a reativação do mercado interno brasileiro. Preservar a atual estrutura urbana do País e ampliar empregos dignos e qualidade de vida passam pela disposição para cada família de uma unidade residencial adequada com as ligações à rede de luz, serviços sanitários e infraestrutura de acesso. (...)

É urgente atender as demandas por infraestrutura

Naturalmente, o olhar dos engenheiros escrutina os setores de infraestrutura (energia, transporte, transportes urbanos, comunicações). Isso porque sabem que a implantação de grandes obras ou de empreendimentos de interesse público promove o desenvolvimento econômico e social das nações e vice-versa. (...)

Oferta de energia precisa crescer mais de 8% ao ano

Energia é um ingrediente essencial para a vida na sociedade moderna. A ampliação da infraestrutura energética do Brasil, tanto na sua produção como no consumo, exigirá grandes investimentos. A presença do Estado no planejamento do setor é fundamental para atender a demanda por mais e melhores serviços no setor. Para garantir o suprimento, o País precisará investir quantia significativa

nos próximos anos. Considerada uma taxa de crescimento da economia à razão de 6% ao ano e a prevalecerem os padrões históricos do passado, estaríamos forçados a ampliar a oferta de energia acima de 8% ao ano.

“A variável chave de um projeto de desenvolvimento é a taxa de investimento. Situada, no último quarto do século, em torno de 25% do PIB, ela caiu depois de 1980, estando hoje próxima de 20%. Uma nova política econômica deve levar em conta a questão social”

A pressão ambiental gerada por essa meta representa um desafio severo que só poderá ser vencido com criatividade e determinação. Deverá ser contrabalançada pela introdução de estímulos poderosos às fontes energéticas sustentáveis e duradouras, assim como ao uso eficiente e à conservação.
(...)

Planejamento praticado de forma integrada

A política nacional deve ser planejada de forma integrada e não deve negligenciar a importância da obtenção de ganhos de eficiência energética e da conservação, sob todas as formas. O planejamento setorial de longo prazo é vital, pois os agentes econômicos necessitam, para definirem adequadamente suas

estratégias empresariais, de sinalização segura e confiável do futuro. Contudo, o planejamento deve ser estruturado de forma transparente e aberta a toda a sociedade.
(...)

Transportes: integração do continente e justiça social

Investimento em infraestrutura de transportes é fator essencial a uma política de Estado que busque resolver os problemas estruturais do Brasil e executar um projeto de integração física sul-americana. Essas inversões não geram produtos, mas a própria produtividade. Os transportes abrem novos mercados, o que permite maior escala de produção e consequente redução de custos.
(...)

Abandonar a postura de Estado mínimo

É preciso mudar a postura do Estado para que o crescimento e o desenvolvimento, e consequentemente os investimentos em infraestrutura, sejam priorizados. Portanto, há que se remover a ideia de Estado mínimo e implantar uma visão que privilegie o planejamento de longo prazo.
(...)

Custo menor com nova matriz de transportes

A atual matriz de transportes brasileira é fortemente baseada no modal rodoviário, o mais custoso. Objetivando desonerar o setor, é preciso reformulá-la, buscando alcançar uma distribuição por intermodalidade que se aproxime das hoje existentes em Países como os Estados Unidos

e a Argentina. Assim, no longo prazo, as cargas no País devem ser transportadas 35% pelo modo ferroviário, 20% pelo rodoviário, 40% pelo aquaviário e 5% pelo dutoviário. Dessa maneira, ênfase crescente deverá ser dada aos modos ferroviário e aquaviário.

(...)

Integração territorial do País e do continente

Um novo ciclo de desenvolvimento, que pretenda superar as deficiências de nosso modelo, deve enfrentar o desafio de integrar plenamente todas as regiões, reconstituindo nossa matriz de transportes, de modo a estabelecer vias de comunicação adequadas à integração desse arquipélago de espaços geográficos diferenciados chamado Brasil. Deve ir mais além, propondo a integração física de todos os espaços da América do Sul.

(...)

Transportes urbanos: prioridade aos coletivos

(...)

A prioridade dada ao transporte individual relegou para segundo plano o transporte público, que foi o alicerce do crescimento de nossas metrópoles, resultando na limitação do direito de deslocamento e acessibilidade da população. Um dos principais problemas verificados nesse modelo de desenvolvimento é a produção de situações crônicas de congestionamento, com elevação dos tempos de viagem e redução da produtividade das atividades urbanas. No caso das duas maiores cidades brasileiras, estima-se que o congestionamento severo (quando a capacidade

da via é atingida) esteja causando perdas anuais de 316 milhões de horas (São Paulo) e 113 milhões de horas (Rio de Janeiro).

(...)

Gestão metropolitana em 25 regiões

Concentram-se nas regiões metropolitanas os problemas magnos dos transportes urbanos e do trânsito no Brasil. Nas regiões e aglomerações conurbadas, os entes federativos municipais são insuficientes para superar as dificuldades, que não são apenas locais, mas também intermunicipais.

Torna-se fundamental, portanto, criar gestões metropolitanas – técnicas, profissionais, autônomas – para os transportes urbanos em pelo



Capa do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento

menos 25 regiões metropolitanas e aglomerados e promover a integração física e tarifária entre os modais, otimizando a sua utilização, eliminando as sobreposições e diminuindo os custos.

(...)

País precisa estar apto para a convergência nas comunicações

(...)

Após um primeiro momento promissor, nos anos imediatamente seguintes à privatização, a expansão da telefonia fixa foi detida pelos limites da baixa renda da nossa população. Quase metade das residências brasileiras não possui linhas telefônicas fixas e metade das escolas públicas brasileiras também está fora do sistema. Não é por princípio econômico ou social que o atendimento

por telefonia fixa restrinje-se a uma parte, mesmo que majoritária, da sociedade.

Mas a efetiva universalização implica custos e taxas de retorno que o investimento privado, ainda mais quando submetido às pressões da concorrência, terá dificuldade de perseguir.

(...)

Regime público nas comunicações

Enquanto a sociedade brasileira for marcada por suas gritantes desigualdades socioeconômicas, exigindo a presença do Estado em políticas que visem diminuir ou mesmo superar a pobreza e a exclusão social, não se poderá abrir mão do conceito de regime público na modelagem normativa das comunicações.

(...)



A retomada do desenvolvimento, de acordo com o projeto Cresce Brasil, passa pelo aumento da participação do Estado na definição de rumos para o País

Banda larga deve ser viabilizada pelo Estado

(...)

O poder de compra do Estado poderia ser utilizado para expandir as redes de banda larga. Escolas, hospitais e postos públicos de saúde, delegacias de polícia, postos de atendimento da previdência nacional, um conjunto de outros serviços de interesse do cidadão muito se beneficiariam se servidos por redes de banda larga.

(...)

Saneamento para promover a saúde e preservar o meio ambiente

O futuro do Brasil, e por que não dizer da humanidade, está intimamente associado à obtenção da disponibilidade quantitativa e qualitativa de energia e água, assim como à preservação do meio ambiente. Dessa forma, torna-se imprescindível estabelecer políticas e estratégias para assegurar a manutenção das condições dos solos, a boa condição do ar e das águas doces.

(...)

Ar melhora com menos combustíveis fósseis

(...)

A principal fonte da poluição atmosférica nas grandes metrópoles é provocada pelas emissões dos motores de combustão interna usados para transporte público e particular, acompanhada pelas emissões industriais. A redução esperada na oferta de combustíveis fósseis implicará a adoção de novas formas de produção de energia menos poluentes.

(...)

Políticas públicas para preservar e recuperar

A preservação das nascentes e mananciais, a recomposição das matas ciliares e a reversão

dos efeitos provocados pelo assoreamento ao longo das bacias hidrográficas precisam estar respaldadas em políticas públicas para assegurar ações de governo a serem executadas, em conjunto e de forma planejada, pelos órgãos estaduais, municipais e comitês de bacias hidrográficas. Para preservar a reprodução da vida marinha, atingida pela poluição dos cursos inferiores dos rios, torna-se necessário desenvolver planos de proteção às zonas de transição, como manguezais e banhados.

(...)

“A matriz de transportes brasileira é fortemente baseada no modal rodoviário, o mais custoso. Objetivando desonerar o setor, é preciso reformulá-la, buscando alcançar uma distribuição por intermodalidades”

Saneamento tem o melhor custo-benefício

As políticas ambientais e de recursos hídricos devem priorizar a provisão de água potável, coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos e drenagem urbana, pois o saneamento básico é aquele que apresenta melhor custo-benefício em um setor no qual existe uma imensa demanda por recursos (...). Trinta milhões de brasileiros encontram-se privados de serviços de abastecimento de água e 93 milhões não contam com esgotamento sanitário.

(...)

Agronegócio precisa de um sistema de compensações

(...)

Apesar de – ou talvez devido a – esse excelente desempenho do ponto de vista da sociedade em geral, o agronegócio vem sendo vítima de crises cíclicas que demandam injeções de novos recursos e renegociação das dívidas em vencimento; ou seja, configura-se o caso de um setor sem sustentabilidade econômica.

Portanto, deve haver algum tipo de compensação pelos benefícios transferidos à sociedade pelo agronegócio. Caso contrário, o setor fatalmente tenderá à estagnação ou regressão.

(...)

Ciência e tecnologia são condição para o desenvolvimento soberano

O programa de desenvolvimento da engenharia que aqui se esboça procura fortalecer a produção científica e tecnológica no Brasil, dado o macro-objetivo estabelecido para a engenharia nacional.

A partir desse, afirma-se a construção civil como segmento estratégico para o fortalecimento do mercado interno e como meio para diminuição das desigualdades regionais e sociais.

(...)

Mais engenheiros para operar as empresas e o sistema de inovação

Não se pode pensar políticas de desenvolvimento sem que se dê destacado espaço à questão da formação dos recursos humanos aptos a operar o sistema empresarial e de inovação. Os engenheiros são relevantes nesse sentido, pois são os condutores da inovação na indústria e nos demais setores produtivos.





As mobilizações de junho de 2013 tiveram como demanda principal mais investimentos em serviços públicos de qualidade. Na foto, uma multidão toma a Avenida Paulista

Por isso, o número desses profissionais e a qualidade da sua formação têm estreita relação com o desenvolvimento.

Comparações internacionais demonstram que o Brasil precisa de mais diplomados em engenharia.

(...)

A engenharia nacional está ciente de que a expansão e melhoria do ensino da profissão no Brasil devem acontecer num processo também de expansão e melhoria da educação em geral, de modo que se reverta o quadro global desolador da escolaridade e rendimento escolar mostrado pelos indicadores educacionais do País.

(...)

“O programa de desenvolvimento da engenharia que aqui se esboça procura fortalecer a produção científica e tecnológica no Brasil”

Amazônia ainda reclama por um projeto correto de desenvolvimento

Não há projeto de desenvolvimento nacional sem a Amazônia. Mais ainda, os problemas do País não terão solução adequada se não houver um projeto de desenvolvimento da região. A responsabilidade por essa iniciativa não é apenas regional, dos amazônidas, mas de todos os brasileiros, em virtude da diversidade, dimensões e multiplicidade de agentes envolvidos. A Amazônia tem papel fundamental na integração do Brasil e da América do Sul.



ISITEC

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA



Capítulo 7

Um novo tipo de ensino

O Sindicato dos Engenheiros está à frente de uma iniciativa sem precedentes em termos mundiais. A entidade não apenas articula um novo projeto de desenvolvimento, como busca formar quadros técnicos para um novo ciclo expansivo da economia.

O Sindicato lançou o Isitec.

Trata-se de uma escola de engenharia voltada para a inovação. O profissional tem de ser um multiespecialista, apto a atuar em várias áreas.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo está tomando uma iniciativa inédita em termos mundiais. Não é exagero. A entidade não quer apenas representar a categoria e traçar metas de um plano de desenvolvimento para o País. Planeja agora estabelecer as bases de um novo conceito de formação profissional: um curso de Engenharia de Inovação, que, devidamente credenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no final de 2013, receberá a primeira turma de graduação em 2015.

Trata-se do Isitec, sigla de Instituto Superior de Inovação e Tecnologia. Seu diretor-geral é o economista Saulo Krichanã Rodrigues, professor de Economia Brasileira e especialista em sistema financeiro e em parcerias público-privadas (PPPs).

“A realidade mudou com a informática, com a educação a distância e com o uso de novas

tecnologias. Isso deu enorme volatilidade ao mercado de trabalho”, comenta ele. Surgiram novas profissões e desapareceram outras. “Muita coisa mudou, menos o modo de se pensar a educação”, sintetiza Rodrigues.

O Isitec está longe de ser uma instituição tradicional. “O que é um curso tradicional? É aquele em que o estudante fica na faculdade por cinco anos e depois vai fazer um MBA para se atualizar. Aqui, isso está na grade de um curso radicalmente ousado.”

O Isitec fica no bairro da Bela Vista, tradicional reduto de imigrantes italianos no centro de São Paulo e imortalizado como Bixiga em músicas de Adoniran Barbosa. Está instalado em um edifício totalmente reformado, que integra o conjunto arquitetônico do convento do Carmo. A construção original remonta aos anos 1920. Engenharia de Inovação é uma disciplina que não existe. “Significa fazer algo que nunca foi feito”, afirma José Marques Póvoa, diretor de graduação da instituição e ex-professor de Física da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Experiente educador, Póvoa foi um dos responsáveis pela implantação do curso de Engenharia Física naquela universidade. “Não existia nada parecido, nós concebemos, concretizamos e a iniciativa é plena de êxito”, diz ele.

Para o professor, o País precisa formar um tipo de profissional capaz de resolver múltiplos problemas em várias áreas.

Krichanã Rodrigues completa: “Se você visitar as faculdades tradicionais, perceberá que a característica principal delas é o tamanho físico das instalações. Isso era preciso quando a necessidade central do curso



*Saulo Krichanã Rodrigues, diretor-geral do Isitec:
“A realidade mudou com a informática, com a educação a distância e com o uso de novas tecnologias”*

eram os laboratórios. Hoje, você faz vários testes de engenharia em plataformas virtuais, sem precisar de tantas instalações físicas.” De acordo com ele, a própria noção material do que seria uma escola mudou. “Por isso, muda o professor, muda o aluno e muda a relação entre eles. É um projeto que altera o perfil do engenheiro. Hoje ele tem de ser um multiespecialista”, completa.

Para Rodrigues, o aluno não tem de decidir no início do curso a especialidade que seguirá em sua vida profissional. “A escola é mais flexível. Fornece ao jovem as ferramentas para que ele vá buscar sua especialidade ao longo dos cinco anos. E dá fundamentos ao empreendedorismo, tornando a faculdade mais próxima da sociedade”, comenta.

Na ótica de Fernando Palmezan Neto, diretor administrativo do Isitec, o engenheiro de inovação precisa estar conectado com a evolução do mercado de trabalho. “O aluno aqui vai ter contato com empresas desde o primeiro mês de aula. Ou seja, o estágio vai acontecer a partir do início do curso.”

Nas suas palavras, falta formação na área de humanidades às escolas existentes.

“Constatamos que o engenheiro não é visto como um bom gestor de pessoas, ele é muito técnico e duro no geral. Queremos formar um profissional que saiba a importância da sociabilidade no dia a dia.”

Indicadores objetivos

A ideia e a criação do Isitec são resultado direto do projeto *Cresce Brasil*, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros, em 2006. A concepção geral era de que um impulso desenvolvimentista estaria fortemente lastreado



Fernando Palmezan: “Queremos formar um profissional que saiba a importância da sociabilidade no dia a dia”

em investimentos e obras de infraestrutura por parte do Estado e na ampliação de empreendimentos produtivos por parte da iniciativa privada.

A partir daquele ano, teve início uma curta retomada do crescimento na economia brasileira. A expansão possibilitou que fossem feitos novos investimentos em várias áreas. Com isso, a demanda por profissionais capacitados em cada setor se incrementou fortemente.

Esse esboço desenvolvimentista durou até o início de 2011.

2006	2007	2008	2009	2010
4,0%	5,7%	5,1%	- 0,2%	7,5%

Fonte: IBGE

O crescimento do PIB nesses anos foi o seguinte: A retração de 2009 estava diretamente vinculada aos efeitos da crise internacional da economia

brasileira. O PIB de 7,5% em 2010 representou um crescimento atípico, diante de uma base de comparação muito baixa no ano anterior.

O Brasil teve por cinco anos uma taxa média de crescimento acima de 4,5%, o que não ocorria num intervalo de tempo equivalente havia três décadas. A partir de 2011, o governo federal decidiu frear a economia, sob a alegação de que haveria um surto inflacionário e o País não suportaria um crescimento de tal ordem. Mas no pequeno período expansivo, disseminou-se a concepção de que faltariam engenheiros para suprir um novo ciclo de desenvolvimento.

Analisando a situação, as diretorias do SEESP e da FNE perceberam que a carência desenhada no horizonte poderia ser não apenas quantitativa. O que a nova fase de desenvolvimento pedia era um profissional polivalente. E apontaram uma solução: investir



José Marques Póvoa, diretor de graduação:
“Engenharia de Inovação é uma coisa inédita”

em uma escola diferente das existentes.

Em 2006, a primeira edição do projeto *Cresce Brasil* atentava para o fato de que:

Não se podem pensar políticas de desenvolvimento sem que se dê destacado espaço à questão da formação dos recursos humanos aptos a operar o sistema empresarial e de inovação. Os engenheiros são relevantes nesse sentido, pois são os condutores da inovação na indústria e nos demais setores produtivos. Por isso, o número desses profissionais e a qualidade da sua formação têm estreita relação com o desenvolvimento.

Quando a situação brasileira era confrontada com outros Países emergentes, percebia-se o desafio colocado no futuro imediato:

Comparações internacionais demonstram que o Brasil precisa de mais diplomados na área. Na Coreia do Sul, são 20 engenheiros em cada 100 formandos nas universidades; na França, essa relação é de 15 para 100; e no Brasil, de oito para 100. Formamos 20 mil engenheiros por ano, contra 300 mil na China, 200 mil na Índia e 80 mil na Coreia.

O diagnóstico avaliava ainda o número necessário de profissionais para atender a possível demanda:

A um projeto nacional sustentado, o *déficit* anual é de 20 mil engenheiros, aponta o coordenador estadual do Conselho Tecnológico do SEESP e [então] diretor eleito da Escola



O apresentador Serginho Groisman, em palestra na I Feira de Inovação do Isitec, em agosto de 2014

Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), José Roberto Cardoso.

De acordo com a matéria, a grande carência de especialistas estava localizada na construção civil:

Apesar de áreas de ponta como petróleo e gás, mineração e siderurgia enfrentarem a falta de profissionais, a principal carência encontra-se na modalidade civil, afirma Cardoso. Haruo Ishikawa, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP) responsável pelas relações capital-trabalho, ratifica: “Com o programa governamental Minha Casa, Minha Vida, deu-se o grande movimento de expansão¹.

¹ FNE, Manifesto *Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento*, São Paulo, 2006, pp. 24 e 25 (todas as citações anteriores).

Baixa escolaridade

Constatações semelhantes foram feitas por dois técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Divonzir Arthur Gusso e Paulo Meyer Nascimento lançaram em 2013 o documento “Evolução da formação de engenheiros e profissionais técnico-científicos no Brasil entre 2000 e 2012”.

Ao longo de suas páginas, ambos mostram que

Entre os Países de renda média e alta, o Brasil tem um dos mais baixos índices de escolaridade superior em todo o mundo. O Plano Nacional de Educação (PNE) do período 2001-2010 teve como meta colocar no ensino superior 30% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos, mas, ao final desse período, o País tinha tão somente cerca de 14% da população nessa faixa etária matriculada em cursos superiores.

E completavam:

O problema costuma ser apontado como mais crítico em áreas técnico-científicas, relacionadas a Ciências, Tecnologia, Engenharias e Matemática (CTEM), dada a histórica concentração do ensino superior brasileiro nas áreas de Administração, Direito e Educação.

“A nova fase de desenvolvimento pede um profissional polivalente. Para isso, tornou-se necessário investir em uma escola diferente das existentes. Uma escola na qual a inovação tem papel decisivo”

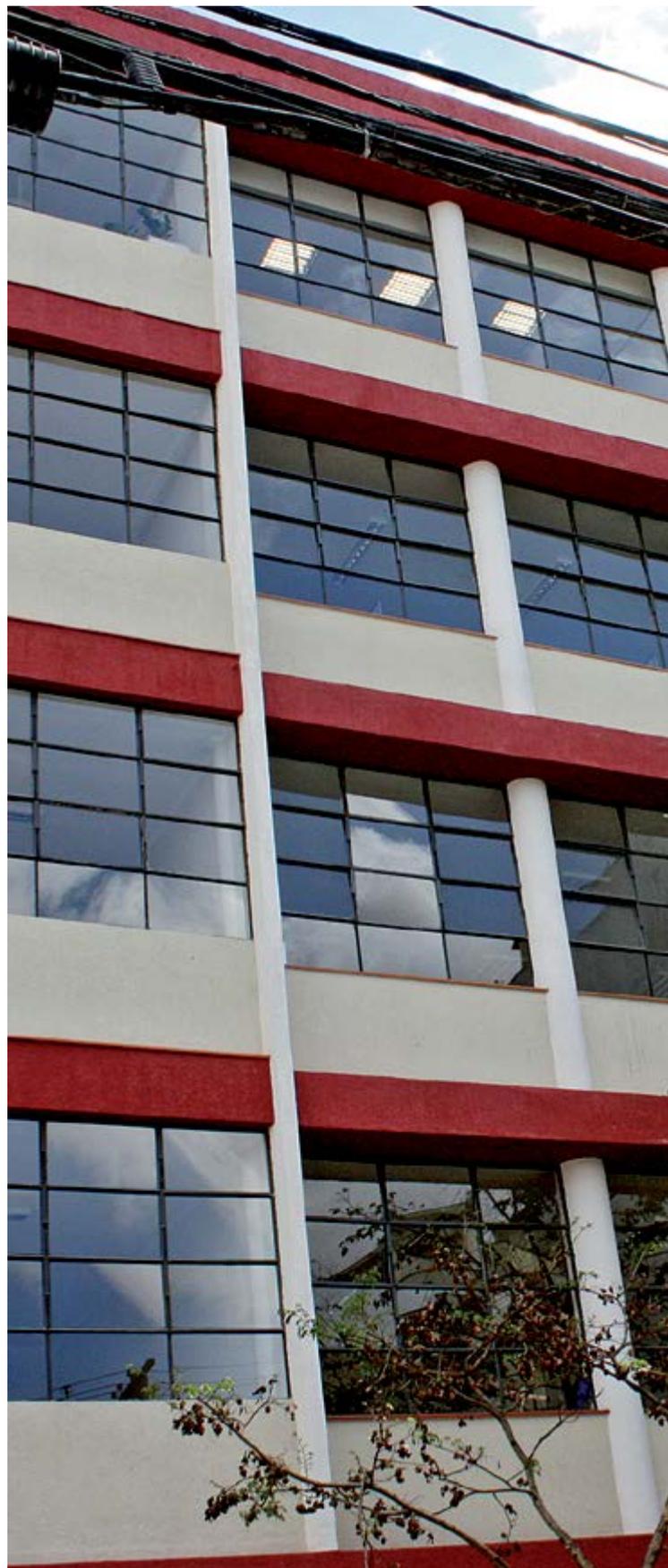
Ao mesmo tempo, o estudo fazia uma feliz constatação:

O crescimento das engenharias é tão expressivo que, em 2011, o número de calouros em tais cursos superou o de cursos de Direito pela primeira vez na história ².

Apesar da tendência de aumento do número de profissionais, um sério problema persistia:

A despeito dos crescentes níveis de conclusão de curso, os engenheiros,

2 Gusso, Divonzir Arthur e Nascimento, Paulo A. Meyer M., *Evolução da formação de engenheiros e profissionais técnico-científicos no Brasil entre 2000 e 2012*, Ipea, Brasília, 2013, p. 19



O SEESP é a primeira entidade sindical a investir na formação de profissionais de ponta. Acima, a fachada do Isitec



arquitetos e tecnólogos disponíveis não estariam atendendo a contento as competências e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. Em outras palavras, a qualidade da formação desses profissionais não seria satisfatória – frente ao que requereriam os empregadores – e estaria entre as razões da percepção de escassez generalizada que se alastra no senso comum³.

Acima do PIB

Outro estudo de 2013, intitulado “Uma proposta de sistematização do debate sobre falta de engenheiros no Brasil”, de Mario Sergio Salerno e uma equipe também do Ipea, chama atenção para o seguinte:

Não apenas a oferta de novos engenheiros cresce ao longo do tempo, ela cresce a taxas bem acima daquelas do próprio PIB real. Com efeito, o PIB real cresceu a uma taxa anualizada média de 3,4% ao ano, enquanto o total de formados em cursos de engenharia cresceu a uma taxa de 8,7% ao ano⁴.

Os estudos realizados por Mario Sérgio Salerno e seus colegas avaliam que não haverá falta de profissionais no médio prazo.

Não há risco de ‘apagão’ generalizado de mão de obra de engenharia no Brasil, ainda que se reconheçam alguns

3 Idem, p. 8

4 Salerno, Mario Sergio et al, *Uma proposta de sistematização do debate sobre falta de engenheiros no Brasil*, Ipea, Brasília, 2013, p. 12

sinais de pressões de curto prazo no mercado de trabalho. Em termos quantitativos, estas pressões tendem a ser resolvidas com a ampliação da oferta dos novos engenheiros, uma vez que os cursos de engenharia voltaram a atrair os alunos⁵.

Em resumo, engenheiros há. O que se coloca em pauta é a necessidade de se aprimorar a formação dos profissionais, tendo em vista os atuais desafios. Outro ponto nesse debate que vem sendo apontado pelo SEESP é a demanda por atualização para os que já estão no mercado.

Os debates na FNE

Antonio Octaviano, ex-presidente do SEESP e diretor de extensão do Isitec, lembra os debates travados no interior da FNE. “Surgiu

5 Idem, p. 21

o projeto Instituição de Ensino Superior. Nossa intenção era investir em cursos de educação continuada e a distância. Foi assim que acabamos por evoluir para a concepção de criar uma instituição de ensino superior, com um curso de graduação.”

O estatuto do Isitec foi aprovado em janeiro de 2011, em assembleia do SEESP. Após um intenso trabalho de várias equipes, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a regularização da escola, em novembro de 2013.

O curso terá turmas de 60 alunos, que serão admitidas a cada semestre. Além da graduação, em período integral, haverá de início uma pós-graduação em Gestão da Inovação. A grade curricular comporta, além das disciplinas tradicionais e básicas da Engenharia, aulas de teatro, música, expressão corporal e cultura geral. Ou seja, a formação humanística é essencial. Enquanto a carga horária média dos cursos de engenharia



A carga horária média dos cursos de engenharia é de 3.600 horas/aula. A do Isitec é de 4.600

é de 3.600 horas/aula, o mínimo exigido pelo MEC, a do Isitec é de 4.600.

A escola tem autonomia acadêmica e administrativa em relação à entidade mantenedora, garantida por um Conselho de Administração baseado em procedimentos de governança corporativa.

O *site* da instituição sintetiza seus objetivos: “A estrutura do projeto pedagógico prevê, entre outros aspectos, a educação para a aprendizagem permanente. E uma série de diferenciais que contemplam a formação orientada para a gestão e o empreendedorismo. Desse modo, o engenheiro será continuamente um estudante e terá capacidade de conduzir processos e soluções de inovação em qualquer área em que ele esteja atuando.”

Jovem profissional

Póvoa lembra: “Se um engenheiro acha que daqui a dez anos irá fazer o mesmo que hoje, ele estará fora do mercado.” Para o diretor de graduação, muitas das tecnologias utilizadas nos tempos da entrada do aluno na faculdade podem estar obsoletas em sua colação de grau. “Daí a necessidade de atualização constante”, afirma.

Em tom incisivo, o diretor pergunta: “Qual o problema do jovem profissional?” Após uma pausa, constata que, na maior parte das vezes, o novato se sente incapaz. “Nossa



Antonio Octaviano: “Nossa intenção era investir em educação continuada e a distância. Evoluimos para a criação de uma instituição de ensino superior, com curso de graduação”

filosofia aqui é ir atrás de tudo o que for difícil e não buscar saídas fáceis, que não existem. É uma situação assustadora, mas também estimulante.” O professor diz, em tom de brincadeira: “Precisamos do profissional geleca – aquela massa grudenta com a qual as crianças brincavam anos atrás. É o profissional que preenche lacunas e faz conexões.” Não existe, no Brasil, um sindicato que tenha aberto uma faculdade do que quer que seja. É uma experiência única e, por isso mesmo, promissora.



O Sindicato e São Paulo

Ao longo de 80 anos, o SEESP tornou-se não apenas representativo entre os engenheiros paulistas.

Consolidou-se também como voz ativa da sociedade. A expressão maior está nas páginas que se seguem.

Várias personalidades do mundo político, social, trabalhista e cultural de São Paulo manifestam sua opinião sobre a atuação de uma entidade que se renova a cada ano. Sem esconder a idade.

(A íntegra dos depoimentos pode ser lida em www.seesp.org.br).





Aldo Rebelo

Parabenizo o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo por sua trajetória de grandes serviços prestados aos interesses do desenvolvimento do Brasil.

*Aldo Rebelo
é ministro do Esporte*

Altamiro Borges

Além da luta pelas demandas econômicas e corporativas da categoria, o SEESP tem marcado sua atuação pela defesa de um projeto de desenvolvimento para o País, que



garanta a soberania nacional e a valorização do trabalho. Ele tem a compreensão de que não haverá avanços na pauta trabalhista sem que os trabalhadores ocupem seu protagonismo na definição dos rumos políticos do País. Ele também ganhou respeito por ser um espaço aberto, plural e democrático, para o debate dos grandes temas de interesse dos

trabalhadores. Ao comemorar os seus 80 anos de existência, o Sindicato se fortalece e adquire maior credibilidade por sua postura politizada e combativa.

*Altamiro Borges é jornalista,
presidente do Centro de Estudos da Mídia
Alternativa Barão de Itararé*

Adilson Araújo

Em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), quero registrar aqui uma saudação ao Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, que conta 80 anos de luta em defesa da democracia e do desenvolvimento nacional.



A entidade se destacou na campanha das Diretas Já!, que resultou na derrocada do regime militar, bem como no debate sobre a democracia e os temas relacionados à economia, infraestrutura e ciência e tecnologia nacionais.

A CTB deseja longa vida ao Sindicato dos Engenheiros, com a convicção de que sua atuação reforça a luta do conjunto da classe trabalhadora brasileira contra a exploração, por mais direitos, melhores salários e por um novo projeto nacional de desenvolvimento, com soberania, democracia e valorização do trabalho.

Adilson Araújo é presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Aloysio Nunes Ferreira

É com satisfação que cumprimento o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo e seus filiados pelos 80 anos de fundação.

A engenharia, antes de ser uma profissão, é uma simbiose de arte e ciência na aplicação e multiplicação de conhecimentos tecnológicos, científicos e matemáticos na criação, aperfeiçoamento e implementação de diversas



técnicas de uso de estruturas, aparelhamento, sistemas e materiais para determinado uso ou aplicação em prol da sociedade. O SEESP é testemunha e participante da história do desenvolvimento

do nosso Estado de São Paulo e do Brasil moderno, já que sua contribuição foi fundamental para nos incluir no rol dos países industrializados, ocupando a honrosa posição de sétima economia do planeta. (...) Minha atuação pessoal e parlamentar, da qual vocês são testemunhas, endossa meu apreço pelo trabalho desenvolvido pelos profissionais de engenharia, e gostaria de destacar que muito do que vivemos hoje na manutenção de empregos, no reconhecimento internacional da capacidade laboral do nosso povo, na criatividade de nosso parque industrial, no desenvolvimento de nossas metrópoles e na pujança de nossa agricultura têm a marca do SEESP.

Aloysio Nunes Ferreira é senador (PSDB-SP)

Armando Boito

Os engenheiros são trabalhadores de classe média. Esse setor social, como toda a classe média, tende a resistir à organização e à luta sindical por considerá-la, de uma perspectiva elitista, uma atividade típica de trabalhadores manuais.

O SEESP atua contra essa tendência, organizando os engenheiros e procurando aproximar o seu sindicalismo do sindicalismo operário. Desempenha, assim, uma função política progressista.(...)

Armando Boito é professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)



Carlos Zarattini

Quero parabenizar a representação sindical dos engenheiros do Estado de São Paulo que completa 80 anos reafirmando a importância dessa categoria para o desenvolvimento tecnológico do nosso País. É uma entidade que protagoniza o debate econômico, social e político do Brasil. Além de ser democrática e profundamente inserida em nossa sociedade.

Carlos Zarattini é deputado federal (PT-SP) e economista



Antonio Neto

Quase todos os grandes avanços obtidos pela humanidade após a revolução industrial estão diretamente ligados à engenharia. (...) Esse sindicato é um exemplo claro de instituição forte, que desenvolve – ao longo de oito décadas – políticas de valorização da categoria e empenho nas negociações coletivas. Seja pelo Plano de Saúde do Engenheiro ou com a criação de seu Conselho Tecnológico, o SEESP marca a própria história com a tinta da dedicação incessante aos trabalhadores e ao Brasil.



Antonio Neto é presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e do Sindicato dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (SINDPD)

Arnaldo Jardim

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo é uma entidade que orgulha a todos nós engenheiros. Como profissional do setor, como engenheiro, tenho uma satisfação imensa de ver

um sindicato que é combativo na defesa da nossa categoria, que é orientado pelos princípios de uma visão democrática do País e mais do que isso, consegue conciliar a defesa da categoria com uma visão social e política ampla. (...)

Tenho, portanto, uma alegria muito grande em poder acompanhar a história do nosso Sindicato. Sinto-me representado pelo SEESP,

porque defende muito bem a mim, aos engenheiros paulistas e à categoria e é nosso porta-voz e referência nas questões nacionais que dizem respeito ao futuro do nosso Estado e do nosso País.

Arnaldo Jardim é deputado federal (PPS-SP) e engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo



Ubiraci Dantas de Oliveira

O SEESP, ao decorrer desses 80 anos de existência, tem tido um papel muito importante na luta pelo desenvolvimento do Brasil. Não tem nenhuma luta importante no País em que não esteja presente no bom combate, a favor do Brasil e do povo brasileiro. (...) Temos a certeza que o SEESP, que foi palco de inúmeras manifestações em defesa da pátria, continuará firme na luta por um Brasil livre, soberano e independente. Parabéns, presidente Murilo Celso de Campos Pinheiro, a luta continua!

Ubiraci Dantas de Oliveira é presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)



Christian Müller

Conheço o SEESP como entidade de classe, sempre proativa, íntegra e correta, atuando à frente de importantes discussões voltadas à engenharia. O SEESP não só busca soluções a curto prazo, mas também desenvolve projetos que têm como foco a continuidade e perenidade



da engenharia no Brasil. Destaco a criação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia, o Isitec, um projeto arrojado, desafiador, único e completo. A VDI-Brasil e o SEESP trabalham juntos

no desenvolvimento do engenheiro e na disseminação tecnológica das melhores práticas do mercado. Junto com o SEESP, temos um forte e competente parceiro no Brasil!

Christian Müller é presidente da Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha (VDI-Brasil)

Dilma Pena

Pioneirismo e visão de futuro são as palavras que melhor definem a atuação do SEESP nesses 80 anos em defesa de uma das categorias mais importantes para o desenvolvimento do País. Comprometido com as bandeiras do profissionalismo e do aperfeiçoamento da tecnologia no campo da engenharia, o trabalho do SEESP presta imensurável contribuição à expansão da infraestrutura do Estado e do País e, por consequência, à melhoria da qualidade de vida do cidadão paulista. Em nome da Sabesp, parablenzo todos os associados pela data histórica e deixo um agradecimento especial pelo empenho em defesa dos avanços do saneamento ambiental no Estado de São Paulo. Parabéns!



Dilma Pena é presidente da Sabesp

Edson Carneiro Índio

Parabéns pelos 80 anos de história do Sindicato dos Engenheiros. Longa vida a essa entidade, que tem importância não apenas para sua categoria, mas para diversos setores progressistas da nossa sociedade. Um exemplo disso é o fato de sua sede, em São Paulo, ser palco de atividades de vários movimentos e organizações sociais e políticas que lutam por um País justo.

Edson Carneiro Índio é secretário-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora



Francisco Kurimori

Nos últimos 80 anos, SEESP e Crea-SP vêm caminhando sempre muito próximos no trabalho de valorização das nossas atividades e do nosso sistema profissional.

Com sua destacada atuação, o SEESP tem papel importante no processo de ampliação das conquistas da área tecnológica.

Francisco Kurimori é engenheiro e presidente do Crea-SP



Geraldo Alckmin

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem sido importante voz nas questões nacionais em nome

de uma categoria fundamental no desenvolvimento do Estado de São Paulo e do País.

A engenharia é uma das mais nobres profissões e de fundamental importância na construção do futuro de nosso País. Com o

aumento da formação e capacitação desses importantes profissionais e a representatividade do SEESP, os engenheiros ganharão cada vez mais relevância na definição de um verdadeiro projeto nacional.

Geraldo Alckmin é governador do Estado de São Paulo (PSDB)

José Calixto Ramos

Comentar a história do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo é reconhecer que essa instituição sempre esteve na luta por cidadania e democracia. Essa

entidade é respeitada por seus representados e por todas as correntes políticas e sindicais por manter posição firme em defesa de questões gerais.

Sua trajetória nesses 80 anos é permeada de muita luta e conquistas.

Sempre se manteve vigilante aos temas de interesses dos

trabalhadores e trabalhadoras, do movimento sindical e da sociedade como um todo.

Parabenizamos o presidente, Murilo Celso, que com muita maestria, responsabilidade e brilhantismo tem conduzido e mantido o Sindicato no caminho correto, pelo fortalecimento da participação social nas decisões que impactam o mundo do trabalho e o desenvolvimento do Brasil.

José Calixto Ramos é presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)



João Guilherme Vargas Netto

O SEESP é uma das mais importantes entidades de formação universitária e, seguramente, o mais representativo da área tecnológica. É um dos maiores sindicatos de engenheiros do mundo. Seus 80 anos de história podem ser, esquematicamente, divididos em duas metades: na primeira, cumpriu seu papel institucional, na segunda, com aceleração, renovou-se e consolidou sua força com unidade e participação. Ao longo dos anos recentes, desenvolveu três orientações estratégicas e as cumpriu. Primeiro, representar sua categoria em seus interesses e negociar efetivamente com grandes empresas e instituições patronais. Segundo, participar, ao lado da maioria progressista do povo brasileiro, da luta pela democracia e pelo desenvolvimento econômico, engajando-se em inúmeras campanhas,



como a luta pelas eleições diretas, a Constituinte e, atualmente, o *Cresce Brasil*. Terceiro, construir um patrimônio a serviço de suas causas e que atende as necessidades das categorias e dos associados, com

uma sede democraticamente frequentada por todos, com subsedes por todo o Estado, um sistema de comunicação pujante e atualizado e com a criação da graduação em Engenharia de Inovação do Isitec.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

João Antonio del Nero

No ano de 1934 nascia o Sindicato dos Engenheiros. O Brasil, com cerca de 40 milhões de habitantes, 35% na zona urbana e 65% na zona rural.

Já havia início de desenvolvimento da engenharia, como por exemplo a construção da ponte sobre o Rio do Peixe, em Santa Catarina, recorde mundial de vão em viga de concreto armado (projeto do engenheiro Emilio Baugarten). (...)

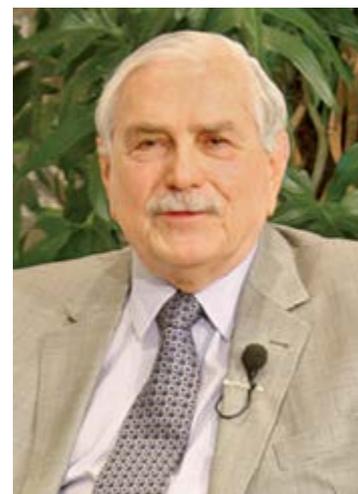
Desde a sua fundação, o Sindicato esteve

sempre presente, ajudando a desenvolver tecnologia, criticando construtivamente diferentes governos, criando cursos e seminários, propondo metas para governantes, sempre presente no desenvolvimento do Brasil.

O Sindicato faz jus à máxima: “Não existe desenvolvimento social sem desenvolvimento econômico; não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento tecnológico; não há tecnologia sem o trabalho de engenheiros. Portanto, não há desenvolvimento social sem engenharia.”

Meus cumprimentos aos diretores do Sindicato e a toda a comunidade de engenheiros por nossa participação no desenvolvimento pátrio.

João Antonio del Nero é membro do Conselho Tecnológico do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo e presidente da Figueiredo Ferraz – Consultoria e Engenharia de Projeto S.A.



José Maria de Almeida

No aniversário do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, quero prestar minha homenagem à categoria e à entidade. São 80 anos de história com um destacado papel na luta em defesa do patrimônio público, contra as privatizações que tanto prejuízo têm trazido à nação. No mesmo sentido, o Sindicato dos Engenheiros tem Estado na vanguarda da defesa do desenvolvimento tecnológico do Brasil, cobrando sempre dos governantes mais participação estatal no planejamento e desenvolvimento da engenharia em nosso País. Vida longa ao SEESP!

José Maria de Almeida é dirigente da Federação Sindical Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) e presidente nacional do PSTU



Jurandir Fernandes

O SEESP chega aos 80 atuante, dinâmico e inovador, bem representando e indicando caminhos a nós engenheiros e à nossa Engenharia. Parabéns!

Jurandir Fernandes é secretário dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo

Ivani Contini Bramante

A origem da engenharia no Brasil remonta a 1792, quando o vice-rei D. Luiz de Castro, 2º conde de Rezende, aprovou a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, onde começou o ensino de algumas das disciplinas que embasariam o estudo de tão relevante ciência.

É cediço que uma sociedade moderna tem boa parte de sua evolução calcada no avanço da engenharia, exige investimento, para que evoluam seus estudos e projetos, mas também a tutela de seus profissionais. Isso levou, inclusive, o legislador à edição da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, na qual foi regulamentada a profissão do engenheiro.

Ivani Contini Bramante é desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo



João Alberto Viol

A importância do Sindicato para a categoria dos engenheiros é indiscutível. Ao longo de sua história, defende a valorização do profissional de engenharia com obstinação e competência. Sua atuação é muito abrangente. Com o projeto *Cresce Brasil*, dá uma



contribuição significativa à sociedade brasileira através de ideias e estímulos ao desenvolvimento do País.

Com o Isitec, contribui decisivamente para a formação do engenheiro, incorporando à atividade educacional a inovação, ponto fundamental para o nosso desenvolvimento.

João Alberto Viol é engenheiro civil e vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco)

José Tadeu da Silva

Cumprimento os engenheiros que atuam no Estado de São Paulo, considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de uma população com dimensões continentais. Em nome dos órgãos do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), saúdo também os dirigentes do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, que há oito décadas trabalham pela valorização da engenharia, por meio de ações que visam a defesa desses profissionais e, por consequência, da tecnologia nacional. (...) Nessa luta intransigente pela valorização profissional no âmbito do Legislativo, travamos batalhas que, esperamos, nos levem a prósperas conquistas, tendo como horizonte o aperfeiçoamento e a atualização do arcabouço legal relacionado às nossas profissões, com vistas a acompanhar as transformações da sociedade. (...) Iniciativas como essas estabelecem passos determinantes para o fortalecimento das carreiras registradas no Sistema Confea/Creas, como forma de atender aos anseios não apenas dos profissionais, mas também da sociedade. Esse avanço, dentro da história contemporânea, dá início a um novo registro na trajetória que se desenha para as próximas décadas. E nesse cenário, o SEESP tem uma história de trabalhos prEstados em defesa da engenharia nacional e da valorização dos profissionais engenheiros que constroem e promovem o crescimento e o desenvolvimento do nosso País.



José Tadeu da Silva é engenheiro civil e presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)

José Roberto Cardoso

A engenharia nacional tem passado por profundas transformações, sobretudo na última década. A atuação do engenheiro moderno é diversificada e exige formação continuada para encarar os desafios que se apresentam nesse cenário complexo de competências.

Com essa nova visão da engenharia, o SEESP tem atuado fortemente na complementação da formação do engenheiro, na defesa da categoria para garantir sua justa remuneração e também na educação em engenharia, pois tem liderado os mais modernos movimentos nacionais e internacionais na busca de um ensino que priorize o empreendedorismo e a inovação como ferramentas para melhoria da qualidade de vida do ser humano.

José Roberto Cardoso é professor da Escola Politécnica da USP e coordenador do Conselho Tecnológico do SEESP



Sergio Amadeu

Uma sociedade efetivamente avançada, em geral, é aquela que possui a capacidade de articular processos de deliberação que envolvam os cidadãos nos debates sobre os rumos da política e das estruturas de poder. O SEESP é uma das organizações da sociedade civil que atua

não somente na defesa dos interesses econômicos de uma categoria profissional. Ele tem sido uma das principais associações na luta pela ampliação

de direitos, no debate sobre os rumos de nosso Estado, na defesa das liberdades fundamentais, na construção de processos de inclusão social e no incentivo à produção de tecnologia nacional. As portas do Sindicato dos Engenheiros têm sido abertas para as melhores práticas políticas que fazem nosso País avançar diante de tantas dificuldades, principalmente impostas por uma parcela das elites brasileiras que pouco se importam com a qualidade de vida, trabalho e com a conservação ambiental. Parabéns àqueles que fazem o Sindicato dos Engenheiros ser a vanguarda da inteligência democrática e tecnológica do nosso País.

Sergio Amadeu da Silveira é professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), doutor em Ciência Política e pesquisador de cibercultura



Marcelo Knörich Zuffo

O grande desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de São Paulo nos últimos 100 anos deveu-se ao grande avanço da indústria nas primeiras décadas do século passado. Ainda nos anos



1930, São Paulo passava por uma intensa agitação intelectual. Dentre os eventos dessa década, destacamos a Revolução de 1932, a fundação da Universidade de São Paulo e a fundação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, no mesmo ano de 1934. O estabelecimento do Sindicato foi um importante passo na organização dessa categoria expressiva de profissionais liberais que, no Estado de São Paulo, participaram de forma fundamental e influente na condução do progresso econômico e social. Passados 80 anos, presenciamos grandes transformações na sociedade moderna, devido à tecnologia de informação. A sociedade atual sofre constantes mudanças, graças à capacidade instantânea de comunicação entre humanos em escala planetária. O trabalho, a educação, a

saúde, os meios de produção e a economia têm sofrido grandes transformações em pouco espaço de tempo, trazendo a reflexão sobre qual é o papel do engenheiro na sociedade do conhecimento e da informação. Nos dias de hoje, o Sindicato dos Engenheiros é um espaço importante de discussão, intercâmbio de ideias e formulação de propostas em torno das grandes questões da engenharia moderna relacionadas com a sociedade, o progresso e a inovação.

Marcelo Knörich Zuffo é professor titular do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da USP

Marcio Pochmann

Uma das principais manifestações do subdesenvolvimento pode ser encontrada na escassez de instituições capazes de representar distintos interesses da sociedade. Nesse sentido, a oportunidade de registrar a existência de uma organização de representação de interesses dos trabalhadores que completa 80 anos no Brasil, como o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, recoloca não apenas o reconhecimento dos méritos de sua atuação ao longo do tempo, mas também a capacidade de sua direção em construir convergências que vão além dos interesses imediatos da categoria.

Parabéns ao conjunto dos engenheiros, especialmente aos filiados e a sua atuante e competente diretoria.



Marcio Pochmann é professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Paulo Pereira da Silva

Quero parabenizar essa importante entidade



sindical que, há 80 anos, atua em defesa dos trabalhadores dessa categoria, tão fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Os milhares de profissionais que compõem a base desse importante sindicato têm motivos de sobra para comemorar e, principalmente, para acreditar que a categoria vai continuar crescendo e

vencendo as lutas por melhores condições em todo o Estado.

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, é metalúrgico, sindicalista, deputado federal (SD-SP) e presidente do Solidarietà

Rilma Aparecida Hemetério



O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, no desempenho de suas atribuições no âmbito da Justiça do Trabalho, demonstra grande compromisso com a defesa dos interesses coletivos e individuais da categoria, sempre buscando melhores condições econômicas e sociais de seus representados.

Rilma Aparecida Hemetério é desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Paulo Teixeira

O papel do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo nos seus 80 anos de existência se confunde com a história de lutas por um Brasil desenvolvido, com inclusão social, sustentabilidade, justiça e serviços públicos de qualidade, especialmente na educação, saúde e transportes. Isso porque, desde a sua fundação, o SEESP contribui de forma decisiva para a valorização profissional dos engenheiros, ajudando a construir um país cada vez mais democrático. Nessa trajetória, em que o SEESP se destacou pela atuação e alto nível dos debates que promoveu, quero ressaltar duas grandes contribuições para o País: as três versões do projeto *Cresce Brasil*, que deram



insumos importantes para o amadurecimento da infraestrutura brasileira, e o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que pode ajudar o mercado de trabalho na formação avançada dos profissionais para atender aos desafios nacionais. Parabéns ao SEESP pelos seus 80 anos!

Paulo Teixeira é deputado federal (PT-SP)

Ricardo Patah

Um sindicato que luta pelo desenvolvimento do Brasil. O mundo moderno, com seus erros e acertos, é uma grande obra de engenharia. Estamos cercados por objetos e situações que são produtos de ações e do trabalho de engenheiros. Sistemas de transporte, edifícios, distribuição de energia, sistemas de computador. Até nossas novelas são assistidas em televisores projetados por engenheiros. Sem querer fazer trocadilhos, os engenheiros são o alicerce de nossa economia. E uma categoria tão fundamental como essa precisa de um sindicato forte e combativo como o SEESP, que, em seus 80 anos de história, lutou pela valorização dos profissionais e pelo desenvolvimento do País.

Ricardo Patah é presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT)



Sérgio Watanabe

Nesses 80 anos de atuação do SEESP, o Sindicato sempre manteve a tradição de combinar a luta pela valorização do trabalho do engenheiro com a produção de estudos relevantes para o desenvolvimento do País, sob a ótica da engenharia. Em nome do Sinduscon-SP, que também está completando 80 anos de existência, congratulamo-nos com a entidade, manifestando nossos sinceros e efusivos votos de sucesso.

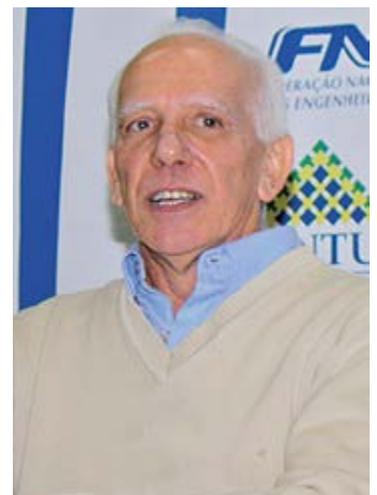
Sérgio Watanabe é engenheiro civil e ex-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP)

Waldir Quadros

Acompanho o movimento associativo dos engenheiros de São Paulo desde a segunda metade dos anos 1970, quando participava do movimento de renovação das entidades representativas dos economistas.

Já naquela época os colegas engenheiros se destacavam por sua postura consequente, articulando a defesa dos interesses da categoria profissional aos grandes dilemas do desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. E tem sido assim até os dias atuais, servindo de saudável contraponto a outras entidades de profissionais universitários mais voltadas à atuação corporativa.

Waldir Quadros é professor colaborador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit)



Vagner Freitas

A máxima de que “sindicato é para defender a classe trabalhadora” aplica-se com perfeição ao Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, haja vista o histórico de lutas e conquistas da categoria desde a criação da entidade.

O SEESP completa 80 anos defendendo os profissionais, a tecnologia nacional e também a sociedade. Das lutas pela redemocratização

do País, contra a privatização e, mais recentemente, por um Brasil mais justo e inclusivo, o SEESP sempre esteve ao lado de quem se dedica a construir um Brasil melhor, com desenvolvimento sustentável, justiça e inclusão social, distribuição de renda e emprego decente.

Parabéns pelas oito décadas de existência a todos e todas

que contribuíram e continuam contribuindo para que o Sindicato dos Engenheiros seja representativo, preparado para organizar, pressionar e negociar. Essa é a melhor maneira de contribuir com o processo de transformação social e desenvolvimento no País, iniciado há 12 anos. Que vocês permaneçam na vanguarda, como sempre estiveram, e mantenham ativo esse forte núcleo de reflexão e ação que, com certeza, ajudará a classe trabalhadora e a sociedade a evoluir, ter novas conquistas e melhorar a qualidade de vida.

Vagner Freitas é presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)



Vahan Agopyan

A profissão de engenheiro, de uma forma geral, não foi devidamente considerada pela sociedade brasileira, ultimamente. Aparentemente, acreditava-se que poderíamos desenvolver um País com cerca de 200 milhões de habitantes sem aumentar, aprimorar e dinamizar a produção interna. Reconheço que é muito difícil para a população em geral compreender que somente com engenharia é que se consegue traduzir o conhecimento científico, que no Brasil cresceu significativamente nas últimas décadas, para a aplicação prática, melhorando, assim, a qualidade de vida da sociedade. O nosso Sindicato vem lutando para alterar essa percepção, pois além de defender a boa prática dos profissionais da área, tornou-se um *locus* de discussão e difusão da engenharia, mostrando a sua necessidade para o nosso País e a importância dos profissionais para o crescimento consistente do Brasil. Tenho orgulho de pertencer a uma entidade que defende eficientemente os interesses dos profissionais e ainda empenha-se, com bastante ímpeto, para que a profissão se desenvolva e seja mais respeitada.

Vahan Agopyan é engenheiro civil e vice-reitor da Universidade de São Paulo (USP)



Simão Pedro

É um orgulho para o nosso Estado ter uma instituição como o Sindicato dos Engenheiros completando 80 anos. Mas os parabéns não são só pelo tempo – o que, por si só, mostra sua importância e seriedade – ou pela organização das carreiras dos engenheiros, mas pelo que o Sindicato já produziu em termos de contribuições ao debate nacional sobre crescimento econômico com desenvolvimento sustentável. Eu mesmo tive oportunidade de presenciar seminários e debates de políticas para os setores elétrico, metroferroviário, de saneamento, entre outros. Não poderia deixar de citar o projeto *Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento*, que foi precursor do Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal. Isso demonstra que o Sindicato dos Engenheiros está na vanguarda dos assuntos de interesse do nosso País. Vida longa ao SEESP!



Simão Pedro é deputado estadual licenciado e secretário de Serviços da Prefeitura de São Paulo

João Franzin

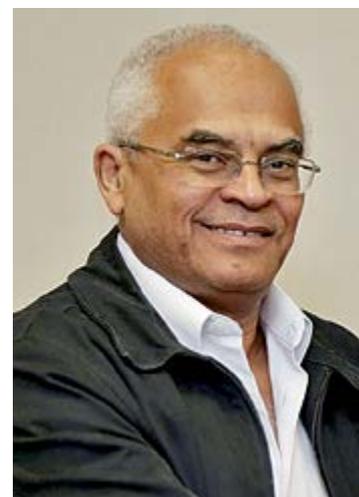
Destaco quatro aspectos da atuação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. A luta permanente em defesa da categoria, a valorização do engenheiro enquanto agente efetivo do desenvolvimento, a preservação da memória da categoria e da engenharia e a abertura do auditório na sede para o debate amplo com a sociedade, sempre com um ponto de vista progressista acerca dos temas de interesse nacional.



João Franzin é jornalista e coordenador da Agência Sindical

Nivaldo Santana

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo completa 80 anos e consolida sua posição como referência no sindicalismo paulista e nacional. Consegue compatibilizar com equilíbrio a defesa dos interesses do segmento profissional que representa com uma intensa participação nos grandes debates nacionais. Pela sua atuação aberta e plural, tem o mérito de dialogar com todas as correntes políticas e sindicais. Um destaque importante a ser feito é o seu papel de protagonista na luta em defesa do desenvolvimento nacional com valorização do trabalho.



Nivaldo Santana é presidente estadual do PCdoB e vice-presidente licenciado da CTB

Campos Machado

É o engenheiro o principal articulador dos mais significativos avanços da humanidade, considerando que, através de seu ofício, é possível conceder ao homem o alcance de suas necessidades e aspirações.

É pela aplicabilidade da tecnologia ao campo social que o homem pode transformar sonhos em realidade, promover a melhora da qualidade de vida e impulsionar o desenvolvimento

econômico de uma nação.

Portanto, a engenharia é estratégica na concepção e no fundamento da riqueza de um povo. Um País só se faz evoluído na medida em que incentiva e gera tecnologia.

Logo, nesse contexto, o papel do SEESP é de fundamental importância na luta pela valorização desse ofício, bem como para a manutenção da grandeza de nosso estado,

que se constituiu como o mais rico da nação, pois produz, através de suas tradicionais e qualificadas escolas de engenharia, grandes profissionais, que movimentam uma importante parcela de nossa economia.

Congratulo-me com toda a estimada categoria dos engenheiros, pelos 80 anos de existência de seu Sindicato, no Estado de São Paulo.

Campos Machado é deputado estadual em São Paulo, presidente estadual do PTB de São Paulo, secretário-geral da Executiva Nacional e líder da bancada na Assembleia Legislativa



Antonio Carlos Mendes Thame

São 80 anos de presença marcante do SEESP na vida de São Paulo, representando uma classe que em muito auxiliou a construir, na acepção exata da palavra, a grandeza do Estado e que contribuiu decisivamente para o avanço da tecnologia nacional. Desde 1934, o Sindicato vivenciou todos os momentos marcantes da nossa história, marcando presença na defesa do crescimento ordenado e democrático, com justiça e evolução social, aspirações maiores do nosso povo. Como secretário de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras de São Paulo, senti de perto a marcante contribuição da engenharia brasileira, especialmente no aprofundamento da calha do Tietê, na construção dos piscinões e obras contra enchentes. Em todos os momentos, o SEESP nos abriu suas portas e apoiou as iniciativas do governo do Estado. Meus cumprimentos a todos os homens e mulheres, dirigentes e membros, que construíram um Sindicato de alta representatividade, com quem muitas vezes compartilhamos a caminhada pela redemocratização do País, o que certamente continuará ocorrendo, na construção de um País mais justo.

Antonio Carlos Mendes Thame é deputado federal (PSDB-SP)

Alberto Goldman

O Sindicato é uma instituição que busca basicamente defender os interesses individuais de cada um. (...) Um passo adiante que o Sindicato dos Engenheiros dá é na discussão dos direitos que a sociedade tem, não defende apenas os direitos corporativos. (...) E o Sindicato dos Engenheiros tem uma postura diferente dos demais sindicatos, com uma visão não apenas dos interesses próprios, mas de uma sociedade que precisa daquilo. Um sindicato não pode se colocar acima dos interesses da sociedade, e o Sindicato dos Engenheiros percebe essa diferenciação com outro nível de consciência.

Alberto Goldman é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP e ex-governador do Estado de São Paulo



Emanuel Melato

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem uma atuação que está colocada no centro das principais discussões do Brasil. Ao longo desses 80 anos, teve uma atuação muito importante em diversas lutas, como, por exemplo, contra as privatizações que ocorreram em nosso País. Completar 80 anos mostra que o Sindicato se organizou ainda antes de sua própria sede. Votos de que seus trabalhadores continuem nesse caminho de organização.

Emanuel Melato é representante da Coordenação Nacional da Intersindical – Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora

Aloizio Mercadante

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo é uma entidade que vai além das atividades de cunho trabalhista. (...) Ao longo de sua trajetória, tem atuado fortemente junto aos movimentos sociais, visando sempre encontrar soluções que atendam às reivindicações do trabalhador, sem se esquecer que o mais importante é a união e o bem-estar com qualidade de vida. (...)

Quando ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação e ainda como ministro da Educação, acompanhei e apoiei integralmente a constituição do Isitec, uma escola de ponta e vanguarda, primeira criada por uma entidade sindical, que será uma referência no ensino da engenharia.

Aloizio Mercadante é ministro-chefe da Casa Civil



Antonio Hélio Guerra Vieira

O Sindicato dos Engenheiros completa 80 anos. É uma oportunidade para destacar o relacionamento entre o Sindicato e a primeira escola de engenharia de São Paulo, a Escola Politécnica, criada por Antônio Francisco de



Paula Souza. (...)

Eu diria que 1893 é a pré-história do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Isso porque, com a evolução natural das coisas, o próprio movimento sindicalista teve influência muito grande do setor ferroviário e, mais tarde, uma contribuição para a legislação trabalhista feita por

Getúlio Vargas, o que acabou levando à criação do Sindicato dos Engenheiros, à assinatura da sua ata de criação em 21 de setembro de 1934 pelo engenheiro Francisco Teixeira da Silva Telles, o primeiro presidente do SEESP. Desde então, a ligação da Politécnica

com o Sindicato é de apoio sistemático. (...)

Ao longo desses 80 anos de atuação, o Sindicato entendeu que é importante fazer uma escola de engenharia, uma vez que as escolas têm nuances e que seria necessário um ensino mais ligado ao espírito do Sindicato. Foi de onde nasceu o Isitec, Instituto Superior de Inovação e Tecnologia, que tem um Conselho de Administração, do qual me orgulho de fazer parte.

Em um de meus discursos, eu disse recentemente: “Sou engenheiro e tenho uma carreira de engenheiro. Um lado acadêmico, ligado à engenharia, e estava tendo uma vivência sindical junto ao SEESP. Aprecio muito sentir esse movimento sindicalista pulsando na rua Genebra. Se eu tivesse tido essa vivência logo que me formei, teria sido um sindicalista.”

Antonio Hélio Guerra Vieira é professor emérito da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho Curador da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE). Foi diretor da Escola Politécnica (1980-1982) e reitor da USP (1982-1986)

Antônio Augusto de Queiroz



Quero trazer o testemunho da importância do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, não apenas para a categoria, mas também para o País. É um sindicato cuja postura e conduta sempre buscaram combinar o interesse corporativo com o interesse geral da sociedade. E a contribuição do Sindicato para o desenvolvimento e para o debate sobre inovação tecnológica do País, reiterada às cobranças por investimentos em infraestrutura tem sido inestimável ao longo dos tempos. Não é à toa que essa entidade comemora seus 80 anos de existência, um feito extraordinário. Em nome do Diap, gostaria de parabenizar toda a diretoria do Sindicato pelos relevantes serviços prestados tanto ao movimento sindical como aos trabalhadores.

Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, é diretor de documentação e analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

José Roberto Bernasconi

Ao longo de oito décadas, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem-se



destacado na luta em prol da engenharia e da valorização profissional do engenheiro. Manifestamos, em nome do Sinaenco, nosso respeito e reconhecimento pela profícua

atividade do SEESP e, juntos, celebramos esse 80º aniversário.

José Roberto Bernasconi é presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco) e membro do Conselho Superior da Indústria da Construção (Consic) e do Conselho Superior do Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

Clemente Ganz Lucio

Em oito décadas de existência, o SEESP fez uma bela trajetória de luta. Entre as inúmeras iniciativas, gostaria de destacar o trabalho de mobilização dos engenheiros e a atuação, em colaboração com entidades da sociedade civil e governos, para debater alternativas ao desenvolvimento brasileiro, por meio de inúmeras iniciativas temáticas e setoriais. Esse esforço coloca o conhecimento do campo das engenharias, essencial e estratégico, a serviço do planejamento, do diagnóstico dos problemas, da análise dos desafios, bem como do processo de construção coletiva da visão de futuro e das escolhas que o País tem a tarefa de realizar. O Sindicato tem demonstrado o compromisso com os engenheiros e com a sociedade, sempre atento para desafios do presente e do futuro.



Clemente Ganz Lucio é diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Mauro Arce

Durante minha vida profissional, participei de várias conquistas da engenharia nacional nas áreas de energia, saneamento e transportes no Estado de São Paulo e vi a grande atuação do Sindicato dos Engenheiros. Parabéns pelos 80 anos em prol da melhoria das condições de trabalho de nossa categoria profissional.

Mauro Arce é secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo



Marta Suplicy

Em seus 80 anos de existência, o SEESP participou ativamente das profundas mudanças pelas quais o



Brasil passou em todas as esferas. O ritmo frenético com que nos industrializamos e passamos de País rural para urbano trouxe para São Paulo o merecido título de locomotiva do Brasil, conquistado com muito apoio de todo tipo de engenharia e de engenheiros que se empenharam em criar as melhores condições de vida para os brasileiros e de desenvolvimento econômico para o País. (...)

Não posso deixar de parabenizar a contribuição à democracia e análise de políticas públicas que o Sindicato tem feito no momento que tem propiciado debates, seminários sobre os mais diversos problemas brasileiros. Portanto, desejo-lhe votos de longa vida!

Marta Suplicy é ministra da Cultura

Miguel Torres

Quero parabenizar, em meu nome e em nome da Força



Sindical, toda a direção do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo e, extensivamente, todos os profissionais por ele representados pela comemoração do 80º aniversário dessa importante entidade sindical, por sua longa e destacada história de lutas e conquistas. (...)

Que esses 80 anos de lutas e glórias sejam multiplicados por, no mínimo, outros 80!

Miguel Torres é presidente da Força Sindical

Luís Artur Nogueira

O SEESP tem atuação fundamental e decisiva nos setores econômicos e políticos da sociedade, que são as áreas que estão diretamente relacionadas à minha atuação profissional. Gostaria, no entanto, de salientar um ponto em especial: a preocupação da



entidade em formar engenheiros.

Não é novidade para ninguém que o Brasil, após duas décadas perdidas no fim do século XX, retomou uma trajetória de crescimento econômico e de investimentos em infraestrutura. Essa mudança deixou evidente a carência de engenheiros no Brasil – muitos migraram para o mercado financeiro ou simplesmente buscaram oportunidades no exterior.

Nesse contexto, é exemplar a iniciativa do SEESP de criar o Isitec, que terá a missão de formar as futuras gerações de engenheiros (...). Para mim, foi uma honra ter sido o primeiro jornalista a noticiar o fato em uma ampla reportagem na revista *IstoÉ Dinheiro*. Parabéns ao SEESP!

Luís Artur Nogueira é jornalista e editor de economia da revista IstoÉ Dinheiro

Rafael Edson Pugliese Ribeiro

A profissão de engenheiro no Brasil é promissora. Dela depende, dentre outros fatores, a maior eficiência de um povo para o aumento da sua capacidade inventiva nos mais variados segmentos de atuação. Há um ano, os chineses registraram mais de 560 mil patentes, enquanto o Brasil, no mesmo período, registrou menos de 7 mil, dez vezes menos do que a França, 20 vezes menos do que a Alemanha. Isso está na relação direta com outro dado: o Brasil forma, em um ano, 20 mil engenheiros, enquanto a China forma 300 mil, a Índia, 200 mil e a Rússia, 120 mil. Temos aproximadamente seis engenheiros a cada mil habitantes, enquanto o Japão tem quase 30/mil. Bem se vê quão importante é essa digna profissão e quão vital ela se revela para o avanço de uma sociedade. O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem uma missão institucional das mais nobres, das mais elevadas e das mais

desafiadoras, seja pela grave importância que os seus representados desempenham na nossa sociedade, seja pela circunstância de exercê-la no Estado da Federação que sedia o maior parque industrial da América Latina. Os 80 anos dessa história do SEESP se apresentam como um patrimônio do que se fez pela valorização desses profissionais e também como certeza de um prognóstico otimista para o crescimento dessa valorização profissional que não haverá de encontrar termo, jamais!

Rafael Edson Pugliese Pinheiro é desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



Samuel Moreira

São incontáveis os benefícios que a formação como engenheiro civil exerce sobre minha atuação na vida pública. Os sentidos de planejamento, organização, objetividade, decisão e execução têm sido importantíssimos para o meu trabalho, tanto no Executivo como no Legislativo.

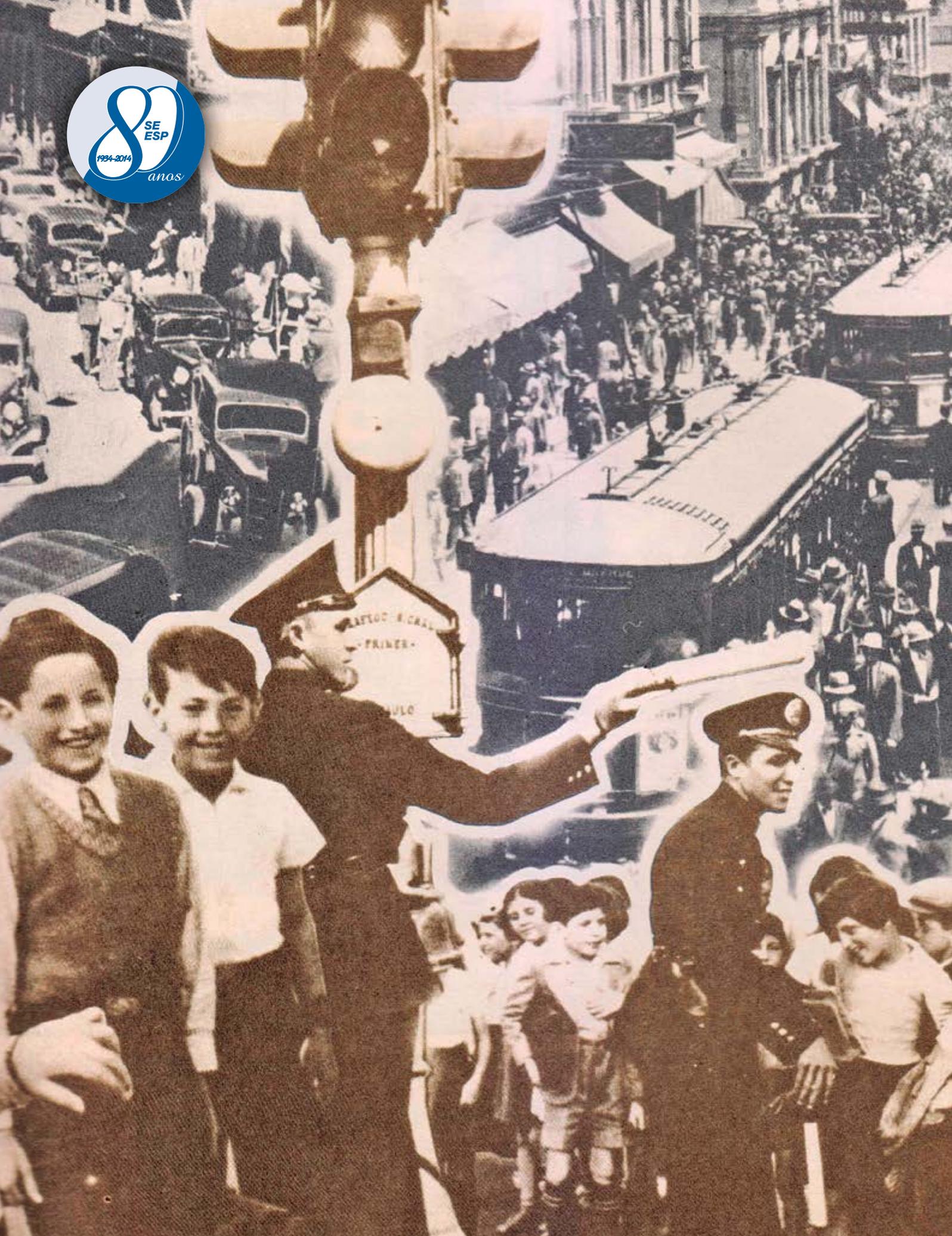
Como agente público, destaco, ainda, que os engenheiros têm um papel fundamental no desenvolvimento do País, principalmente neste momento em que os investimentos em logística e infraestrutura são imprescindíveis para reativar e modernizar a nossa economia.

Por esse motivo, a categoria precisa contar com uma entidade de classe que seja forte, esteja sempre presente e dedicada a unir e lutar pelos seus profissionais e pelos interesses da sociedade.

Assim tem se dado a atuação do SEESP. São 80 anos de importantes serviços prestados não apenas à nossa categoria, mas ao desenvolvimento do País.

Samuel Moreira é deputado estadual (PSDB) e presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo





Todas as diretorias do Sindicato

De 1934 a 2014, o SEESP contou com 29 diretorias. É um painel extremamente representativo da engenharia paulista nos últimos 80 anos. Grandes lideranças da profissão, em suas diversas modalidades, estiveram à testa da entidade, bem como personalidades importantes na definição de políticas públicas e da iniciativa privada. Esses são os homens e mulheres que ajudaram a construir e a consolidar as inúmeras conquistas relatadas neste livro. Lutaram pela valorização da profissão, pela democracia e pelo desenvolvimento.

1ª Diretoria 1934-1936

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Francisco Azevedo
Tesoureiro: Eng. Guilherme Hernesto Winter

Conselho Fiscal
Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel

2ª Diretoria 1936-1938

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

Conselho Fiscal
Eng. Hippolito Gustavo Pujol Júnior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel

3ª Diretoria 1938-1942

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

Conselho Fiscal
Eng. Hippolito Gustavo Pujol Junior
Eng. Oscar de Paula Bernardes
Eng. Archimedes de Barros Pimentel

4ª Diretoria 1942-1945

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Rodrigo Cláudio Silva
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

Suplentes da diretoria
Eng. Henrique Pegado
Eng. Plínio Botelho do Amaral
Eng. Ary Albuquerque

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Mario Freire
Titular: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Titular: Eng. Oscar de Paula Bernardes
Suplente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. João Soares do Amaral Netto
Suplente: Eng. Zeferino F. Velloso

5ª Diretoria 1945-1952

Presidente: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Secretário: Eng. Ulysses Paes de Barros
Tesoureiro: Eng. Francisco Azevedo

Suplentes da diretoria
Eng. Henrique Pegado
Eng. Plínio Botelho do Amaral
Eng. Antonio Prudente de Moraes (faleceu antes de tomar posse)

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Mario Freire
Titular: Eng. Guilherme Hernesto Winter
Titular: Eng. Eurico Bastos Guimarães
Suplente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. João Soares do Amaral Netto

6ª Diretoria 1952-1954

Presidente: Eng. Mario Freire
Secretário: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Tesoureiro: Eng. Heitor Pimentel Portugal

Suplentes da diretoria
Eng. Christiano Carneiro Ribeiro da Luz Junior
Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
Eng. Eurico Bastos Guimarães

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Titular: Eng. João Caetano Álvares Junior
Titular: Eng. Álvaro Pereira de Souza Lima
Suplente: Eng. Francisco Azevedo
Suplente: Eng. Brenno Tavares
Suplente: Eng. João Soares do Amaral Netto

7ª Diretoria 1954-1956

Presidente: Eng. Christiano Carneiro
Ribeiro da Luz Junior
Secretário: Eng. João Soares do Amaral Neto
Tesoureiro: Eng. Brenno Tavares

Suplentes da diretoria
Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Eng. Ary Albuquerque
Eng. Luiz Fernando do Amaral

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Mario Freire
Titular: Eng. Heitor Pimentel Portugal
Titular: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Suplente: Eng. Plínio Botelho do Amaral
Suplente: Eng. Eurico Bastos Guimarães
Suplente: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior

8ª Diretoria 1956-1958

Presidente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Secretário: Eng. João Soares do Amaral Netto
Tesoureiro: Eng. Célio Sampaio de Freitas

Suplentes da diretoria
Eng. Francisco Teixeira da Silva Telles
Eng. Ary Albuquerque
Eng. Luiz Fernando do Amaral

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Brenno Tavares
Titular: Eng. Heitor Pimentel Portugal
Titular: Eng. Plínio Botelho Amaral
Suplente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Suplente: Eng. Eurico Bastos Guimarães
Suplente: Eng. Ulysses Paes de Barros

9ª Diretoria 1958-1960

Presidente: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Secretário: Eng. Helio Martins de Oliveira
Tesoureiro: Eng. Mário Freire Filho

Suplentes da diretoria
Eng. Eduardo de Souza Queiroz
Eng. Cyro Peixoto Santos
Eng. Christiano Stockler das Neves Filho

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
Titular: Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Titular: Eng. Paulo Freire de Mattos Barreto
Suplente: Eng. Paulo Dias da Silva
Suplente: Eng. Udo Riedel
Suplente: Eng. Moacyr Ladeira

10ª Diretoria 1960-1962

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Christiano Stockler das Neves Filho
Tesoureiro: Eng. Hélio Martins de Oliveira

Suplentes da diretoria
Eng. Eduardo de Souza Queiroz
Eng. Eduardo Marcos Monteiro
Eng. Paulo Freire de Mattos Barreto

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Dacio Aguiar de Moraes Junior
Titular: Eng. Paulo Dias da Silva
Titular: Eng. Udo Riedel
Suplente: Eng. Moacyr Ladeira
Suplente: Eng. Ulysses Paes de Barros
Suplente: Eng. José Rastelli de Menezes

11ª Diretoria 1962-1964

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Alexandre D'Alessandro
Tesoureiro: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto

Suplentes da diretoria
Eng. Archimedes de Barros Pimentel
Eng. Guaracy Adiron Ribeiro
Eng. José Caetano Abreu

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Firmino Rocha de Freitas
Titular: Eng. João Caetano Álvares Junior
Titular: Eng. João Soares do Amaral Netto
Suplente: Eng. Arthur Farina
Suplente: Eng. Isaac Jardimovski
Suplente: Eng. Paulo Lanari do Val

12ª Diretoria 1964-1966

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Jacintho Cláudio Morelli
Tesoureiro: Arq. Fernando Martins Gomes

Suplentes da diretoria
Eng. Arthur Farina
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Jacob Bedrikow

Conselho Fiscal
Titular: Eng. João Soares do Amaral Netto
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Titular: Eng. Mario Freire Filho
Suplente: Arq. Ricardo Gustavo Caron

Suplente: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Paulo Adiron Ribeiro

13ª Diretoria 1966-1968

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Tesoureiro: Arq. Ary Albuquerque

Suplentes da diretoria
Eng. Glauco D'Alessandro
Eng. Isaac Jardimovski

Conselho Fiscal
Titular: Eng. João Soares do Amaral Netto
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Fabio Pereira Bueno
Suplente: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Paulo Adiron Ribeiro

14ª Diretoria 1968-1970

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D'Alessandro
1º Tesoureiro: Arq. Fernando Martins Gomes
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

Suplentes da diretoria
Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Walter Paciullo

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Hélio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Sergio Fernando da Silva Ribeiro
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Jacintho Cláudio Morelli
Delegados representantes ao Conselho da FNE
Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos

Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D'Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

15ª Diretoria 1970-1972

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D'Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

Suplentes da diretoria
Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Walter Paciullo

Conselho Fiscal
Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Sergio Fernando da Silva Ribeiro
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

Delegados representantes ao Conselho da FNE
Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D'Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

16ª Diretoria 1972-1974

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D'Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

Suplentes da diretoria
Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Pedro Nicolau Ricci

Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Fabio Pereira Bueno
Eng. Wilson Marques

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Moyses Gelernter
Suplente: Eng. Paulo Novack Filho
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Jacintho Cláudio Morelli

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D'Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

17ª Diretoria 1974-1977

Presidente: Eng. Cyro Peixoto dos Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D'Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

Suplentes da diretoria

Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Moyses Gelernter
Eng. Henrique Hirschfeld
Eng. Fabio Pereira Bueno

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Gil Franco da Rosa
Suplente: Eng. José Luiz Naves Fernandes
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Wilson Marques

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D'Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

18ª Diretoria 1977-1980

Presidente: Eng. Cyro Peixoto Santos
Vice-presidente: Eng. Ary Albuquerque
1º Secretário: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
2º Secretário: Eng. Glauco D'Alessandro
1º Tesoureiro: Eng. Fernando Antonio Pedreira
2º Tesoureiro: Eng. Paulo Lanari do Val

Suplentes da diretoria

Eng. Mario Freire Filho
Eng. Djalma Descio
Eng. Isaac Jardimovski
Eng. Moyses Gelernter
Eng. Henrique Hirschfeld
Eng. Fabio Pereira Bueno

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Pedro Brewel Junior
Titular: Eng. Helio Martins de Oliveira
Titular: Eng. Gil Carlos Franco da Rosa
Suplente: Eng. José Luiz Neves Fernandes
Suplente: Eng. Filelfo Maglioca
Suplente: Eng. Wilson Marques

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Cyro Peixoto Santos
Titular: Eng. Luiz Lins de Vasconcellos Neto
Suplente: Eng. Glauco D'Alessandro
Suplente: Eng. Ary Albuquerque

19ª Diretoria 1980-1983

Presidente: Eng. Horácio Ortiz
Vice-presidente: Eng. Cid Barbosa Lima Junior
1º Secretário: Eng. Luis Dias Ferreira
2º Secretário: Eng. Eduardo Albertin
1º Tesoureiro: Eng. Antonio Marsiglia Neto
2º Tesoureiro: Eng. Hilton Barlach

Suplentes da diretoria

Eng. Jacob Teubl
Eng. Roberto Ribeiro dos Santos
Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Eng. Geraldo Leite
Eng. José Augusto Ramos Soares
Eng. Allen Habert

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Wolfgang Steim
Titular: Eng. José Ivandro Dourado Rodrigues
Titular: Eng. Candido Pinto de Melo
Suplente: Eng. Antonio de Souza
Suplente: Eng. Clara Emilia Lima Hartmann
Suplente: Eng. Samuel Ribeiro Giordano

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Francisco Marsiglia
Titular: Eng. Antonio Octaviano
Suplente: Eng. Antonio Luis Rigo
Suplente: Eng. Ald Lommez

20ª Diretoria 1983-1986

Presidente: Eng. Antonio Octaviano
1º Vice-presidente: Eng. Horácio Ortiz
2º Vice-presidente: Eng. Antonio Marsiglia Neto
1º Secretário: Eng. Alceu Bittencourt
2º Secretário: Eng. André Monteiro de Fazio
1º Tesoureiro: Eng. Candido Pinto de Melo
2ª Tesoureira: Eng. Dirce Maria do Amaral

Suplentes da diretoria

Eng. José Augusto Ramos Soares
Eng. Hilton Barlach
Eng. Roberto Ribeiro dos Santos
Eng. José Ivandro Dourado Rodrigues
Eng. Umberto Cidade Semeghini
Eng. José Álvaro Barbosa de Almeida Pedrosa
Eng. Luis Fernando Beraldo Guimarães

Conselho Fiscal

Titular: Eng. José Jacques Namur Yasbeck
Titular: Eng. Guido José da Costa
Titular: Eng. Antonio de Souza
Suplente: Eng. Rutênio Gurgel Bastos
Suplente: Eng. Mariza Oliveira Guimarães
Suplente: Eng. Luiz Henrique Engracia Telles

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Allen Habert
Titular: Eng. Eduardo Albertin
Suplente: Eng. Jesuino D'Avila
Suplente: Eng. Maurício Motta

21ª Diretoria 1986-1989

Presidente: Eng. Allen Habert
1º Vice-presidente: Eng. Rutênio Gurgel Bastos
2º Vice-presidente: Eng. André Monteiro de Fazio
1º Tesoureiro: Eng. Luiz Henrique Engracia Telles
2º Tesoureiro: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
1º Secretário: Eng. Roberto Ribeiro Santos
2º Secretário: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho

Suplentes da diretoria

Eng. João Luiz Ferrari
Eng. Daniel Antonio Salati Marcondes
Eng. Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Eng. Ademir Guimarães
Eng. Alberto Pereira Luz
Eng. Rinaldo Augusto Orlandi
Eng. Rui de Oliveira Magrini

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Luiz Fernando Beraldo Guimarães
Titular: Eng. Alceu Bittencourt
Suplente: Eng. José Carlo Bianchini Mello
Suplente: Eng. Paulo de Tarso Gaeta Paixão

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Oswaldo Bergamaschi Junior
Titular: Eng. Luiz Eduardo Gibrin
Titular: Eng. Mariza de Oliveira Guimarães
Suplente: Eng. Sergio Fernandes Santos Gazire
Suplente: Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
Suplente: Eng. Roberto Piwowarczyk

Colegiado adjunto

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
Eng. Horácio Ortiz
Eng. Roberto Souza Pinto
Eng. Raul Ferreira Bartholo

22ª Diretoria 1989-1992

Presidente: Eng. Rutênio Gurgel Bastos
1º Vice-presidente: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
2º Vice-presidente: Eng. Allen Habert
1º Tesoureiro: Eng. Luiz Eduardo Gibrin
2º Tesoureiro: Eng. Nelson Luiz Stábile
1º Secretário: Eng. Jair Ribeiro de Gouveia
2º Secretário: Eng. Ademir Guimarães

Suplentes da diretoria
Eng. Valério José Gianini
Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
Eng. Marcos Antonio Lima
Eng. Lauriberto da Silva Sales
Eng. Carlos Ferreira de Souza
Eng. Antonio Carlos da Costa Lino
Eng. Luiz Almeida de Oliveira

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Luiz Fernando Godoy de Sousa
Titular: Eng. Ana Lúcia Ribeiro Salomon
Titular: Eng. Jorge Paranhos Mac Dowell
Suplente: Eng. Antonio de Souza
Suplente: Eng. Ubiratan Francisco Castellano
Suplente: Eng. Daniel Pereira da Costa

Diretores adjuntos

Eng. Bernadete Clélia Rolo
Eng. Eduardo Emílio Lang Di Pietro
Eng. Fernando José Simões de Moraes Barros
Eng. Hercules Gissi
Eng. José Mario Simão
Eng. Luiz Yukishigue Narimatsu
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

Diretores regionais

Eng. Alberto Pereira Luz
Eng. Carlos Alberto Garcez
Eng. Getúlio Martins
Eng. José Elias de Paiva Junior
Eng. Roberto Souza Pinto
Eng. Miguel Flavio Monteiro
Eng. Walter Antonio Becari
Eng. Antonio de Pádua Amaral Mello

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Paulo de Tarso Gaeta Paixão
Titular: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
Suplente: Eng. João Luiz Ferrari

23ª Diretoria 1992-1995

Presidente: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
1º Vice-presidente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
2º Vice-presidente: Eng. Allen Habert

1º Tesoureiro: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
2º Tesoureiro: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
1º Secretário: Eng. Paulo T. de Souza Nascimento
2º Secretário: Eng. Carlos Marques Mendes André

Suplentes da diretoria

Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Edmundo Carlos de Andrade Araújo Carvalho
Eng. Nivaldo Alceu Faidiga
Eng. Henrique Monteiro Alves
Eng. Valério José Gianini
Eng. Nelson de Oliveira Matheus Junior

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Walter Antonio Becari
Titular: Eng. Fernando Gomes da Silva
Titular: Eng. João Carlos Pasqualini
Suplente: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni
Suplente: Eng. Sergio Fernando Santos Gazire
Suplente: Eng. Pedro Arnaldo Rovida

Diretores adjuntos

Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Eng. Sergio Uchoa de Oliveira
Eng. Antonio Luiz Augusto de Carvalho
Eng. Silvana Guarnieri
Eng. Carlos Augusto
Eng. Alceu Sampaio de Araújo
Eng. Felix Wakrat

Diretores regionais

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. José Roberto Sant'Anna
Eng. Ricardo José Coelho Lessa
Eng. Roberto Barilari de Freitas
Eng. José Everaldo Vanzo
Eng. Raul Ferreira Bartholo
Eng. José Elias de Paiva Junior
Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Eng. José Carlos Nunes Barreto

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Antonio Octaviano
Titular: Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
Suplente: Eng. José Luiz Ferrari
Suplente: Eng. Luiz Carlos Baptista

24ª Diretoria 1995-1998

Presidente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
Vice-presidente: Eng. Murilo C. de Campos Pinheiro
Vice presidente Eng. Tomas A. Rocha de Abreu
Vice-presidente: Eng. José Elias de Paiva Junior
Vice-presidente: Eng. Ivo Antonio Clemente
1º Secretário: Eng. Carlos Marques Mendes André
2º Secretário: Eng. Flávio José Albergaria
de Oliveira Brízida
1º Tesoureiro: Eng. Paulo Tromboni
de Souza Nascimento
2º Tesoureiro: Eng. Sérgio Fernando Santos Gazire

Suplentes da diretoria executiva

Eng. Henrique Monteiro Alves
Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni
Eng. Felix Wakrat
Eng. Alfredo Nocera Filho
Eng. José Henrique Jordani

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Titular: Eng. José Soares Pimentel
Titular: Eng. Raul Ferreira Bartholo
Suplente: Eng. Aldo Giannini
Suplente: Eng. João Carlos Pasqualini
Suplente: Eng. Henrique Di Santoro Junior

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Titular: Eng. Geraldo Hernandes Domingues
Suplente: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Luís Américo Magri

Diretores adjuntos

Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Ivan Carlos Regina
Eng. Auro Doyle Sampaio
Eng. Nelson de Oliveira Matheus Junior
Eng. Nelson Luiz Stabile
Eng. Fernando Palmezan Neto
Eng. Mario Roberto Scoss

Diretores regionais

Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Eng. Pedro Shigueru Katayama

Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Nivaldo Alceu Faidiga
Eng. Antonio Carlos dos Santos
Eng. Newton Guenaga Filho
Eng. Marcos Peres Barros
Eng. Jair José de Almeida
Eng. Luiz Edson de Castro Filho

25ª Diretoria 1998-2001

Presidente: Eng. Paulo Tromboni de Souza
Nascimento
Vice-presidente: Eng. Carlos dos Santos
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. José Elias de Paiva Junior
Vice-presidente: Eng. Murilo C. de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Sérgio Fernando Santos Gazire
Vice-presidente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. João Paulo Dutra
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria
de Oliveira Brízida
Diretor 3º Tesoureiro: Eng. Luis Américo Magri
Diretora 1ª Secretária: Eng. Maria Célia R. Sapucahy
Diretor 2º Secretário: Eng. Henrique Monteiro Alves
Diretor 3º Secretário: Eng. Nelson de Oliveira
Matheus Junior

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Antonio Octaviano
Titular: Eng. Carlos Alberto Guimarães Garcez
Titular: Eng. Henrique Di Santoro Junior
Suplente: Eng. João Carlos Pasqualini
Suplente: Eng. Luiz Edson de Castro Filho
Suplente: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Titular: Eng. Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Suplente: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Sebastião Melin Aburjeli

Diretores adjuntos

Eng. Arnaldo Luiz Borges
Eng. Carlos Marques Mendes André
Eng. Evando Reis
Eng. Felix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin

Eng. Fernando Palmezan Neto
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Ivo Antonio Clemente
Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Everaldo Vanzo
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luís Carlos Baptista
Eng. Luiz Carlos de Alcântara
Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
Eng. Marcos Peres Barros
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Neusa Maria Trauzolla
Eng. Sérgio de Moraes Salles
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Tomás Antonio Rocha de Abreu
Eng. Velfrides Antonio Barreto

26ª Diretoria 2001-2005

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Paulo T. de Souza Nascimento
Diretor 1º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
Diretor 2º Secretário: Eng. Laerte Conceição
Mathias de Oliveira
Diretor 3º Secretário: Eng. Sérgio Fernando
Santos Gazire
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Esdras Magalhães dos
Santos Filho
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria
de Oliveira Brízida
Diretora 3ª Tesoureira: Eng. Nercy Donini Bonato
Delegados representantes ao Conselho da FNE
Titular: Eng. Fernando Palmezan Neto
Titular: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Suplente: Eng. Allen Habert
Suplente: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos

Diretores adjuntos

Eng. Álvaro Martins
Eng. Carlos Roberto Dias

Eng. Cid Barbosa Lima Junior
Eng. Edílson Reis
Eng. Felix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. João Carlos Pasqualini
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Istenes Eses Filho
Eng. José Mario Sarilho
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Luiz Carlos de Souza
Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
Eng. Mario Luiz Donato
Eng. Nelson Luiz Stabile
Eng. Sergio de Moraes Salles
Eng. Sergio Henrique da Silva Neves
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Telma Maria Gorgulho Pereira
Eng. Ubirajara Tannuri Felix

Conselho Fiscal

Titular: Eng. Antonio Octaviano
Titular: Eng. Henrique Di Santoro Junior
Titular: Eng. José Manoel Teixeira
Suplente: Eng. Luiz Felipe Pacheco Junior
Suplente: Eng. Osvaldo Passadore Junior
Suplente: Eng. Rita de Cássia Pinheiro Ceccaroni

27ª Diretoria 2006-2009

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Laerte C. Mathias de Oliveira
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Esdras Magalhães dos
Santos Filho
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria
de Oliveira Brízida
Diretor 3º Tesoureiro: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
Diretor 1º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins

Diretor 2º Secretário: Eng. Fernando Palmezan Neto
Diretor 3º Secretário: Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento

Delegados representantes ao Conselho da FNE
Titular: Eng. Allen Habert
Titular: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
Suplente: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy

Conselho Fiscal
Eng. Antonio Octaviano
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
Eng. Osvaldo Passadore Júnior
Eng. Renato Becker

Diretores adjuntos
Eng. Álvaro Martins
Eng. Augusto Carlos Vilhena Neto
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Roberto Dias
Eng. Cid Barbosa Lima Junior
Eng. Edilson Reis
Eng. Félix Wakrat
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Júnior
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Istenes Eses Filho
Eng. José Mário Sarilho
Eng. José Soares Pimentel
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Mahamoud Hassan Ali Hussein
Eng. Manuel Carlos de Moraes Guerra
Eng. Mário Luiz Donato
Eng. Nelson Corrêa Granja
Eng. Nelson Luiz Stabile
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Sérgio de Moraes Salles
Eng. Sérgio Henrique da Silva Neves
Eng. Simão Marum Filho

28ª Diretoria 2010-2014

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Laerte C. Mathias de Oliveira
1º Secretário: Eng. Fernando Palmezan Neto
2º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
3º Secretário: Eng. Edilson Reis
1º Tesoureiro: Eng. Esdras M. dos Santos Filho
2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida
3º Tesoureiro: Eng. Marcos Wanderley Ferreira

Conselho Fiscal
Eng. Antonio Octaviano
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luiz Felipe Pacheco de Araújo
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Renato Becker

Delegados representantes ao Conselho da FNE
Titular: Eng. Allen Habert
Titular: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Suplente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix

Diretores adjuntos
Eng. Álvaro Martins
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Carlos Roberto Dias
Eng. Dalton Edson Messa
Eng. Danilo Grimaldi
Eng. Emerson Sampieri Burneiko
Eng. Emiliano Stanislaw Affonso Neto
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandez Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Júnior
Eng. Jayme de Oliveira Bezerra Nunes
Eng. José Antonio Marques de Almeida
Eng. Jurij Solski
Eng. Mário Luiz Donato

Eng. Milson Cesar Pagliarini
Eng. Nelson Luiz Stabile
Eng. Nercy Donini Bonato
Eng. Paulo Tromboni de Souza Nascimento
Eng. Ricardo Gomes Goulart
Eng. Suzie Helena Herrera
Eng. Yoshihide Uemura

29ª Diretoria 2014-2017

Presidente: Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Vice-presidente: Eng. Carlos A. Guimarães Garcez
Vice-presidente: Eng. Celso Atienza
Vice-presidente: Eng. Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente: Eng. João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente: Eng. João Paulo Dutra
Vice-presidente: Eng. Marcos Wanderley Ferreira
Diretor 1º Secretário: Eng. Fernando Palmezan Neto
Diretor 2º Secretário: Eng. Antonio Roberto Martins
Diretor 3º Secretário: Eng. Edilson Reis
Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Esdras Magalhães dos Santos Filho
Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida
Diretor 3º Tesoureiro: Eng. Álvaro Luiz Dias de Oliveira

Conselho Fiscal

Eng. Danilo Grimaldi
Eng. Jorge Moya Diez
Eng. José Manoel Teixeira
Eng. Luciano Alberto Gibelli David
Eng. Osvaldo Passadore Junior
Eng. Renato Becker

Delegados representantes ao Conselho da FNE

Titular: Eng. Allen Habert
Titular: Eng. Antonio Carlos Therezo Mattos
Suplente: Eng. Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Suplente: Eng. Ubirajara Tannuri Felix
Diretores adjuntos
Eng. Álvaro Martins
Eng. Antonio Augusto Kalvan
Eng. Balmes Vega Garcia
Eng. Dalton Edson Messa
Eng. Emerson Sampieri Burneiko

Eng. Emiliano Stanislau Affonso Neto
Eng. Feres Mohamad Amin
Eng. Geraldo Hernandes Domingues
Eng. Henrique Di Santoro Junior
Eng. Jorge Joel de Faria Souza
Eng. José Antonio Marques Almeida
Eng. José Roberto Sant'Ana
Eng. Jurij Solski
Eng. Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Eng. Milson Cesar Pagliarini
Eng. Nelson Correa Granja
Eng. Nelson Luiz Stabile
Eng. Ricardo Gomes Goulart
Eng. Simão Marum Filho
Eng. Yoshihide Uemura

Diretoria – Gestão 2014-2017

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

João Paulo Dutra
Vice-presidente

Celso Atienza
Vice-presidente

João Carlos Gonçalves Bibbo
Vice-presidente

Carlos Alberto Guimarães Garcez
Vice-presidente

Henrique Monteiro Alves
Vice-presidente

Marcos Wanderley Ferreira
Vice-presidente

Fernando Palmezan Neto
Diretor-1º secretário

Antonio Roberto Martins
Diretor-2º secretário

Edilson Reis
Diretor-3º secretário

Esdras Magalhães dos Santos Filho
Diretor-1º-tesoureiro

Flávio José A. de Oliveira Brízida
Diretor-2º tesoureiro

Álvaro Luiz Dias de Oliveira
Diretor-3º tesoureiro

Danilo Grimaldi
Jorge Moya Diez
José Manoel Teixeira
Luciano Alberto Gibelli David
Osvaldo Passadore Junior
Renato Becker
Conselheiros fiscais

Allen Habert
Antonio Carlos Therezo Mattos
Maria Célia Ribeiro Sapucahy
Ubirajara Tannuri Felix
Representantes na FNE

Álvaro Martins
Antonio Augusto Kalvan
Balmes Vega Garcia
Dalton Edson Messa
Emerson Sampieri Burneiko
Emiliano Stanislau Affonso Neto
Feres Mohamad Amin
Geraldo Hernandez Domingues
Henrique Di Santoro Junior
Jorge Joel de Faria Souza
José Antonio Marques de Almeida
José Roberto Santana
Jurij Solski
Leonídio Francisco Ribeiro Filho
Milson César Pagliarini
Nelson Correa Granja
Nelson Luiz Stabile
Ricardo Gomes Goulart
Simão Marum Filho
Yoshihide Uemura
Diretores adjuntos

Delegacias sindicais – presidentes

Nelson Martins da Costa – *Alta Mogiana*; Mário Edison Picchi Gallego – *Alto Tietê*; José Maria Morandini Paoliello – *Araçatuba*; Mario Luiz Donato – *Araraquara*; Newton Güenaga Filho – *Baixada Santista*; Luiz Antônio Moreira Salata – *Barretos*; Luiz Roberto Pagani – *Bauru*; Nivaldo José Cruz – *Botucatu*; Luiz Carlos de Souza – *Campinas*; Marcos M. de Andrade Cason – *Franca*; Silvana Guarnieri – *Grande ABC*; José Luiz Pardal – *Guaratinguetá*; Roberto Benedito Requena Juvele – *Jacaré*; Luiz Antonio Pelegrini Bandini – *Jundiá*; Juliano Munhoz Beltani – *Lins*; Luiz Fernando Napoleone – *Marília*; André Sierra Filho – *Pindamonhangaba*; Walter Antonio Becari – *Piracicaba*; Manuel Carlos de Moraes Guerra – *Presidente Prudente*; Francesco Rotolo – *Rio Claro*; Miguel Guzzardi Filho – *São Carlos*; Amaury Hernandez – *São José do Rio Preto*; Odair Bucci – *São José dos Campos*; Ricardo José Coelho Lessa – *Sorocaba*; Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel – *Taubaté*

DEMOCRACIA e DESENVOLVIMENTO

Os 80 anos do SEESP

Expediente

Diretor responsável

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Coordenação editorial

Rita Casaro

Pesquisa, texto final e edição

Gilberto Maringoni

Entrevistas

Daniella Cambauva e Gilberto Maringoni

Revisão

Luciana de Almeida Tavares

Soraya Misleh

Projeto gráfico, diagramação e capa

Eliel Almeida e Gilberto Maringoni

Diagramação

Eliel Almeida

Pesquisa de imagens

Gilberto Maringoni

Eliel Almeida

Monique Alves

Jéssica Silva

Fonte de Pesquisa

Jose

Jornal do Engenheiro

Acervo FNE

Agência Brasil

Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento

O Cresce Brasil e o PAC

Cresce Brasil – RMSP

Cresce Brasil e a superação da crise

Cresce Brasil e a Copa 2014

Cresce Brasil – Novos Desafios

Fotos

Agência Petrobras

Alexandre Coronato

Beatriz Arruda

Cláudia Mifano

Gervásio Baptista/Agência Brasil

Guilherme Lara Campos/Governo de São Paulo

José Pinto

Luiz Henrique Costa

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Marina Makaiaama

Michele Mifano

Mônica Zanon

Paulo Capocci

Richard Romancini

Roberto Stuckert Filho/Agência Brasil

Ronaldo Entler

Rosa Galditano

Delegacias sindicais

Apoio

Lourdes Silva

Monique Aves

Célia Sapucahy

Suzi S. L. Rutledge

Coordenação gráfica

Antônio Hernandez

Fotolitos e impressão

Prol Editora e Gráfica

Tiragem

2.000 exemplares

1ª edição

Setembro/2014



**SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO**

GESTÃO 2014-2017



Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo/SP – CEP: 01316-901

Telefone: (11) 3113-2600 – Fax: (11) 3242-2368

E-mail: seesp@seesp.org.br – *Site:* www.seesp.org.br

Delegacias sindicais:

Confira a relação completa em www.seesp.org.br/site/delegacias-sindicais.html

AO LONGO DE 80 ANOS, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo contou com 29 diferentes diretorias. Sua história pode ser dividida em três etapas. A primeira é a fase de fundação e viabilização da entidade, por quase cinco décadas. A segunda tem início em 1980, no bojo das lutas pela democratização do País. E a terceira, a partir da virada do século, é marcada pela formulação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Como fio condutor, a defesa intransigente dos direitos da categoria e do salário mínimo profissional.

SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO



Filiado à

